



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
ÉTNICOS E AFRICANOS - PÓS-AFRÓ

CÁSSIA VIRGÍNIA BASTOS MACIEL

RELAÇÕES RACIAIS SOB A ANÁLISE PSICOLÓGICA DE FRANTZ FANON:
MAPEAMENTOS NAS DISSERTAÇÕES E TESES DO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA UFBA

Salvador

2022

CÁSSIA VIRGÍNIA BASTOS MACIEL

**RELAÇÕES RACIAIS SOB A ANÁLISE PSICOLÓGICA DE FRANTZ FANON:
MAPEAMENTOS NAS DISSERTAÇÕES E TESES DO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA UFBA**

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos à Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial do para obtenção do título de Mestre em Estudos Étnicos e Africanos.

Orientador: Prof. Dr. Jesiel Ferreira de Oliveira Filho

Salvador

2022

Biblioteca CEAO - UFBA

M152 Maciel, Cássia Virgínia Bastos.

Relações raciais sob a análise psicológica de Frantz Fanon: mapeamentos nas dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFBA / . - 2022.

94 f.

Orientador : Profº Drº Jesiel Ferreira de Oliveira Filho.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Estudos Afro-Orientais 2022.

1. Relações raciais. 2. Psicologia. 3. Pós-Graduação. I. Oliveira Filho, Jesiel Ferreira.
II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Centro de Estudos Afro - Orientais. III. Título.

CDD - 305.8

CÁSSIA VIRGÍNIA BASTOS MACIEL

**RELAÇÕES RACIAIS SOB A ANÁLISE PSICOLÓGICA DE FRANTZ FANON:
MAPEAMENTOS NAS DISSERTAÇÕES E TESES DO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA UFBA**

Dissertação aprovada defendida e aprovada pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Étnicos e Africanos.

Salvador, 17 de fevereiro de 2022

Banca Examinadora :

Prof. Dr. Alessandro de Oliveira dos Santos (USP)

Prof. Dr. Jesiel Ferreira de Oliveira Filho (UFBA) Orientador

Prof. Dra. Mônica Lima de Jesus (UFBA)

Prof. Dr. Osmundo Santos de Araújo Pinho (UFRB)

DEDICATÓRIA

À minhas voinhas Antônia Pereira e Edite Silva

Minha mãe, mulher de grande vivacida e arte

Marcos César e Pedro Luiz, meus gêmeos

Meus irmãos Clayton Bastos Maciel e José Carlos Silva Jr

As amigas e amigos da roda de samba da vida, que girou e gira.

AGRADECIMENTOS

O agradecimento sincero, vai além de um meneio de cabeça, de um monossílabo cortês, é sempre um abraço afetuoso e um olhar que fala por si ao ser dirigido a quem se destina. Então nas trocas sensoriais de um olhar falante e um tato observante dirijo meus agradecimentos à...

Minha mãe Francisca Pereira Bastos, mulher de grande vivacidade e arte, mulher que se movimenta na roda da vida e do samba.

Meus irmãos Clayton Bastos Maciel e José Carlos Silva Jr, firmes no apertada e afrouxa da jornada. Minhas primas, primos e seus filhos e filhas.

Meus filhos Marcos César Maciel Ribeiro e Pedro Luiz Maciel Ribeiro, fonte de toda potência e doçura.

A João Paulo Ribeiro, pelo que realizamos juntos.

Minhas tias e tios, minha madrinha Tia Glória e meu padrinho Tio Toge. D. Raimunda.

Às amigas e suas famílias: Anna Carolina, Ademildes, Aida Celeste e Silvana, Sérgio Nunes, que me deram suas famílias também.

Ao amigo Lúcio Oliveira (Magano) pela troca acadêmica e artística.

Aos colegas de mestrado, por nossas andanças no largo 02 de julho, à toda equipe do CEAO e do Pósafro.

Ao reitor João Carlos Salles Pires da Silva, amizade que sintetiza o ver além de nós mesmos. Ao vice-reitor Paulo César Miguez de Oliveira.

A Suani Tavares Rubim de Pinho que sinaliza sempre o próximo passo, nenhum atrás. A todos/as colegas da administração central da UFBA gestão 2014/2018, em especial ao amigo Olival Freire.

A toda equipe da Pró-reitora de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da UFBA, aos companheiros/as da luta política dentro e fora da UFBA, com cautela em fixar quem é quem, já que a universidade é o cerne de nossas vidas.

Aos/as professores/as e colegas da graduação em Psicologia da UFBA, da especialização na Escola de Administração e de todas as iniciativas de capacitação que participei como estudante ou docente. Aos organizadores e colegas do XX Fábrica de Idéias.

Ao meu orientador Prof. Dr. Jesiel Ferreira de Oliveira Filho, pessoa de saber e generosidade necessários à percepção da agonia dos tempos atuais. Aos membros da banca da qualificação, em especial Ilka Bichara. A Prof. Dra. Elisabete Aparecida Pinto.

Aos membros da banca examinadora Prof. Dr. Alessandro de Oliveira dos Santos (USP) por sua criticidade que convida. Prof. Dra. Mônica Lima de Jesus (UFBA) que segurou minha mão pelo caminho do rigor científico aliado à gentileza conosco e com o texto. Ao Prof. Dr. Osmundo Santos de Araújo Pinho (UFRB), que como membro também da banca de qualificação ajudou a mudar os rumos deste trabalho com seu olhar sobre Fanon.

Um abraço afetuoso (in memoriam) aos amigos Prof. Marcus Vinicius de Oliveira Silva (Matraga) e Paulo César Vaz Santos.

A todas pessoas deixaram e levaram em nossas trocas, a todas as famílias que perderam entes queridos para a COVID-19.

RESUMO

MACIEL, Cássia Virgínia Bastos. **Relações raciais sob a análise psicológica de Frantz Fanon: mapeamentos nas dissertações e teses do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFBA**. 103f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2021.

As relações raciais são componentes dinâmicos da interação humana. A autodeclaração e/ou heteroidentificação de sujeitos como pessoas brancas e negras (ou seja, sua racialização) tem papel central na vida das pessoas e na organização social. A hierarquização racial de vidas humanas precisa ser encarada como uma violência estruturada que requer cada vez mais empenho social e luta para sua superação. Ao designarmos aqui essa forma de violência por racismo, alinhamos com a perspectiva de Frantz Fanon (1968, 2020a, 2020b, 2021), que precipuamente a entende como uma atualização constante da experiência colonial europeia moderna. Isto pode ser visto acentuadamente na sociedade brasileira, conforme os estudos pioneiros das psicanalistas negras Virgínia Leone Bicudo [1945] (2010), Isildinha Baptista Nogueira (1998) e Neusa Santos Souza (1983). Ademais, podemos sugerir convergências nos estudos dos quatro autores, tais como a existência de uma subjetivação racializada e marcada pelo passado colonial e por sua atualização no racismo contemporâneo; o impacto psicológico do racismo no plano individual e coletivo; a relevância da experiência vivida e a consideração das teorias psicanalíticas, não apenas como ferramenta de interpretação, constituindo assunto ainda pouco explorado academicamente, não só pela psicanálise, de acordo com Ferreira (1999), Martins, Santos e Colosso (2013) e Schucman, Nunes e Costa (2017).

Diante disso, nosso problema de pesquisa é identificar como as relações raciais são abordadas nas dissertações e teses defendidas no PPGPSI-UFBA. Como se caracteriza a articulação entre subjetividade e racialização nesta inserção? Para tentar responder a essa questão, incorporamos a contribuição metodológica da análise de documentos públicos (SPINK, 2004) considerando que as dissertações e teses são práticas discursivas. Os resultados apontam para a diversidade epistêmica do campo psicológico, a demanda por maior produção crítica sobre relações raciais, a necessidade da inserção da temática racial pela a inclusão da solicitação da autodeclaração racial e sua operacionalização como categoria de análise (dependendo do objetivo da pesquisa).

Palavras-Chave: Raça, Racismo, Relações Raciais, Psicologia, Pós-graduação

ABSTRACT

MACIEL, Cássia Virgínia Bastos. **Race relations from the perspective of Frantz Fanon's psychologic analysis: mappings of UFBA dissertations and theses produced at the Psychology Post-graduate Program.** Master's thesis – Post-graduate Program in Ethnic and African Studies, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p. 103.2021.

Race relations are dynamic components of human interaction. The self-declaration and/or hetero-identification of individuals as white and black people (that is, their racialization) plays a central role in people's lives and in social organization. The racial hierarchization of human lives needs to be seen as a structured violence that requires more and more social commitment and a struggle to be overcome. By designating this form of violence as racism here, we align with the perspective of Frantz Fanon (1968, 2020a, 2020b, 2021), who primarily understands it as a constant update of the modern colonial experience. This can be seen sharply in Brazilian society, according to the pioneering studies of black psychoanalysts Virgínia Leone Bicudo [1945] (2010), Isildinha Baptista Nogueira (1998) and Neusa Santos Souza (1983). Furthermore, we can suggest convergences in the studies of the four authors, such as the existence of a racialized subjectivation marked by the colonial past and its updating in contemporary racism; the psychological impact of racism at the individual and collective levels; the relevance of the lived experience and the consideration of psychoanalytic theories, not only as a tool of interpretation, constituting an individual that is still little explored academically, according to Ferreira (1999), Martins, Santos and Colosso (2013) and Schucman, Nunes and Costa (2017). Therefore, our research problem is to identify how race relations are addressed in dissertations and theses defended at PPGPSI-UFBA. How is the articulation between subjectivity and racialization characterized in those contexts? In order to try to answer these questions, we incorporated the methodological contribution of the analysis of public documents (SPINK, 2004) considering that dissertations and theses are discursive practices. The results point to the epistemic diversity of the psychological field, the demand for a greater critical production on racial relations, the need to consider the racial theme with the inclusion of the self-declaration racial request and its operationalization as a category of analysis (depending on the research objective).

Keywords: Race, Racism, Race Relations, Psychology, Postgraduate.

LISTADE ABREVIATURAS

ANPSINEP - Articulação Nacional de Psicólogas (os) Negras (os) e Pesquisadoras (es)

ANPEPP - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia

CAPES - Coordenação de Pessoal de Nível Superior

CFP - Conselho Federal de Psicologia

Lilacs - Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde

MEC – Ministério da Educação

PPGPSI - Programa de Pós-Graduação em Psicologia

PSINEP - Encontro Nacional de Psicólogas (os) Negras (os) e Pesquisadoras (es) das Relações Raciais e Subjetividades

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SciELO – Scientific Electronic Library Online

TEN – Teatro Experimental do Negro

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Número de trabalhos sobre relações raciais e suas temáticas.....	62
Quadro 2 - Linha de Pesquisa Cognição Social e Dinâmicas Interacionais.....	64
Quadro 3 - Linha de Pesquisa Indivíduo e Trabalho: Processos Micro Organizacionais.....	65
Quadro 4 - Linha de Pesquisa Transições Desenvolvimentais e Processos Educacionais.....	67
Quadro 5 - Linha de Pesquisa Infância e Contextos Culturais.....	67
Quadro 6 - Estudos sem Menção Explícita à Linha de Pesquisa.....	68
Quadro 7 – Distribuição das Teses e Dissertações por Ano.....	69
Quadro 8 – Solicitação de Autodeclaração por Linha de Pesquisa.....	73
Quadro 9 – Inserção da temática racial nos estudos sobre adolescentes e atos infracionais..	76
Quadro 10 – Inserção da temática racial nos estudos sobre ações afirmativas nas universidades.....	78
Quadro 11 – Inserção da temática racial nos estudos sobre estereótipos e racismo.....	79
Quadro 12 – Inserção da temática racial nos estudos que a tem como tema central	82
Quadro 13 – Referenciais Teóricos por Grupos	100

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 SUBJETIVIDADE E RACIALIZAÇÃO: A ANÁLISE PSICOLÓGICA DE FRANTZ FANON EM PELE NEGRA, MÁSCARAS BRANCAS.....	26
1.1 SOCIOGÊNESE E RACISMO.....	30
1.2 SUBJETIVIDADE E IDENTIFICAÇÃO	34
1.3 RACIALIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA VIVIDA E CORPO NEGRO.....	36
2 INTELLECTUAIS NEGRAS E A TEMÁTICA RACIAL NA PSICOLOGIA: ESTUDOS PIONEIROS SOBRE SUBJETIVIDADE E RACIALIZAÇÃO NO BRASIL.....	40
2.1 INTELLECTUAIS NEGRAS E A TEMÁTICA RACIAL NA PSICOLOGIA.....	42
2.1.1 Virgínia Leone Bicudo.....	43
2.1.2 Neusa Santos Souza.....	46
2.1.3 Isildinha Baptista Nogueira.....	50
3 PERCURSOS METODOLÓGICOS NA ANÁLISE DE DISSERTAÇÕES E TESES DE PÓS-GRADUAÇÃO.....	54
3.1 CARACTERIZANDO A PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA E O PPGPSI-UFBA.....	55
3.2 PROBLEMA DE PESQUISA.....	56
3.3 OBJETIVOS.....	57
3.3.1 Geral.....	57
3.3.2 Específicos.....	57
3.4 MÉTODO DE SELEÇÃO DA AMOSTRA.....	57
3.5. PROCEDIMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS DADOS.....	59
4 A INSERÇÃO NA TEMÁTICA RACIAL NO PPGPSI-UFBA.....	60

4.1 SISTEMATIZAÇÃO DAS DISSERTAÇÕES E TESES DO PPGPSI-UFBA QUE ABORDAM A TEMÁTICA RACIAL.....	63
4.2 CARACTERIZAÇÃO DA ABORDAGEM DA TEMÁTICA RACIAL NO ESCOPO DOS TRABALHOS.....	70
4.2.1 Solicitação da Autodeclaração Racial.....	71
4.2.2 A Temática Racial como categoria de análise: categorização por Grupo.....	74
4.2.2.1 Grupo 01: Adolescentes e Atos infracionais.....	75
4.2.2.2 Grupo 02: Ações Afirmativas nas universidades.....	76
4.2.2.3 Grupo 03: Estereótipos e racismo.....	79
4.2.2.4 Grupo 04: Temática racial como tema central.....	80
4.3 ARTICULAÇÕES ENTRE SUBJETIVIDADE E RACIALIZAÇÃO.....	85
4.3.1 Sociogênese e Racismo.....	85
4.3.2 Subjetividades e Identificação.....	87
4.3.3 Experiência Vivida e Corpo Negro.....	87
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS.....	94

INTRODUÇÃO

Rumo a novo humanismo...

A compreensão entre os homens...

Nossos irmãos de cor...

Creio em ti, Homem...

O preconceito de raça...

Compreender e amar...

(FANON, 2020a, p. 21)

As relações raciais são componentes dinâmicos da interação humana. A autodeclaração e/ou heteroidentificação de sujeitos como pessoas brancas e negras (ou seja sua racialização), tem papel central na vida das pessoas tanto na dimensão econômica, quanto na subjetiva, bem como nas derivações destas em campos sociais como saúde, educação, acesso a direitos, relações afetivas e outras, especialmente no Brasil devido a nosso histórico colonial e escravocrata. Contudo a racialização a partir da atribuição de pertencimento racial, na perspectiva adotada aqui está relacionada ao processo de expansão econômica europeia e a colonização portuguesa no país.

No século XIX, o termo raça embasava teorias raciais que se tornaram ferramentas de análise da diferença humana (WADE, 2017), sendo os modelos evolucionistas representantes de interpretações espúrias de teses estrangeiras e amplamente aceitos pelas elites intelectuais e políticas brasileiras nos diversos estabelecimentos científicos. Além de buscar sua aplicação ao contexto nacional, estes estabelecimentos elegeram em grande parte estas teorias de cunho determinista em detrimento de outras (SCHWARCZ, 1993). Segundo a autora a suposta diferença entre as raças e a naturalização de uma hierarquia tecida socialmente se associavam ao pensamento sob influência, “das máximas do evolucionismo social sublinhou-se a noção de que as raças humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e aperfeiçoamento, obliterando-se a ideia de que a humanidade era una” (SCHWARCZ, 1993, p. 25). Ou seja, pessoas negras eram consideradas, com parecer científico, como seres humanos rebaixados.

Nesse contexto, raça se situava numa perspectiva biológica, sendo operacionalizada

como conceito com base na “anatomia comparativa, executada por meio de análises sistemáticas do corpo e do crânio; as diferenças fisiológicas eram a base para entender a civilização e diferenças de moralidade e inteligência” (WADE, 2017, p. 55). Para esta autor o conceito, assim como foi esboçado pelas ciências sociais e naturais no século XVIII foi ampliado, abrangia ainda características como a aparência, linhagem e sangue, meio ambiente, somadas à necessidade de entender também a influência de “ideias contemporâneas sobre comportamento, a moral, a virtude e a honra” (WADE, 2017, p. 55). Como vemos a noção de de raça se desloca no tempo, esteve inicialmente ligado a uma concepção fortemente baseada no ambiente que na cultura, passando depois para o domínio do biológico e, em seguida, por identificações mais culturalistas.

Segundo Lívio Sansone (2014) o termo raça é antigo na língua portuguesa, conforme o verbete intitulado “Raça”, que compõe o Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa, seu primeiro registro se encontra no dicionário Vocabulário Portuguez e Latino, do clérigo Raphael Bluteau, publicado em oito volumes, entre 1712 e 1728. No referido verbete o autor segue apresentando definições de raça de outros compêndios nos quais ora os autores se referem à raça de animais, ora à raça humana, associada também a casta, espécie, ou adquirindo dimensão universalista entre os ideólogos franceses, sendo utilizado para se referir a raças humanas e seus graus de civilidade (SANSONE, 2014).

Em meados do século XX, contígua às ações e declarações da UNESCO (1950) sobre o tema, ainda sob impacto do terror nazista e do holocausto, no período pós II Guerra, houve um certo abandono do termo raça em seu caráter biologizante, enquanto definidor de características físicas e comportamentais hierarquizantes, passando-se a utilizar frequentemente o termo etnia diante da “repugnância ética às doutrinas raciais nazistas” (STOLCKE, 1991, p. 106).

Em dicionários mais recentes as definições se multiplicam, endossando certa variedade de sentidos atribuídos, o que nos remete à complexidade da discussão, sem perder de vista que raça se encontra imbricada com racismo. Esta constatação que nos parece óbvia é salientada em face do declínio da referência biológica ao termo, sem que isto tenha como consequência o arrefecimento da discriminação racial.

Em síntese raça desempenha papel de categoria analítica no escopo das teorias que buscam analisar as desigualdades sociais operacionalizadas pelo racismo no país. Este, enquanto fenômeno social encontra definições em diversos campos de conhecimento como a biologia, antropologia e sociologia, sendo também objeto de estudos da Psicologia Social, entre outras. No

Brasil o racismo possui especificidades que podem ser atestadas através de sua eficácia na segregação social, a qual assume características de aniquilação de negros/as nas mais diversas esferas da vida social, individual e coletivamente, baseada, entre outras características “na ambiguidade entre cor e classe social, que é uma das características do racismo brasileiro ” (MUNANGA, 2008, p. 97).

Tanto no plano individual, quanto no coletivo a relação entre subjetividade e racialização é uma relevante perspectiva de análise sobre o tema psicologia e relações raciais. Tomamos aqui subjetividade como um complexo psíquico peculiar ao sujeito e, expresso por sua forma de estar e captar o mundo, por seus pensamentos, comportamentos, atitudes (FANON, 2020a). Contudo, existem expressões de subjetividade e vivências historicamente enquadradas por valorações negativas ligadas à compreensão das alteridades humanas como problema e não como algo que caracteriza e universaliza nossa experiência.

A hierarquização de vidas humanas baseada em marcadores biológicos ou culturais precisa ser encarada como uma violência estruturada que requer cada vez mais empenho social e luta para sua superação. Ao designarmos aqui essa forma de violência por racismo, alinhamos com a perspectiva de Frantz Fanon (1968, 2020a, 2020b, 2021), que precipuamente a entende como uma atualização constante da experiência colonial moderna, gerando imenso impacto na identificação de sujeitos negros e brancos – o que pode ser visto com força na sociedade brasileira, conforme os estudos pioneiros das psicanalistas negras: Virgínia Leone Bicudo [1945] (2010), Isildinha Baptista Nogueira (1998) e Neusa Santos Souza (1983). Contudo é assunto ainda pouco explorado academicamente pela psicologia, de acordo com Ferreira (1999), Martins, Santos e Colosso (2013) e Schucman, Nunes e Costa (2017). Devemos considerar que um comparativo entre a produção e circulação desta produção no âmbito acadêmico e externo seria de enorme contribuição complementar às explorações localizadas.

Com isto, o referencial teórico deste trabalho é o modelo de análise psicológica de Frantz Fanon em *Peles Negras, Máscaras Brancas* (PNMB)¹. Destacadamente a problematização da ciência psicológica como instrumento para compreensão dos impactos do racismo na formação processual da subjetividade e no sofrimento psíquico. Sua perspectiva contribui de modo específico pela proposição de elementos sociogênicos nos processos de socialização, como a racialização e o racismo. Aplicar esta referência à análise de um dado recorte de dissertações e teses significa mapear ocorrências diretas e indiretas de elementos

¹ A partir deste ponto da dissertação, a obra será referida como PNMB

teórico-metodológicos similares. Buscamos articulações entre o pensamento fanoniano e parâmetros de pesquisas definidos entre objetivos, referenciais teóricos, participantes, objetos/fenômenos e metodologias que constituem os materiais a serem examinados.

A análise psicológica fanoniana, tecida de modo interdisciplinar, confronta e atualiza elementos utilizados no campo dos saberes psiquiátrico, psicológico e psicanalítico - rompe assim a dicotomia entre ambiente interno versus ambiente externo, qualificando a influência deste último a partir da noção de sociogenia. Embora esta ideia não seja nova, sua originalidade reside em articular a racialização com as relações de poder e desejo que entretencem o ambiente social, apontando sua influência decisiva nos modos de produção econômica e simbólica. Tendo o racismo como esteio de sofrimento psíquico, problematizar sua influência na subjetivação coloca-nos um ponto central do pensamento fanoniano, a saber: a concepção do racismo como a interiorização social de um complexo de inferioridade do negro e de superioridade do branco oriundo de um processo econômico secundariamente epidermizado, que tem como principal estratégia negar ou relativizar a humanidade de pessoas negras.

No Brasil, esse processo se configura em violências materiais e simbólicas que, ao fim e ao cabo, estruturam a própria formação social. Foi buscando compreensão renovada para esse problema que submetemos nosso trabalho aos parâmetros da análise psicológica fanoniana. Enquanto sociedade forjada pela colonização portuguesa, temos diferenças sócio-históricas, geográficas, culturais em relação a outras regiões do globo, contudo existem heranças coloniais subjetivas compartilhadas, que, ao ver de Fanon são características comuns aos povos colonizados. No Brasil, no plano social e interrelacional a aparência física e o fenótipo negro protagonizam a discriminação, mas não perdemos de vista que se trata de fenômeno multidimensional que se estende na vida política, no acesso a direito e justiça, na seara ideológica e na economia (ALMEIDA, 2018), com efeitos subjetivos deletérios de submissão de sujeitos e saberes.

Em relação a aspectos históricos do campo das ideias psicológicas em nossa sociedade vemos que sua experiência data do período colonial, com destaque para sua maior produção com o advento das faculdades de medicina na Bahia e no Rio de Janeiro, havendo diferenças nas produções das duas. Na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, os estudos enfatizam a neuropsiquiatria e a neurologia. As produções da faculdade baiana ligavam-se à aplicação social da psicologia, através da criminologia, da psiquiatria forense e da higiene mental (PESSOTTI, 1975, p. 02).

Não só a medicina foi campo fértil para o desenvolvimento dos primeiros estudos psicológicos no Brasil, mas também a educação. Estes tiveram grande contribuição analítica, tendo recebido críticas frequentes, que para Lourenço Filho seriam carentes de fundamentação. As críticas vinham “de parte de pensadores sociais, em sua maioria sacerdotes e juristas; é que a atenção deles, preferencialmente voltadas para os aspectos de síntese, devia buscar esclarecimento para as graves questões de responsabilidade moral e penal” (LOURENÇO FILHO, 1994, p. 304).

Observamos uma expectativa em torno da ciência psicológica como subsídio tanto à explicação do comportamento humano, como à tomada de medidas sociais. A solidariedade entre médicos/as e juristas levou à influência das teorias psicológicas sobre os últimos através da criminologia, psiquiatria forense e psicologia judiciária, naquele momento estão em voga as ideias do movimento de higiene mental. Estes serviram de ponte à aproximação entre médicos/as e educadores/as no desenvolvimento de estudos e instrumentos de diagnóstico como os testes psicológicos. Este caráter fragmentário dos estudos iniciais se deve “à falta de centros de indagação geral e crítica científico-filosófica, como as universidades, só há pouco devidamente organizadas” (LOURENÇO FILHO, 1994, p. 304).

Segundo este autor, a dispersão destes estudos refletia-se também na transformação dos modos de conhecer, sendo esta de ordem filosófica no que dizia respeito ao significado e rumo estes estudos. Cita como exemplo a instalação do primeiro laboratório de psicologia experimental, no Rio de Janeiro em 1897, que encontrou resistências ao aparente objetivo de aplicar o uso de aparelhos ao estudo das faculdades da alma. Contudo, em que pesem esses dilemas, em momento posterior, o desenvolvimento das universidades operou para a consolidação de novos rumos. Porém, atrelado a isto se encontravam demandas sociais prementes que contribuiriam para maior aproximação da psicologia objetiva, a exemplo da necessidade de renovação escolar e racionalização do trabalho, com isto “Educadores, por um lado, e por outro, administradores (sobretudo engenheiros), interessados nos problemas de formação de pessoal para as indústrias e sua conveniente seleção, muito rapidamente, entre si, e com especialistas médicos, estabeleceram liames de entendimento e colaboração” (LOURENÇO FILHO, 1994, p. 305).

Santos, Schucman e Martins (2012) em artigo intitulado, *Histórico do Pensamento Psicológico Brasileiro Sobre Relações Étnico-Raciais*, propõem uma sistematização deste em três períodos. Convém destacar que os processos históricos, em que pese a relação tempo e espaço, não se dão de maneira estanque, com isso características de um período se antecipam

ou subsistem nos posteriores. Contudo a caracterização em termos de uma linha do tempo contribui no entendimento do aspecto histórico das ideias psicológicas. Desse modo, os autores identificam três momentos do pensamento psicológico brasileiro acerca das relações étnico-raciais. Um primeiro no século XIX e início do XX influenciado por um modelo médico-psicológico, mais conhecido pela atuação do médico baiano Nina Rodrigues, que ao investigar características psicológicas, tidas como natas em pessoas escravizadas e libertas, ofereceu uma perspectiva que subsidiou a “configuração do negro como sujeito psicológico e objeto da ciência” (SANTOS; SCHUCMAN; MARTINS, 2012, p. 167).

Esta configuração se estabeleceu num campo de disputas, nacionais e internacionais, e de manutenção do controle pela subalternização negra, num deslizamento de objeto de trabalho na escravidão, a objeto de pesquisa no pós-abolição (CARNEIRO, 2005). Ao ver da autora isto implicou também no apagamento total de saberes negros, ao passo que a narrativa sobre o negro era construída academicamente, a narrativa sob a perspectiva de pessoas negras era apagada. Há o reforço do negro como objetivo de ciência, bem sintetizado, segundo ela, nas palavras de Sílvia Romero, que assim conclama os cientistas brasileiros a tomarem posse deste objeto de estudo visto que, “O negro não é só uma máquina econômica; ele é antes de tudo, e malgrado sua ignorância, um objeto de ciência” (RODRIGUES, 2010). A lógica do negro como objeto foi acolhida e vultosamente ampliada, se materializando na

Proliferação de institutos de pesquisas, centros de estudos africanos ou de relações raciais em todo o país, que titularam e tornaram célebres pesquisadores e intelectuais brancos especialistas em “negro”, ratificando a máxima de Sílvia Romero. Saberes e instituições apropriadas por brancos, conformando além de interpretações, modos de subjetivação para o negro (CARNEIRO, 2005, p. 60).

Num segundo momento, que compreende as décadas de 1930 até 1950, no qual ocorre a introdução da Psicologia no ensino superior, está em vigência o debate sobre a construção sociocultural das diferenças que busca desconstruir “o determinismo biológico das raças na constituição do campo da Psicologia e da Psicologia social no Brasil” (SANTOS; SCHUCMAN; MARTINS, 2012, p. 167). O período abarca também o desenvolvimento do Projeto UNESCO/Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, idealizado inicialmente pelo intelectual e pesquisador no campo das ciências humanas, Arthur Ramos. Financiado pela organização em 1951 e 1952, o projeto tinha como objetivo realizar pesquisas sobre as relações raciais no Brasil. Em seu bojo se desenvolveu importante impulso às pesquisas, que localizadas por região, sendo a Bahia um dos focos, evidenciaram estudos já

em curso e iniciaram outros que trouxeram novas perspectivas sobre o tema e que influenciam até a atualidade o que se discute na academia, e se desdobra sobre a Psicologia em sua relação com outros campos de saberes.

O projeto apresentou novas leituras para a questão racial, que tiveram metodologicamente forte influência da Psicologia Social, com utilização de técnicas referentes ao estudo dos estereótipos e dos tipos de personalidade (MAIO, 1999, p. 148). Observamos a imensa contribuição do Projeto para o pensamento social sobre pessoas negras no Brasil, bem como merece maior atenção e estudos voltados para a inserção e produção da Psicologia neste contexto, considerando que o ciclo possibilitou novos diagnósticos sobre nossa sociedade, análise dos interesses da comunidade científica, bem como foi possível acessar “os conteúdos teórico-metodológicos que informaram as pesquisas, o estado da arte de determinadas disciplinas como a antropologia e a sociologia, a relação entre intelectuais e vida pública” (MAIO, 2000, p. 116).

No terceiro momento, da década de 1990 em diante até a atualidade, vivenciamos a introdução dos estudos sobre branqueamento e branquitude no Brasil de forma mais significativa no campo acadêmico, esta perspectiva propõe “a discussão do legado social do branqueamento e de seus efeitos psicológicos sobre a identidade étnico/racial da pessoa negra” (SANTOS; SCHUCMAN; MARTINS, p. 168), de forma crítica e relacional, problematizando a ideia do sujeito branco como parâmetro de civilidade e a consequência deste pensamento sobre a sociedade. Por outro lado, cada vez mais a entrada de pessoas negras nas universidades através de políticas de ações afirmativas no ensino superior, centros de pesquisa, etc, tem refletido sobre outras matrizes de pensamento, bem como a incorporação das experiências nas perspectivas de análises, impulsionando metodologias e mobilizando referenciais teóricos sistematicamente apagados.

Não por acaso, portanto, observamos no campo subjetivo uma racionalidade sobre a racialização que se atualiza no racismo cotidiano, o que nos indica e justifica a aplicabilidade do pensamento fanoniano à inteligibilidade dos aspectos psíquicos das relações raciais peculiares à nossa sociedade. Apropriação e debate intelectual do pensamento fanoniano por psicólogos/as ainda nos parecem incipientes, considerando o aspecto geral da recepção de Fanon no Brasil nas últimas décadas, condição que, porém, vem mudando.

Para Guimarães (2008), a recepção das ideias de Fanon no Brasil foi morna devido a três fatores: (1) especificidade da esquerda latino-americana nos anos 1960, (2) constituição racial e nacional totalmente oposta a conflitos raciais e (3) o pequeno número de professores e

pesquisadores negros discutindo identidade racial nas universidades. Este autor constata o silêncio em torno de Fanon ao analisar revistas culturais brasileiras da década de 1950, época da publicação de PNMB (2020). O contato mais evidente se deu através de *Os Condenados da Terra* (CT)² (1961), obra publicada no Brasil em 1968 e que já apontava os efeitos psíquicos do colonialismo. Mas o foco de sua leitura recaiu sobre seu aspecto político revolucionário, mesmo com divergências teóricas e metodológicas da militância sobre raça, nação e estratégias de continuidade na conjuntura instaurada pelo golpe militar de 1964. O que marcou os anos seguintes, afastando um grande número de militantes do cenário intelectual, como assinala o professor Deivison Faustino, importante pesquisador e divulgador do arquivo fanoniano, contemporaneamente

No Brasil, a recepção de Fanon ocorreu sob a influência do *terceiro-mundismo revolucionário*, com o foco em *Les Damnés de la terre*, propiciando, tanto aos leitores ligados à *esquerda*, quanto aos leitores mais afinados com o *movimento negro*, uma apropriação pautada pela polarização entre colonizador e colonizado e pela afirmação de uma identidade (nacional ou negra) em contraponto à colonização (FAUSTINO, 2015, p.11).

Ortiz (2014) aborda também a trajetória política e intelectual de Fanon no contexto francês. Em 1976, ao retornar do doutorado, Ortiz foi convidado por Florestan Fernandes para escrever dois livros para a Coleção Grandes Cientistas Sociais, um sobre Balandier e outro sobre Fanon. Entretanto, segundo ele, o primeiro foi substituído por Bourdieu, e o segundo foi esquecido em meio a questões editoriais. Porém, seu estudo já expõe a problemática fanoniana sobre temas contemporâneos como racismo, a questão nacional e o eurocentrismo na produção acadêmica de seu tempo, atravessados pela crítica ao colonialismo.

Frantz Omar Fanon nasceu em 20 de julho de 1925 em Fort de France, capital da Martinica sob domínio colonial francês, localizada entre o atlântico norte e o mar do Caribe. Psiquiatra formado na Faculté Mixte de Médecine et de Pharmacie da Université de Lyon³, fez residência no Hospital de Saint-Alban supervisionado por François Tosquelles. Em 1953, aceitou uma vaga no hospital psiquiátrico Blida-Joinville, em Argel, no mesmo período se envolveu diretamente com as lutas argelinas por independência da França e se incorporou à Frente de Libertação Nacional (FLN). Atuou como psiquiatra nos hospitais de La Manouba e no Hospital Geral Charles-Nicolle, ambos na Tunísia, mantendo como característica notável uma forte articulação entre prática clínica, pesquisa e luta política, atravessados por intensa produção intelectual. Faleceu em 1961 em Bethesda, nos Estados Unidos, aos 36 anos, devido

² A partir desse ponto da dissertação, essa obra será referida como CT.

³ Para a trajetória pessoal e política de Fanon, sugerimos ver Faustino (2018).

a uma leucemia. Uma vida intensa e uma reflexão poderosa, cujo legado o confirmam como referência essencial à introdução de questões raciais na reflexão sobre a constituição de subjetividades, valendo bem aqui o plural.

Conheci o autor, através de seu livro PNMB, quando me foi apresentado em São Lázaro, mas, importa dizer, não no curso de Psicologia, no qual entrei em 2008. O conheci por Freud, não o Sigmund, mas nosso Freudinho, livreiro que, de modo sempre acolhedor, nos resenhava algumas das obras à venda em sua banca no Pátio do Pavilhão Raul Seixas. Numa visão primeira, a capa da edição da obra recém-publicada pela Editora da UFBA (Edufba) em 2008 criou, no mínimo, um estranhamento. Que imagens eram aquelas reunidas na capa pelo sensível artista Renato da Silveira? Que olhares brancos as construíram?

Não me reconhecia naquela estética que me parecia de um certo escárnio, não identificava minhas máscaras brancas e nem com que autoridade este psiquiatra, psicanalista, filósofo, jornalista, militante, um homem de seu tempo, afirmava estarem coladas à minha pele negra. Levei o livro para casa, passava, olhava, saía e voltava. Como estudante da graduação em Psicologia na UFBA, de 2008 a 2013, imaginava que havia algo ali na obra que deveria ser muito importante para a minha trajetória pessoal e acadêmica. Aa cada linha de seu discurso dito, não gritado (mesmo negando gritar, por vezes sua voz se ergue com um grande berro), Fanon, advertia logo na introdução de seu texto que seu estudo é psicológico, em seu estilo narrativo multissensorial fazia meu esquema corporal ser sacolejado. Me sentia ora ressentida pela minha negação da imagem grotesca sustentada no espelho branco, ora entusiasmada com o convite a pensar a liberdade de se saber o que quer, retirando as máscaras. Deste ponto em diante estabeleceu-se uma relação literária, científica que transmutou em elementos que interrogam minhas vivências pessoais, profissionais e acadêmicas. De certo modo, esta Dissertação é também uma resposta a essa motivação intelectual, que tem, com efeito, profundas raízes pessoais e sociais, com a expectativa de que seu resultado tenha valor acadêmico e interesse muito além de uma trajetória individual.

Recentemente, o interesse por Fanon só tem aumentado. Assim, em 2020, foi lançada uma nova tradução de PNMB (2020a), a primeira edição brasileira de *Alienação e Liberdade: Escritos Psiquiátricos* (ALEP)⁴ (2020b) e ainda a primeira edição em português de *O Olho se afoga/Mãos paralelas - Teatro Filosófico* (2020c). Não obstante tal avanço, o levantamento

⁴ A partir deste ponto esta obra será referenciada como ALEP.

feito por Faustino (2015)⁵, mostra bem que o interesse da psicologia pelos estudos fanonianos - no espaço da pós-graduação em psicologia, demanda, decerto, por mais atenção. Senão, vejamos.

Segundo o Documento de área da Psicologia do sistema de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC), a Psicologia se encontra no colégio de humanidades, compreende 53 doutorados, 79 mestrados acadêmicos e 7 mestrados profissionais, totalizando 139 cursos de pós-graduação. Sendo que o Sudeste detém 40 programas (46,5%), o Nordeste é a segunda região com maior presença da PG em Psicologia, com 18 programas, 27 cursos, o que representa 20,9% do país. No Sul, encontramos 12 programas (14% do total), no Centro-Oeste, temos 11 programas (12,8%) e no Norte 07 programas (BRASIL, 2017). A maioria destes programas se insere em instituições públicas, considerando as IES federais e estaduais, o percentual atinge 72%. Nas instituições privadas, concentram-se 27,9% programas da Área, com participação de instituições confessionais, a exemplo das Pontifícias Universidades Católicas (BRASIL, 2017). A este conjunto dirigimos a necessidade político-acadêmica de uma agenda da psicologia no que diz respeito às relações raciais no campo dos direitos humanos, apontada pelo Prof. Marcus Vinícius Oliveira Silva, do instituto de psicologia da UFBA, que se refere à necessidade de

...apurar a nossa sensibilidade, no sentido de percebermos quais são as temáticas cruciais a serem enfrentadas e utilizar toda a nossa criatividade epistemológica, no sentido de formatação de objetos de investigação, no sentido da conformação de linhas de investigação que lhes corresponda. (SILVA, 2009, p. 95)

Em particular, o Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, situado em Salvador, tem 19 anos de atividades, ofertando cursos de mestrado e doutorado em Psicologia. A primeira turma de mestrado inicia-se em 2002, e a de doutorado em 2007. Tem como objetivo de ofertar “formação de mestres e doutores em Psicologia, qualificando pessoal para o exercício do ensino superior em Psicologia e capacitando para o planejamento, execução, comunicação e avaliação em pesquisa” (UFBA, 2017a). Surge diante da demanda de acompanhar a expansão do ensino de graduação, bem como de atender às necessidades de formação *stricto sensu* na área (UFBA, 2017b) para qualificação e formação de docentes e pesquisadores/as. O estudo do tema psicologia e relações raciais, a partir da produção acadêmica em uma universidade, justifica-se então ao considerarmos como o racismo se caracteriza em nossa sociedade e a demanda dirigida à

⁵ Ver Anexo II, Faustino (2015)

psicologia como ciência e profissão. A temática nos coloca, portanto, um importante desafio intelectual. Afinal, a psicologia é historicamente convocada a produzir e balizar saberes sobre a subjetividade e o comportamento social, não podendo ignorar a expressão de forma mais contundente nas relações raciais.

Diante disso, nosso problema de pesquisa é: como as relações raciais são abordadas nas dissertações e teses defendidas no PPGPSI-UFBA? E como se caracteriza a articulação entre subjetividade e racialização nesta inserção? Neste sentido esta pesquisa teve como objetivo geral discutir a abordagem das relações raciais nas dissertações e teses do PPGPSI-UFBA. Como objetivos específicos, identificar e sistematizar as dissertações e teses defendidas entre 2002 a 2017 que abordam a temática da psicologia e relações raciais, considerando aquelas disponíveis, na íntegra, em plataforma virtual de acesso livre. Caracterizaremos a abordagem das relações raciais no escopo dos estudos levando em conta: identificação dos/as participantes com a solicitação, pelo pesquisador, da autodeclaração racial, presença da operacionalização da categoria de análise raça. Conclusivamente, analisaremos a produção científica levantada em relação à presença e/ou ausência de articulações entre subjetividade e racialização.

Esta dissertação estrutura-se da seguinte forma. No primeiro capítulo, “Subjetividade e racialização: a análise psicológica de Frantz Fanon em *Pele Negra, Máscaras Brancas*”, apresentamos a estrutura da obra PNMB, e discutimos os conceitos que compõem a análise psicológica fanoniana: sociogênese e racismo; subjetividade e identificação; racialização da experiência vivida e corpo negro. Vale aqui enfatizar que estas não se inscrevem apenas num registro patológico, mas também nas subjetividades.

No segundo capítulo, “Intelectuais negras e a temática racial na Psicologia: estudos pioneiros sobre subjetividade e racialização no Brasil”, buscamos relacionar elementos da análise psicológica fanoniana com o contexto brasileiro. Discutimos assim, os estudos de Virgínia Leone Bicudo, *Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo* [1945] (2010), Neusa Santos Souza, *Tornar-se negro ou As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social* (1983) e Isildinha Baptista Nogueira, *Significações do Corpo Negro* (1998). Tais estudos revelam elementos similares no que diz respeito à articulação entre subjetividade e racialização, mesmo que não influenciadas diretamente pela leitura de Fanon, com exceção de Neusa Souza que o cita diretamente.

No terceiro capítulo apresentamos nossos percursos metodológicos, caracterizamos a pós-graduação em psicologia e o PPGPSI/UFBA, a formação e organização de nossa amostra,

bem como os procedimentos de mapeamento e análise dos dados. Consideramos a diversidade do campo psicológico expressa em nosso objeto de estudo através da diversidade nas linhas de pesquisa, áreas de concentração e subáreas da psicologia presentes no que tange a teorias, métodos e objetos. Isto requer atenção necessária, no que se refere à escolha teórico-metodológica para nortear nossa análise, cabendo lembrar com Figueiredo (1992) que não há possibilidade de que façamos essa escolha conscientemente, uma vez que, ao contrário, somos escolhidos devido às nossas vivências pessoais e de trajetórias acadêmicas.

Incorporamos a contribuição metodológica da análise de documentos públicos (SPINK, 2004), em conformidade com o estudo da produção de sentidos através da análise de práticas discursivas. Esta se constitui numa proposta teórica e metodológica que busca situar a produção de sentidos como “forma de conhecimento que se afilia à perspectiva construcionista e situar as práticas discursivas dentre as várias correntes voltadas ao estudo da linguagem.” (SPINK; FREZZA, 2004, p. 17). Consideramos, então, as dissertações e teses como documentos públicos que se constituem em práticas discursivas, que circulam majoritariamente no ambiente acadêmico e nas comunidades científicas. São documentos, que, mesmo públicos e possuindo contribuição altamente relevante para a sociedade, são pouco acessados pelo público em geral.

Enfim, no quarto capítulo “Relações raciais e as pesquisas em pós-graduação no PPGPSI/UFBA”, empreendemos a discussão dos resultados, na qual identificamos a diversidade epistêmica do campo psicológico, demonstrada através das subáreas que se debruçam sobre a temática racial, a demanda por maior produção crítica sobre subjetividade e racialização, a necessidade da inserção da temática racial com solicitação da autodeclaração, dependendo do objetivo da pesquisa, e a necessidade de ampliação do interesse pela inclusão da temática racial como importante categoria de pesquisa.

1 SUBJETIVIDADE E RACIALIZAÇÃO: A ANÁLISE PSICOLÓGICA DE FRANTZ FANON EM PELE NEGRA, MÁSCARAS BRANCAS

A análise que empreendemos é psicológica. No entanto, permanece evidente que a verdadeira desalienação do negro implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais. Só há complexo de inferioridade após um duplo processo:

- inicialmente econômico;
- em seguida pela interiorização, ou melhor epidermização dessa inferioridade

(FANON, 2020a, p. 24-25).

A análise psicológica de Frantz Fanon considera a existência de conexões entre dimensões do campo subjetivo e do imaginário coletivo, à luz da ideia central do racismo como elemento sociogênico. Este, se trata de processo inicialmente econômico e em seguida operado como a epidermização e interiorização da ideia de inferioridade da pessoa negra. Sua perspectiva sobre as relações raciais vai além das interações interpessoais ou intergrupais, pois considera “negro” e “branco” como significantes que marcam a racialização⁶ da experiência vivida das pessoas e constituem eixos simbólicos para a estruturação de um duplo narcisismo.

Aqui tomamos o narcisismo a partir de duas leituras evidentes na obra fanoniana, seja por citação, seja pela similaridade do conteúdo. Primeira, a de Sigmund Freud⁷ em *Introdução ao narcisismo*, que o concebe sob dois aspectos: o das perversões em geral, quando do excesso de amor próprio pelo sujeito compromete seu comportamentos quanto as regras e convivência em determinada sociedade e o de elemento de autoconservação presente no desenvolvimento do Eu, segundo Freud [1914] (2010). Segunda, a de Jacques Lacan, em *Os Complexos familiares na formação do indivíduo*, que aborda o estágio do espelho como “momento genético” de uma teoria da identificação, segundo Lacan [1938] (2003, p. 46). Veremos mais adiante como Fanon aprofunda essas noções sob a perspectiva racial, tendo como horizonte tanto a dissolução de essencialismos sobre um suposto ser negro, quanto a de universalismos que buscam apagar essa existência. Essa análise perpassa toda sua obra, mas tem relevo especial em seu livro *Pele negra, máscaras brancas* (PNMB) (FANON, 2020a), assim como em *Alienação e Liberdade: escritos psiquiátricos* (ALEP) (FANON, 2020b), nas quais

⁶ Consideramos racialização no sentido de atribuição própria ou externa de pertencimento a uma raça/cor, por indivíduos, grupos e sociedades. Em PNMB Fanon a utiliza de modo explícito no sentido de atribuição própria “não satisfeito em me racializar*, por um feliz acaso, eu me humanizava” (FANON 2020a, p. 136).*No original francês da primeira edição de 1952 ‘racialiser’.

⁷ Além pensar de modo interdisciplinar, as referências psicanalíticas de Fanon são múltiplas, a exemplo de Alfred Adler, Otto Rank e Germaine Guex, entre outros.

apresenta uma perspectiva da subjetivação no contexto de sociedades constituídas no esteio da colonização europeia e de sua transformação ao longo do tempo, tornando-a assunto presente.

Ele afirma que a desalienação de negros e brancos, por motivos diferentes, implica a tomada de consciência da realidade socioeconômica, mas não apenas isso, visto que o complexo de inferioridade construído pela narrativa colonial é disseminado socialmente entre negros e brancos e decorre de processo inicialmente econômico seguido de uma epidermização. Ou seja, distinções estratégicas são interiorizadas pelos sujeitos e estabelecidas como naturais, provocando consequências subjetivas.

A obra PNMB, escrita aos 27 anos de idade, foi inicialmente feita com o objetivo de ser apresentada como a tese de conclusão de seu curso de medicina sob o título, *Essai sur la désalienation du Noir* (FAUSTINO, 2015). Contudo, além de estilo próprio e marcado por uma linguagem multissensorial que desafiava os padrões metodológicos da academia, o trabalho confronta diretamente pressupostos vigentes da psiquiatria, psicanálise e psicologia da época, assim como a concepção de que fenômenos psicológicos poderiam ser explicados exclusivamente através dos fisiológicos.

Fanon interroga diretamente a ordem social e também os sujeitos sobre seu desejo, isto no contexto da construção simbólica e material do binômio negro/branco como status de humanidade essencializados, que sustentam o imaginário individual e coletivo. Para ele, a negação da humanidade de pessoas negras⁸ rasura suas identificações e seu desejo. Decorre daí a pergunta inquietante, “o que quer o homem? O que quer o homem negro?” (FANON, 2020a, p. 21). Este é o terreno no qual as ideias são desenvolvidas no sentido da ressignificação de uma consciência da diferença entre seres humanos, especialmente no que diz respeito a pessoas negras e à sua essencialização em uma zona de não-ser. Isso, todavia não se refere exclusivamente a pessoas negras; sua perspectiva é relacional, o que enseja sua argumentação em torno de um duplo narcisismo representado pela dicotomia negro/branco. Sua argumentação teórica objetiva, pois, contribui política e subjetivamente para a libertação “do homem de cor de si mesmo” (FANON, 2020a, p. 22), porque essa dinâmica ambivalente configura-se como um processo que dilacera sua identificação ao ter a humanidade questionada num jogo simbólico que tem o branco como parâmetro.

⁸ A menção de Fanon ao homem negro na frase seguinte (ver próxima nota), como referência de ser humano, percorre boa parte do texto. Desse modo vamos utilizar o termo pessoas negras quando nos referirmos à nossa interpretação.

PNMB, que nos serve aqui de referência principal, tem a seguinte estrutura. No primeiro capítulo ele discorre sobre o campo da linguagem. Atribui a esta fundamental importância no processo de identificação e na “compreensão da dimensão para-outrem do homem de cor, tendo em mente que falar é existir para o outro” (FANON, 2020a, p. 31). Isso implica a apropriação da norma culta, fortemente restrita pela dificuldade estrutural, imposta pelo racismo, de acesso à educação formal, e também à presença de elementos de outra ordem, como a narrativa sobre pessoas negras em meios culturais como a música, cinema, literatura e outros.

A linguagem detém ainda sua atenção na prática clínica. Em 1954, enquanto atuava no Hospital Psiquiátrico de Blida-Joinville, ele escreveu com seu orientando, Jacques Azoulay, o artigo, *A socioterapia numa ala de homens muçulmanos: dificuldade metodológicas*, no qual relatam os empecilhos à implementação da experiência mencionada no título. Ao lado da necessidade de um sociodiagnóstico, anterior à proposição da metodologia, um fator central da dificuldade foi a relação entre língua e cultura.

Bem aceitas pelo público da ala feminina europeia, as técnicas de implementação da socioterapia utilizadas no âmbito institucional, sendo de inspiração ocidental, não obtiveram sucesso inicial entre os muçulmanos, pois ignoravam o contexto geográfico, histórico, cultural e social. Fanon destaca como elementos deste fracasso, por um lado, a sua perspectiva assimilacionista inicial e, por outro, as resistências em sua equipe influenciada pela limitação das explicações de ordem biológica predominante na psiquiatria local da época. Suas observações sobre esses aspectos ilustram também a noção de movimento em seu pensamento, que amiúde desloca os registros, passando do biológico ao institucional, do natural ao cultural (FANON, 2020b).

A comunicação com os pacientes para construção do ambiente socioterápico não se efetivou, pois ele e seu assistente não falavam árabe. Isso impossibilitou um diálogo ou “uma troca dialética de perguntas e respostas, a única capaz de superar a reserva e ressaltar o comportamento anormal, patológico” (FANON, 2020b, p. 189). Por não conhecerem, por exemplo, elementos culturais e religiosos, tiveram que recorrer a intérpretes, mas isto prejudicava a própria relação médico-paciente e sua consequente produção de sentido, uma vez que

O intérprete não constrange apenas o paciente. O médico, sobretudo o psiquiatra, faz seu diagnóstico por meio da linguagem. Ora, nesse caso, os componentes gestuais e verbais da linguagem não são percebidos de maneira

sincrônica. A mímica é expressiva, os gestos são abundantes, mas é preciso aguardar o fim do discurso para perceber seu sentido (FANON, 2020b, p. 188).

No segundo e terceiro capítulos Fanon toma como base obras literárias, debruçando-se sobre as relações inter-raciais entre a mulher de cor/homem branco e o homem de cor /branca⁹ e a busca da branquitude como legitimador da própria existência do negro. No que diz respeito à psicopatologia, Fanon no quarto capítulo questiona a ideia da existência de um complexo de dependência do colonizado, apresentado como algo anterior à colonização, através da crítica ao trabalho de Octave Mannoni, *Psychologie de la colonisation*. Dedicada, enfim, o quinto capítulo à experiência vivida do negro, considerando-a uma interrupção da dialética do reconhecimento. Fanon considera os aspectos psicopatológicos do racismo com base no referencial psicanalítico e de modo dialético. Segundo Jean Khalfa, na introdução de ALEP (FANON, 2020b) esta dialética “é da psiquiatria e da sociologia, da subjetividade e da história”, pela qual ele articula filogenia, ontogenia e sociogenia. Com isso reconhece a existência de um complexo psicoexistencial estruturado em torno do binômio branco/negro, reelaborado este na experiência colonial moderna e atualizado culturalmente no decorrer do tempo.

Embora não defina diretamente o que vem a ser esse complexo, ele é o objeto sobre o qual sua análise psicológica se desdobra. A noção de complexo em Fanon¹⁰ se aproxima da perspectiva lacaniana, que os concebe como fator concreto da psicologia familiar condicionado culturalmente

O complexo, com efeito, liga de forma fixa um conjunto de reações que pode concernir a todas às funções orgânicas, desde a emoção até a conduta adaptada ao objeto. O que define o complexo é que ele reproduz uma certa realidade do ambiente, e o faz de maneira dupla:

- 1) Sua forma representa essa realidade no que ela tem de objetivamente distinto numa dada etapa do desenvolvimento psíquico; essa etapa especifica sua gênese.
- 2) Sua atividade repete na vivência a realidade assim fixada, toda vez que se reproduzem certas experiências que exigiriam uma objetificação superior dessa realidade; tais experiências especificam o condicionamento do complexo (LACAN, 2003, p. 34).

É objetivando a aniquilação destes complexos psicoexistenciais que Fanon conclui a obra propondo uma autêntica comunicação (FANON, 2020a) para a criação das condições de existência na diferença. Nos próximos tópicos, discutiremos as conexões que compõem sua análise psicológica.

Há trabalhos que discutem a perspectiva sobre as mulheres na obra de Fanon, assim como a apresentação do homem como expressão de humano. Ver Faustino (2020, p. 44).

¹⁰ Fanon (2020b) dedica uma seção de tese de conclusão de curso a comentar Lacan.

1.1 SOCIOGÊNESE E RACISMO

Em reação à tendência constitucionalizante do final do século XIX, Freud, por meio da psicanálise, exigiu que se levasse em conta o fator individual. Além da filogenia e da ontogenia, existe a sociogenia. (FANON, 2020a, p. 25)

A crítica fanoniana à ideia de exclusividade de características constitucionais na subjetivação pode ser considerada um dos pilares de seu pensamento. Em sua análise psicológica, ele coloca em questão a dicotomia biológico-cultural na formação da consciência, assim como refuta a ideia de causas fisiológicas como exclusivas para a explicação do sofrimento psíquico. Com isso, propõe a ideia de sociogênese como tecido histórico cultural de subjetivação, bem como a necessidade de um sociodiagnóstico como metodologia para alcançar a consciência humana, que, vista por ele como transcendência, se encontra assolada pelo problema do amor e da compreensão (FANON 2020a).

Essa proposição considera a existência de um complexo de inferioridade que estrategicamente submete pessoas negras e apresenta as brancas como padrão de humanidade, tendo o racismo como elemento sociogênico. Essa não é, todavia, uma concepção passível de generalização. Nesse sentido, quanto à possível objeção de que suas considerações não podem ser aplicadas a todas as pessoas, ele recorre a uma analogia

Não é porque o fígado do meu paciente funciona bem que direi: os rins estão saudáveis. Tendo-se verificado que o fígado está normal, abandono-o à sua normalidade, que é o normal, e volto-me aos rins; no caso, os rins estão doentes. Isso quer dizer que, em paralelo às pessoas normais que se comportam sensatamente, de acordo com uma psicologia humana, existe quem se comporte patologicamente, de acordo com uma psicologia desumana (FANON, 2020a, p. 46).

O complexo advém inicialmente de um processo econômico que se refere a um “regime baseado na exploração de uma determinada raça por outra, no desprezo de uma certa humanidade por uma forma de civilização considerada superior” (FANON, 2020a, p. 235). Esse regime remete ao que pode ser hoje designado por colonialidade.¹¹ Implica na atualização constante do racismo na sociedade contemporânea, visto que a desigualdade social sustenta um tipo de exploração similar. Em seguida, essa inferioridade, estrategicamente construída no imaginário através de vários registros de conhecimento, é interiorizada e epidermizada. Por outro lado, esboçando uma perspectiva antropológica para a questão do complexo, Fanon define o racismo que atua tanto na base da exploração estabelecida entre povos “civilizados” e

¹¹ Fanon (1961)

“atrasados”, como na fixação das hierarquias culturais internas às sociedades coloniais e suas derivações históricas, como na próxima passagem que nos parece apresentar bem a situação brasileira

Existem, podemos dizer, certas constelações de instituições, vividas por determinados homens, em áreas geográficas precisas, que num dado momento sofreram o ataque direto e brutal de esquemas culturais diferentes. O desenvolvimento técnico, geralmente elevado, do grupo social assim surgido o autoriza a instalar uma dominação organizada. O empreendimento da desaculturação se apresenta como negativo de um trabalho muitíssimo maior de submissão econômica e mesmo biológica (FANON, 2021, p. 69).

No plano da subjetividade, sendo o racismo um elemento cultural, o autor rejeita a psicologia constitucionalista de sua época, para a qual primava a ideia do sofrimento psíquico como constitutivo da subjetividade do sujeito, e aponta as causas histórico-sociais, ou seja, sociogênicas. Desse modo, vemos que a noção de sociogênese está ligada, entre outros elementos, à crítica do constitucionalismo de uma suposta psiquê negra como inferior, e uma branca ocidental como superior, afirma Fanon “O negro não existe. Não mais que o branco” (FANON, 2020 a, p. 242), isto porque os dois significantes são construções ‘de fora’, feitas através da lente colonial.

A perspectiva sociogênica se mantém em sua tese de exercício, escrita logo após PNMB, *Um caso de doença de Friedreich com delírio de possessão, alterações mentais, modificações de caráter, distúrbios psíquicos e déficit intelectual na heredodegeneração espinocerebelar*, defendida em 1952, Fanon aborda a relação entre distúrbio neurológico e distúrbio psíquico. Problematiza, então, a interpretação mecanicista de que estes distúrbios estariam regularmente atrelados, e mesmo a de que se trataria de entidades estanques, a serem consideradas exclusivamente pela neurologia ou pela psiquiatria. Com isso, contesta a ideia de uma ciência neurológica pura e distinta, descartando ademais a análise do fenômeno segundo disciplinas isoladamente. Afinal, para ele, “seria válido introduzir no debate um grupo de doenças neurológicas que são acompanhadas de distúrbios psíquicos e levantar a questão legítima a respeito da essência desses distúrbios” (FANON, 2020b, p. 299).

Sua argumentação em torno desta suposta essência biofisiológica como causa de sofrimento psíquico e como elemento interpretativo da subjetividade visa, não a descartar a existência de fatores constitucionais, mas sim a confrontar o papel que lhe era atribuído cientificamente. Do ponto de vista psicológico, esse papel foi utilizado como subsídio para a hierarquização das diferenças humanas e a caracterização do sofrimento psíquico. E ainda

encontra esteio socialmente na ideia de que o sofrimento é algo advindo do sujeito e separado de suas condições culturais e socioeconômicas.

Na extensa revisão teórica dos estudos sobre o tema ele destaca a ênfase dada até então à localização cerebral da vida psíquica: “Não se pode ignorar, efetivamente, que o cerebelo foi por muito tempo considerado pelos neurologistas a sede do equilíbrio psíquico e moral” (FANON, 2020b, p. 301). Desse modo, sua pesquisa questiona a ideia tradicional de que um distúrbio neurológico engendre um preciso distúrbio psiquiátrico, cabendo antes demonstrar que aquele incide sobre a personalidade, uma vez que nem o distúrbio, nem a relação psicossocial permeada por ele são causas exclusivas de sofrimento psíquico.

A explicação de Fanon transcende, pois, o referencial anatomo-clínico, considera como causas funções e desintegrações psicodinâmicas, e não apenas órgãos e lesões localizadas (FANON, 2020b). Desse modo, ao qualificar o racismo como componente sociogênico e mais especificamente a articulação entre subjetividade e racialização, reelabora a explicação exclusivamente filo ou ontogenética da consciência humana. Por outro lado, abre novas zonas de sentido para a interpretação dos processos de identificação em termos psicanalíticos.

Como a Psicanálise não tratou da questão negra, segundo Fanon, cabe evidenciar as lacunas decorrentes da influência dos ambientes de produção do discurso analítico: “Deveríamos, para cumprir uma exigência dialética, perguntar-nos em que medida as conclusões de Freud e Adler podem ser empregadas numa tentativa de explicar a visão de mundo do homem de cor” (FANON, 2020, p. 157). Em que pese a questão social já estar presente na teoria psicanalítica e mesmo a questão racial na Psicologia das Massas de Freud (1910), sua abordagem foi radicalizada sob a perspectiva econômico-epidermizada de Fanon, que as inscreve de modo mais contundente com a noção de sociogênese. Essa inscrição opera uma ampliação da perspectiva psicológica freudiana, que antes afirmava “Na vida psíquica do ser individual, o Outro é via de regra considerado enquanto modelo, objeto, auxiliador e adversário, e, portanto, a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social, num sentido ampliado, mas inteiramente justificado (FREUD [1921] 2011, p. 14). Fanon realiza essa ampliação teórica ao apontar a racialização do Outro.

Vemos que ao apontar a ausência de reflexão sobre a questão racial pela Psicanálise, Fanon chama para si essa tarefa, atualizando Freud e tecendo uma interpretação própria da questão com base no princípio sociogênico. Para Sylvia Wynter, a noção de sociogenia de Fanon responde a uma lacuna explicativa entre processos físicos e consciência. Para ela, a

questão exige uma nova elaboração teórica, que a seu ver é empreendida com sucesso por ele. Em sua definição do princípio sociogênico, ela o contrasta com o princípio genômico

the expression of the governing phenomenon at the level of human forms of life that I have defined, after Fanon, as that of the sociogenic principle; that is, as the analogue, at the level of human identity, of the genomic principle, at the level of purely organic forms of life. (WYNTER, 1999)¹²

A análise da sociogênese está articulada teórica e metodologicamente à necessidade de um sociodiagnóstico, dos laços sociais nos campos político-econômico, da linguagem, das relações interpessoais, visto que “o racismo é uma chaga da humanidade. Mas é preciso que não nos contentemos com essa frase. É preciso procurar incansavelmente as repercussões do racismo em todos os níveis de sociabilidade” (FANON, 2021, p. 75).

Desse modo, a partir de sua experiência clínica e de sua pesquisa, Fanon considerava que qualquer medida devia ser precedida de uma investigação tenaz das bases orgânicas da sociedade, ou seja, de seus valores biológicos, morais, estéticos, cognitivos e religiosos pois o racismo não é “uma constante do espírito humano” (FANON, 2021, p. 80). No caso da prática clínica em psiquiatria e psicologia, o ambiente de origem familiar e de relação com o trabalho do paciente é fator primordial para ele. Com isso, Fanon se afasta de uma concepção mecanicista, substituindo o anatômico pelo multidimensional, em um movimento pelo qual o ser humano “não é movido passivamente, mas se descobre gente” (FANON, 2020b, p. 315).

Envolvido assim em seu objeto, Fanon desenvolve a noção de uma sociogenia implicada em um sociodiagnóstico que aponta, entre outros elementos, para a especificidade do papel da racialização na subjetividade. E ele o faz em primeira pessoa, como sujeito dos atos que analisa, mas também em terceira pessoa, como quem busca uma explicação coletiva.

¹² “A expressão do fenômeno preponderante no nível das formas de vida humanas que defini, depois de Fanon, como a do princípio sociogênico; isto é, como o análogo, no nível da identidade humana ao princípio genômico, no nível das formas de vida puramente orgânicas”. Tradução livre.

1.2 SUBJETIVIDADE E IDENTIFICAÇÃO

Cremos que existe, em virtude da confluência entre as raças branca e negra, o acometimento em massa de um complexo psicoexistencial. Ao analisá-lo, almejamos sua destruição (FANON, 2020a, p. 26).

Nos registros da ontogênese e sociogênese são tecidas subjetividades em processos de dupla identificação, ou mesmo de duplo narcisismo que caracterizam a concepção de humano em determinadas culturas e sociedades. Podemos afirmar que a noção de humanismo criticada por Fanon (2020a, 2020b, 2021) pode, grosso modo, ser sintetizada na ideia de que o verdadeiro homem é o homem branco. Essa síntese evidencia a necessidade de interrogar o caráter de verdade atribuído a esta narrativa, o que leva Fanon a propor um abalo total na narrativa ocidental/colonial que ora negava, ora hierarquizava a humanidade de pessoas negras. Sua noção de humanismo aponta, pois, para “um mundo de reconhecimentos recíprocos” (FANON, 2020a, p. 228).

De seus estudos em psiquiatria com pacientes brancos europeus, emerge uma noção de base psicanalítica sobre o negro como significante, que estaria inscrito no inconsciente europeu de forma emblemática, depositário de pulsões e desejos recalçados pelo processo civilizacional, decorrente da conquista colonial e do capitalismo (FANON, 2020a). Dessa forma a subjetividade do negro é uma construção que parte de fora de sua experiência, segundo o autor: “Quando a civilização europeia entrou em contato com o mundo negro, com esses povos selvagens, todo o mundo concordou: esses pretos eram o princípio do mal” (FANON, 2020a, p. 161). Isso determina uma polarização que encontra aplicabilidade material e subjetiva, com resultados dolorosos psiquicamente constituídos a partir do fechamento num círculo vicioso percebido como quase intransponível, do branco em sua brancura e do negro em sua negrura.

Na esteira desse jogo simbólico, Fanon afirma, aprofundando a leitura freudiana, que a ambivalência no processo de identificação, como elemento da subjetivação, também é racializada e se desdobra numa dupla dimensão da pessoa negra para o outro, que é “Uma com seu semelhante e outra com o branco. Um negro se comporta de modo diverso com um branco e com outro negro. Que essa cissiparidade seja consequência direta da aventura colonialista, não resta nenhuma dúvida...” (FANON, 2020a, p. 31).

Por outro lado, sua perspectiva sobre a ambivalência advém também de sua leitura do reconhecimento e da consciência de si em Hegel [1806] (1992), os quais Fanon interpreta em PNMB de modo mais voltado ao plano intersubjetivo da dialética senhor/escravo: “O homem só é humano na medida em que busca se impor a outro homem, a fim de ser reconhecido pelo

outro, é esse outro que permanece o tema de sua ação” (FANON, 2020a, p. 227). A divisão na subjetividade é marcada fortemente pela negação. O negro é aquele que não é. Sua identificação é ambivalente diante de um “não-ser”, que é vivido entre dois campos essencializados que resultam em comportamentos reveladores de processos de identificação alienados. Estes processos dificultam a possibilidade de manifestação de uma consciência em movimento, capaz “de agressividade, que gera a sujeição ou a conquista; movimento de amor, entrega de si, estágio derradeiro do que se convencionou chamar orientação ética (FANON, 2020a, p. 57). Já Freud concebe a identificação como processo intrapsíquico referenciado no laço social, contudo se há uma perspectiva racializada, não fica evidente

Primeiro, a identificação é a mais primordial forma de ligação afetiva a um objeto; segundo, por via regressiva ela se torna o substituto para uma ligação objetual libidinosa, como que através da introjeção do objeto no EU; terceiro, ela pode surgir a qualquer nova percepção de algo em comum com uma pessoa que não é objeto dos instintos sexuais (FREUD, [1920] 2011).

Fanon não se afasta dessa definição, mas antes, incorpora a racialização como fator concreto de experiências, concordando com Lacan no destaque dado à relevância da “categoria social da realidade humana” na identificação (FANON, 2020b, p. 372). Esse processo não tem origens e limites definidos, “Para a identificação, a identidade nunca é a priori, tampouco um produto terminado; é sempre um processo problemático de acesso a uma ‘imagem’ de totalidade” (BHABHA, 2020, p. 09).

Para Fanon, o desejo pela admiração e amor do outro tece nossa visão de mundo, norteia nossas identificações. Desse modo, seria necessário remover o sentimento de inferioridade forjado socialmente, para estabelecer a possibilidade de comunicação efetiva entre as pessoas e sociedades como horizonte possível, ou mesmo como elaboração que fissure a repetição de prosseguir “num corpo a corpo com a própria negrura ou com a própria brancura, em pleno drama narcisista, cada um enclausurado em sua particularidade” (FANON, 2020a, p. 60).

Merece atenção na análise psicológica de Fanon sua abordagem sobre o abandono afetivo, que ele afirmava caracterizar pessoas negras alienadas e/ou mistificadas. Em PNMB, ele analisa o personagem Jean Veneuse, protagonista do romance *Um Homme pareil aux autres*, do martinicano René Maran. O personagem é um homem negro antilhano que vive em Bordeaux. Seu drama é que “ele não entende a sua raça e os brancos não o entendem” (FANON, 2020a, p. 79-80). A análise se baseia na obra da psicanalista suíça Germaine Guex que foi aluna de Freud e de Piaget. Ela escreveu o livro *A Síndrome de Abandono*, durante a segunda guerra

mundial, a partir de sua experiência clínica. A síndrome de abandono consiste em uma experiência

...sentida como atual, apesar de sua antiguidade, e, na maioria dos casos, o doente a repete sem parar. Ele cria a neurose, não pelo fato de suas irrupções frequentes na vida do doente, mas sim pela sequência de defasagens e anacronismos que provoca, já que o neurótico vive em dois planos (1ª infância e idade real) confundindo ambos e comportando-se de maneira decorrente (GUEX, 1973, p. 19).

A pessoa com sentimento de abandono demonstra insegurança afetiva e altíssima expectativa em relação aos outros, oscilando entre a agressividade e o masoquismo. Ela apresenta o que a autora denomina como um modo infantil de amar. A questão é retomada em PNMB, no qual Fanon critica fortemente a narrativa do romancista René Maran, caracterizando-o como um “abandônico” que busca associar sua estrutura neurótica à cor de sua pele. Fanon afirma sobre o personagem/autor em questão¹³

Mas agora afirmamos, Jean Veneuse, isto é, René Maran, não é mais nem menos que um abandônico negro. E assim o colocamos em seu lugar, em seu devido lugar. Trata-se de um neurótico que precisa se livrar de seus fantasmas infantis. E afirmamos que Jean Veneuse não representa uma experiência das relações entre negros e brancos, mas uma maneira específica de um neurótico, acidentalmente negro se comportar (FANON, 2020a, p. 93).

Essa digressão nos permite observar que essa perspectiva requer uma atualização a partir da segunda edição revista do livro de Guex publicada em 1973, na qual a autora reconsidera suas afirmações da primeira edição retirando da síndrome de abandono o caráter de um tipo específico de neurose: “Já há muitos anos, as manifestações neuróticas aqui descritas não constituem mais, a meu ver, uma entidade nosológica particular, e sim uma síndrome entre outras...” (GUEX, 1973, p. 09). A noção de síndrome do abandono tem relevância no pensamento fanoniano no que concerne às suas concepções sobre subjetividade e racialização.

1.3 RACIALIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA VIVIDA E CORPO NEGRO

No mundo branco, o homem de cor encontra dificuldade na elaboração do seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é uma atividade puramente negacional. É um conhecimento em terceira pessoa. Ao redor do corpo, reina uma atmosfera de clara incerteza (FANON, 2020a, p. 126).

A relação raça/cor parece articular tempo e espaço das pessoas negras como algo inescapável, porque indelével, haveria uma essencialização inscrita principalmente no corpo. A depender do ambiente, a raça/cor se antecipa a todas outras dimensões passíveis de identificação pelo outro, isto “por uma série de fórmulas dissolventes: o odor *sui generis* do negro... a

¹³ Fanon supõe que o romance de Maran é autobiográfico (FANON, 2020a, p. 80).

bonomia *sui generis* do negro...a ingenuidade *sui generis* do negro...” (FANON, 2020a, p. 143). A experiência de pessoas negras não é universal, nem monolítica, de forma que possui materialidade e historicidade identificáveis em cada sociedade por diferentes modos de dominação socioeconômica, de condicionamentos psicológicos e de práticas culturais. É representada como um fantasma transfigurado em uma humanidade rebaixada que se dinamiza através do imaginário sobre pessoas negras. Estas, por sua vez, “em decorrência de uma série de aberrações afetivas” (FANON, 2020a, p. 22), são instaladas num universo mórbido que, a seu ver, precisa ser aniquilado.

No plano subjetivo, Fanon questiona essa essencialização racial produzida culturalmente. Diante de uma narrativa que inferioriza o negro, a análise psicológica fanoniana contesta a singularidade do que seria o negro, ou seja, existe como categoria política, mas não enclausurado na cor de sua pele ou na sua cultura, mas antes as utilizando como ferramentas de subjetivação e luta contra a tentativa sistemática de desumanização

E quando digo que a expressão “povo negro” é uma entidade, estou indicando desse modo que, excluídas as influências culturais, não resta mais nada. Há tanta diferença entre um antilhano e um dacarense quanto entre um brasileiro e um madrilenho. O que se tenta fazer ao englobar todos os negros sob o termo “povo negro” é arrancar deles qualquer possibilidade de expressão individual. (FANON, 2021, p. 55)

Isso nos indica a tentativa de enclausuramento que exige que as pessoas se comportem conforme o rótulo estabelecido, como se monoliticamente fosse possível pensar em algo que fosse compartilhado por todos os negros devido à sua raça/cor. Ora, mesmo existindo elementos transnacionais comuns, como a experiência da escravidão e as formas atuais de racismo, eles não resumem as experiências vividas localmente. Fanon agrega à ideia de elementos como nação, pátria e comunidade na especificação do que seria um povo (FANON, 2021) e de como ascendem a essa identificação. Esse conjunto conceitual é experienciado cotidianamente através da recorrência sistemática do racismo que interfere na construção de uma imagem própria das pessoas negras.

Há um impeditivo de reconhecimento que começa pela reação afetiva à presença do corpo negro e à relação com elementos culturais reconhecidos como negros. Para Fanon, procede-se à caracterização do preto como objeto fobógeno e ansiógeno, sendo a fobia uma neurose que se caracteriza pelo temor ansioso de um objeto nos planos instintual e biológico, ou seja, que provoca ansiedade (FANON, 2020a, p. 166). Essa interpretação da experiência vivida por pessoas negras anuncia o corpo antes de qualquer palavra ou outra informação

autodeclarada pelo sujeito, não se resumindo a critérios fenotípicos, nem prescindindo todavia deles.

Assim como Freud, para quem “O eu é sobretudo corporal, não é apenas uma entidade superficial, mas ele mesmo a projeção de uma superfície” [1923] (2011, p. 32), Fanon reafirma o corpo como superfície do eu em sua conexão com o mundo externo. É no corpo que reverberam os efeitos do racismo. Atravessado por seu olhar próprio e pelo do outro, ambos embranquecidos, o corpo negro estabelece uma dialética com o mundo que se mostra incerta e desestruturante, que o instala na dúvida e lhe submete ao peso constante na elaboração de seu esquema corporal. Isto se dá como um conhecimento em terceira pessoa de si mesmo e de seu corpo como objeto apartado do mundo, “Eu era a um só tempo responsável pelo meu corpo, pela minha raça e pelos meus ancestrais” (FANON, 2020a, p. 127). Aqui o fenótipo encontra primazia, visto que o parâmetro é o olhar do outro como representante de um conjunto conceitual branco que exige o branqueamento como condição de existência, mesmo que algumas concessões sejam feitas em áreas que podem significar ganhos materiais e simbólicos para os interessados, como por exemplo o futebol, samba, culinária, sexualidade aspectos naturalmente atribuídos à expertise negra pelo racismo e suas narrativas culturais. Desse modo, vemos que não é apenas pela experiência fisiológica que nós desenvolvemos a percepção do nosso corpo, essa percepção é mediada pela linguagem, fenômeno ao qual Fanon confere importância fundamental.

Por outro lado, de modo contraditório, o branqueamento¹⁴ é visto como um desejo de pessoas negras, ao passo que, em verdade, é imposto simbolicamente como única via de reconhecimento, e mesmo como uma promessa nunca cumprida de aceitação, que será sempre condicionada, incerta e insuficiente.

Em sua imediatez, a consciência de si é mero ser-para-si. Para obter certeza de si mesmo, é preciso a integração do conceito de reconhecimento. O outro, de modo similar, espera por nosso reconhecimento para expandir-se na consciência de si universal. Cada consciência de si busca a absolutez (FANON, 2020a, p. 228).

Neste conjunto complexo, em geral marcado por agudas dicotomias no plano individual, percebemos a operação de duas metafísicas destrutivas, em certa medida simbióticas,

¹⁴ Para Carone (2002) a ideologia do branqueamento pode ser vista, seja como resultado da intensa e problemática miscigenação desde a época colonial, resultando num maior número de mestiços, seja como pressão cultural exercida pela hegemonia branca como condição de aceitação social, exigindo de pessoas negras a renúncia física e psíquica de um legado ancestral em troca da integração na nova ordem social. Essa pressão representa o desejo de branqueamento como uma aspiração material e simbólica das elites brasileiras socialmente disseminada, expressando uma negação de caráter nacional mestiço.

transitando entre uma universalização que apaga questões específicas e uma essencialização que naturaliza características atribuídas, ao passo que nega perversamente a inclusão no status de humanidade (FANON, 2020a). Essa ambivalência é nauseante no plano individual, como diz o autor, “Quando me amam, dizem que é a despeito da minha cor. Quando me detestam, acrescentam que não é por causa da minha cor...” (FANON, 2020a, p. 131-132).

No próximo capítulo, discutimos como a articulação entre sociogênese, subjetividade e racialização pode ser lida no contexto da sociedade brasileira a partir de três estudos realizados por psicanalistas negras.

2 INTELLECTUAIS NEGRAS E A TEMÁTICA RACIAL NA PSICOLOGIA: ESTUDOS PIONEIROS SOBRE SUBJETIVIDADE E RACIALIZAÇÃO NO BRASIL

Existe uma zona de não-ser, uma região extraordinariamente estéril e árida, uma encosta perfeitamente nua, de onde pode brotar uma aparição autêntica. Na maior parte dos casos, o negro não goza da regalia de empreender essa descida ao verdadeiro inferno (FANON, 2020a, p. 22).

O sistema colonial transpõe-se temporal e espacialmente em termos políticos e geográficos, atualizando-se como fantasma no racismo contemporâneo. O sistema escravocrata e sua abolição incompleta são fatos políticos centrais na história do Brasil, ao passo que sua dimensão subjetiva nos interroga constantemente, pois ensejou a saída do status de mera propriedade, sem que, todavia, se esteja inscrito em um status de liberdade. A nosso ver isso ocorre, entre outros elementos, devido a óbvia constatação que o fim do sistema escravocrata não significou o fim do racismo, pelo contrário atualizou seus códigos pois “a constelação social, o conjunto cultural, são profundamente remodelados pela existência do racismo” (FANON, 2021, p. 75).

No período pós-abolição interessava a definição de uma identidade nacional na qual o debate sobre a mestiçagem do povo brasileiro ocupava centralidade. Inicialmente como degeneração biológica, psíquica e cultural cuja saída era do branqueamento como proposta futura. O tema ocupou assim as reflexões de vários pensadores à época e no início do século seguinte, entre eles Nina Rodrigues, considerado pioneiro nos estudos sobre os negros no Brasil. Nina Rodrigues refletiu de maneira prolífica o pensamento de seu tempo, sendo criticado e mesmo atualizado por estudiosos, a exemplo de Arthur Ramos, que editou e reeditou alguns de seus trabalhos enfatizando radicais dissensos teóricos entre eles (TAMANO, 2013).

Nina Rodrigues via as correntes imigratórias e a fusão racial como fatores negativos para nossa nacionalidade nascente, considerando preocupantes seus desdobramentos futuros diante da baixa possibilidade de intervenção estatal no modelamento racial da sociedade brasileira. A mestiçagem estaria para ele inclusa no âmbito de uma interpretação das relações raciais como algo relativo apenas às pessoas negras, e o valor social do mestiço como questão em aberto, que careceria de medidas corretivas científicas e patrióticas na prevenção das consequências da incorporação do elemento negro

A Raça Negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros dos

seus turiferários, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo (RODRIGUES, 2010, p. 15) .

Em período posterior, concorria a ideia da contribuição das três raças fundamentais (índio, branco e negro), bem como sua convivência quase que harmoniosa, conforme Gilberto Freyre afirma em 1933 no prefácio à primeira edição de seu trabalho reconhecido mundialmente *Casa Grande e Senzala*:¹⁵

O sistema patriarcal de colonização portuguesa no Brasil, representado pela casa-grande, foi um sistema de plástica contemporização entre as duas tendências. Ao mesmo tempo que exprimiu uma imposição imperialista da raça adiantada à atrasada, uma imposição e formas europeias (já modificadas pela experiência asiática e africana do colonizador) ao meio tropical, representou uma contemporização com as novas condições de vida e ambiente (FREYRE, 2006, p. 35)

Vemos que a perspectiva plástica e contemporizadora do autor nos remete à ideologia da existência de uma democracia racial centrada na concessão simbólica e material da casa-grande para toda a formação social e que se ancora, entre outras questões, na mestiçagem que amplamente praticada aqui, para ele “corrigiu a distância social que de outro modo teria se conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical;entre a casa-grande e a senzala” (FREYRE, 2006, p. 33)

Do ponto de vista geral, a constituição de uma identidade nacional advém da operação de um recalque da escravidão, que tem como pano de fundo subjetivo o que Oliveira Filho (2008) denomina de esquecimentos fundadores, desdobrando a reflexão de Ernst Renan (1997) sobre os fundamentos simbólicos da nacionalidade:

O esquecimento, diria até o erro histórico, são um fator essencial na criação de uma nação, e é por isso que o progresso dos estudos históricos é muitas vezes um perigo para a nacionalidade. Na verdade, a investigação histórica traz de volta à luz fatos de violência ocorridos na origem de todas as formações políticas, mesmo aquelas cujas consequências tenham sido benéficas. A unidade é sempre feita brutalmente (RENAN *apud* OLIVEIRA FILHO, 2008, p. 15).

Desse modo tanto a herança subjetiva do escravismo, quanto a mestiçagem, como elemento ora rejeitado, ora utilizado como fator de unidade, permeiam o ambiente psicológico brasileiro em tempos relativamente recentes e são também racalcados pela psicologia. Contudo as narrativas predominantes dentro e fora da academia tem sido de pessoas brancas, majoritariamente homens. Veremos agora estes três estudos pioneiros, realizados por mulheres, que destacam o racismo como elemento sociogênico de subjetivação, marcado pela

¹⁵ O livro, original de 1933, teve 51 edições, sendo a última em 2019. Até a finalização desta pesquisa esta edição teve 12 reimpressões. Não contabilizamos as edições estrangeiras.

ambivalência nos processos de identificação e que tem impactos na experiência vivida de pessoas negras.

2.1 INTELECTUAIS NEGRAS E A TEMÁTICA RACIAL NA PSICOLOGIA

há, na *weltanschauung*¹⁶ de um povo colonizado, uma impureza, uma tara que proíbe qualquer explicação ontológica. Pode-se contestar que o mesmo pode acontecer a qualquer indivíduo, mas na verdade está se mascarando um problema fundamental. A Ontologia, quando se admitir de uma vez por todas que ela deixa de lado a existência, não nos permite compreender o ser do negro. Pois o negro não tem mais de ser negro, mas sê-lo diante do branco (FANON, 2008, p. 104).

No caso das relações raciais no Brasil existem especificidades, como a longa duração do tráfico, a quantidade de pessoas escravizadas, que deixaram suas marcas na racialização de subjetividades localmente até a atualidade. Para análise desse contexto local, no que diz respeito ao interesse da psicologia sobre as relações raciais em âmbito acadêmico, consideramos três estudos pioneiros realizados por psicanalistas negras: Virgínia Leone Bicudo [1945] (2010), Neusa Souza Santos (1983) e Isildinha Baptista Nogueira (1998). A primeira se referenciou teoricamente na sociologia e as duas últimas, assim como Fanon, recorrem à Psicanálise, mas não deixam de ter uma perspectiva interdisciplinar e relacional dos fenômenos psíquicos e se assemelham ao desenho teórico-metodológico da articulação fanoniana entre sociogenia, subjetividade e racialização, com lentes voltadas ao sofrimento psíquico.

A passagem histórica do modo de produção escravista ao capitalismo dependente (MOURA, 2014) tem seu fato principal na abolição da escravatura e na trajetória coletiva de pessoas negras após esse período, tendo sido mantida intacta a concentração de meios de produção nas antigas famílias brancas. Com isso, o racismo se consolidou com novas nuances, mas centrado na espoliação da população negra, fornecendo então interpretações e definições diversas para a desigualdade social, sem implicar o papel da branquitude representado pelas elites locais de forte tradição patrimonialista (SODRÉ, 2015). Vale lembrar a localização destes estudos no Rio de Janeiro e em São Paulo, esperamos que os resultados desta pesquisa que tem como foco uma universidade pública situada no nordeste nos forneça mais elementos para compreensão da região.

¹⁶Visão de mundo (no idioma alemão).

2.1.1 Virgínia Leone Bicudo

Socióloga, psicanalista, professora universitária, entre outras atividades profissionais, Virgínia Leone Bicudo possui trajetória de destaque nos estudos sobre relações raciais no Brasil. Sua pesquisa de mestrado *Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*, estava inserida no escopo do Projeto UNESCO (MAIO, 1999; 2000), orientada por Donald Pierson, foi realizada na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, defendida em 1945.

A pesquisa, concebida pela autora como um estudo preliminar, foi a primeira sobre a questão racial a ser defendida em uma instituição universitária no Brasil. Sendo desenvolvida entre 1941 e 1944, e teve como objetivo “conhecer as atitudes de pretos e mulatos relacionadas com a questão racial, a fim de levantar hipóteses que exigirão novas observações para confirmá-las, melhorá-las ou substituí-las” (BICUDO, [1945] 2010, p. 63).

Teórica e metodologicamente, ela se baseou principalmente nos trabalhos de seu orientador Donald Pierson, especialmente *Negroes in Brasil* (1942) e também em *The Marginal Man* (1937), de Everett V. Stonequist. Introdutoriamente conceitua o termo atitude como “o modo de conceber um objeto” (FARIS *apud* BICUDO, [1945] 2010, p. 63), que em sua visão seria um elemento da personalidade adequado para o estudo das relações raciais. Para a autora, o estudo das atitudes individuais e sociais permitem acessar a formação de aspectos subjetivos da cultura, assim como os processos de mudança social. Sua análise foi realizada através de estudos de caso, com entrevistas de cerca de 30 pessoas e análise documental da Frente Negra Brasileira, e seu jornal *A Voz da Raça*.

Em relação às entrevistas individuais, dividiu seu material a partir dos critérios de raça/cor em pretos e mulatos, e destes por classe social. Chama atenção que sua classificação racial não coincide com a da antropologia física vigente ao momento, de forma que adotou um critério próprio

Na categoria preta colocamos indivíduos de cor preta e cabelos encarapinhados, cujos pais apresentassem os mesmos traços físicos, e mulatos chamamos aos de cor parda, possuindo um dos genitores preto e outro branco, ou um pardo e outro branco ou ambos os genitores pardos. Através das entrevistas veremos que a concepção do mulato de próprio varia na razão de seu status social: uns se consideram pretos, enquanto outros se têm por brancos (BICUDO, [1945] 2010, p. 67).

Para a classificação social, considerou condição econômica, profissão e nível de instrução. Distinguiu ainda duas classes. Na classe social “inferior”¹⁷, estavam os de renda

¹⁷ Aspas da autora.

familiar abaixo de Cr\$ 500¹⁸ e com profissões como motorista, operário, servente, cozinheira empregada doméstica, com no máximo curso primário. Na classe social intermediária, foram agrupados entrevistados/as com renda acima de Cr\$ 500, abrangendo profissões liberais ou funcionários públicos com, no mínimo, curso secundário (BICUDO, [1945] 2010). Sua análise é de cunho preliminar exploratório objetivando a formulação de hipóteses sobre o tema das relações raciais dos casos em quatro subgrupos. O primeiro, composto por pretos de classe social “inferior”, constou de sete casos nos quais se evidenciou as atitudes de distanciamento social entre os pretos, expresso por rivalidades, desprezo, antipatia, antagonismo e inveja, ao passo que se entenderiam melhor com pessoas brancas. Isto implicaria baixa solidariedade e, direcionamento de simpatia a pessoas brancas, tendo como expectativa um menor antagonismo com estas (BICUDO, [1945] 2010).

O segundo trata de pretos das classes sociais intermediárias, composto por seis casos cujas atitudes se demonstraram mais pronunciadas e com maior consciência da questão racial. Foram identificadas atitudes de ressentimento e ódio face à rejeição de pessoas brancas, reprimidas ou modificadas (em submissão, amabilidade, humorismo, por exemplo), conscientemente visando a evitar conflitos. Aqui novamente, surgiram queixas sobre a falta de solidariedade entre pessoas pretas. Ainda há destaque para o envolvimento com pessoas brancas na infância dos entrevistados/as, uma vez que alguns/as conviveram como empregados/as e outros/as tiveram apoio na vida educacional, o que contribuiu em sua ascensão social, sendo que os últimos demonstram maior consciência de cor, isto porque

No convívio íntimo com brancos, o preto adquire as maneiras de pensar e sentir do branco também no que se refere ao próprio preto, passando a ter para o preto a mesma atitude e os mesmos sentimentos do branco. Em virtude de contatos primários da infância e do mecanismo psíquico da identificação, o preto introjeta as ideias do branco e passa então a ver os pretos do ponto de vista do branco, desprezando-os (BICUDO, [1945] 2010, p. 97).

O terceiro subgrupo, mulatos da classe social “inferior”, com oito casos, considera a distinção entre pretos e mulatos, visto que “o status e o papel de um grupo mestiço particular podem ser tomados como índice do problema racial mais largo” (BICUDO, [1945] 2010, p. 104), principalmente pela questão do lugar ocupado por estes na estrutura social e por sua autoidentificação. Este grupo demonstrou consciência de cor orientada a evitar o sofrimento causado pelo seu reconhecimento como negro, o que tem peso sobre suas escolhas para ligações

¹⁸ Moeda oficial naquele período.

sociais e matrimoniais, assim como gera um conflito mental diante da ambiguidade de sua condição de híbrido (BICUDO, [1945] 2010).

O último, subgrupo, mulatos das classes intermediárias, reuniu dez casos. Estes revelam um sentimento de inferioridade, presente também nos grupos anteriores. Os/as entrevistados/as buscavam afastamento de outros pretos e mulatos e aproximação com pessoas brancas, enfatizaram a mestiçagem, possuindo desejo de passar por brancos ou mesmo se autoidentificaram como brancos. Isto incide sobre a percepção que têm de si, na qual traços negroides são sinônimo de não ter boa aparência, assim como são frequentes atitudes de timidez, desconfiança e autocrítica exagerada. Com isso demonstraram perceber a aceitação social como condicionada ao embranquecimento tanto físico, quanto de seus comportamentos. Quanto a isto podemos tomar como exemplo o dito comum ‘vê-se que é um negro de alma branca’ tipo senha social que indica a aceitação e/ou autorização de terceiros para que determinada pessoa acesse círculos e espaços brancos (BICUDO, [1945] 2010).

Complementar às entrevistas individuais, Bicudo [1945] (2010) analisou as atitudes reveladas na Associação de Negros Brasileiros e em seu jornal, Os descendentes de Palmares, através de entrevista com um dirigente e pesquisa documental. Sua atenção se voltou para “os motivos individuais e coletivos e os objetivos da associação, assim como os obstáculos surgidos no seio dos agremiados ou os provenientes do exterior” (BICUDO, [1945] 2010, p. 124).

A autora destaca a relevância da associação em termos de organizar pessoas negras para conquistar melhores condições de vida, do que depreendemos sua consciência da profunda desigualdade entre brancos e negros no país à época, cujo caminho de superação estaria, de acordo com sua interpretação dos objetivos da associação, em melhorias físicas, econômicas, mas também intelectuais e morais do negro, ao lado do desenvolvimento da consciência de cor e de laços de solidariedade. Ou seja, havia associação exatamente porque havia preconceito de cor.

Podemos notar, ademais, que, a ascensão social do negro perpassa o pensamento e a própria trajetória pessoal de Virgínia Leone Bicudo. Em que pese considerar a ideia de Pierson de que a competência individual teria preponderância sobre a identidade racial como elemento de ascensão social, ela aponta que seus dados, se comparados com os estudos realizados por Pierson na Bahia, confirmariam a concentração de negros nas camadas inferiores. Contudo, não convergiram com São Paulo no que diz respeito ao peso da variável cor na ascensão social, pois neste estado “a posição ocupacional inferior incluiria aspectos da luta no nível de status

social, isto é, com mais dificuldade venceriam os méritos pessoais, porque encontrariam maior resistência como negros” (BICUDO, [1945] 2010, p. 127). Desse modo singular, os resultados de Virgínia Leone Bicudo demonstram peculiaridades da articulação entre subjetividade e racialização em seu local de estudo e antecipam localmente a perspectiva da análise psicológica fanoniana.

2.1.2 Neusa Santos Souza

A psiquiatra e psicanalista Neusa Santos Souza (1983), autora de *Tornar-se negro ou As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social*, dissertação de mestrado posteriormente transformada em livro, teve como objetivo geral analisar a narrativa de pessoas negras no que tange à sua vida emocional no contexto da branquitude vigente na sociedade brasileira e de sua ascensão social, sendo “ascensão” compreendida como movimento de mudança de determinada classe ou de camada de classe para uma outra considerada superior. Sua concepção de classe se refere à posição na estratificação social conforme ao modo de produção, dominação e ideologias vigentes. Levando em conta “não só a posição na instância econômica (compra ou venda da força de trabalho), mas também a relação dos agentes com o poder (lugar no aparelho jurídico-político do Estado) e com os emblemas de classes (valores éticos, estéticos etc.) (SOUZA, 1983, p. 19).

O trabalho visou preencher espaços vazios na produção acadêmica sobre o tema, assim como apontou o caráter emocional de sua escolha, tomando a experiência de saber-se negra como material, o que metodologicamente transpõe a construção de sua dissertação de um exercício acadêmico para um envolvimento afetivo com o que pesquisou e escreveu. A construção de sua narrativa visa assim, romper com as concepções de desumanização e inferiorização racistas que colocam a branquitude como parâmetro de subjetivação e usurpam a possibilidade de desenvolver sua própria narrativa como sujeito, visto que “Uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo. Discurso que se faz muito mais significativo quanto mais fundamentado no conhecimento concreto da realidade” (SOUZA, 1983, p. 17). Sua perspectiva considerou o enlace raça/classe e sua função simbólica na estratificação social. Nesse contexto, a ascensão representa a possibilidade de integração e obtenção de dignidade ao olhar dos outros (mais especificamente, ao olhar branco), sendo perseguida não só a aceitação, mas o objetivo de tornar-se gente na transmutação à branquitude simbolicamente... Nesse sentido, “Foi com a disposição básica de ser gente que o negro organizou-se para a ascensão, o que equivale dizer: foi com a principal determinação de

assemelhar-se ao branco — ainda que tendo que deixar de ser negro — que o negro buscou, via ascensão social, tornar-se gente” (SOUZA, 1983, p. 21).

Contudo, o caminho para esta empreitada subjetiva sempre foi ambíguo. Com frequência, constituindo-se em falsa promessa de aceitação, visto que a integração se configurava na manutenção de lugares determinados a pessoas negras. A autora considera que este processo de ascensão foi fortemente marcado pelos aparatos do contínuo de cor, da ideologia do embranquecimento e do discurso de democracia racial. Moldando em seus protagonistas um caráter individualista correspondente ao de exceções à regra de subordinação, como uma fuga da condição imposta de subalternização, e tendo como passaporte/fiança a adesão ao ideário da branquitude (SOUZA, 1983).

Souza dedica o terceiro capítulo ao primeiro ponto de sua argumentação teórica, o Mito do Negro, ponto de encontro com a exigência fanoniana de um estudo rigoroso que deveria realizar “- interpretação psicanalítica da experiência vivida do negro; - interpretação psicanalítica do mito negro” (FANON, 2020a, p. 166). Este mito constitui uma articulação espaço/tempo corrente no pensamento brasileiro e se organiza de três formas: a primeira diz respeito aos elementos de sua composição; a segunda à sua capacidade de estruturar o espaço histórico, objetificando o negro; a terceira se refere ao desafio (subjetivo) imposto aos negros/as (SOUZA, 1983).

O desafio de romper a submissão apresenta-se nas narrativas dos entrevistados/as de Souza (1983) e aponta para maior aprofundamento do conhecimento de suas causas materiais e simbólicas, tendo em vista a eliminação de seus sustentáculos, bem como a assunção ao lugar de sujeito. Com sua subjetividade inscrita como diferença o negro/a é

Interpelado num tom e numa linguagem que o dilacera inteiro, o negro se vê diante do desafio múltiplo de conhecê-lo e eliminá-lo. Como Édipo, se encontra frente a frente à Esfinge e seu enigma: é vital apoderar-se do conhecimento, desvendar a resposta e assim destruir o inimigo para seguir livre (SOUZA, 1983, p. 26).

Assim como Fanon (2020a), Souza (1983) remete à necessidade de um processo de desalienação do sujeito negro que se percebe e se expressa pelo olhar branco e adquire seu discurso, visto que “Os negros são comparação. Primeira verdade. Ser comparação significa que, a todo momento, eles se preocupam com a valorização e o ideal do ego” (FANON, 2020 a, p. 221). Segundo a autora, o mito do negro opera também em estereótipos tidos como positivos, a exemplo da musicalidade, resistência física e potência sexual, que acabam por

reforçar sua inscrição no biológico e numa suposta incapacidade de atingir maior refinamento intelectual, ou a emocionalidade complexa que seriam naturais em pessoas brancas.

Diante deste enigma a autora discute o segundo ponto de sua argumentação, o papel que o narcisismo e o Ideal do Ego desempenham na subjetivação negra. O Ideal do Ego se refere a um modelo ideal que serve de referência para constituição psíquica dos sujeitos e que se baseia tanto na idealização de suas experiências, quanto nas representações fantasmáticas destas. Para Freud, extrapola o individual, “é o ideal comum de uma família, uma classe, uma nação” (2010, p. 50). Esse modelo está na instância do simbólico vinculando o sujeito à lei e ordem, sendo um imperativo para o funcionamento de sua dinâmica psíquica. No caso do/a negro/a o Ideal de Ego é branco, “O negro que ora tematizamos é aquele que nasce e sobrevive imerso numa ideologia que lhe é imposta pelo branco como ideal a ser atingido e que endossa a luta para realizar este modelo” (SOUZA, 1983, p. 34), situação que a nosso ver pode atingir as pessoas como coletividade ou não.

A necessidade de uma super-realização encontra-se presente nas narrativas dos/as dez entrevistados/as, das quais se infere que o/a negro/a precisaria ser o melhor para ser aceito. Isto parece sintetizar a tensão entre Ego e Ideal de Ego que certifica o potencial neurotizante da experiência subjetiva negra, convocada a todo tempo a alcançar o impossível e que se configura em uma “acentuada defasagem traduzida por uma dramática insatisfação, a despeito dos êxitos objetivos conquistados pelo sujeito” (SOUZA, 1983, p. 38).

A insatisfação perdura, pois, o Ideal de Ego não pode ser alcançado, jamais seremos brancos, o que nos leva a sucumbir às pressões do superego por submissão, reverberando em sofrimento psíquico de cunho melancólico, ansioso, culpa, inferioridade e conseqüente perda de autoestima. Uma segunda alternativa é travar uma luta por afirmação de si, que pode passar pela busca de um objeto amoroso que faça as vezes de substituto do Ideal do Ego com rosto próprio,

que encarne seus valores e interesses, que tenha como referência e perspectiva a História. Um Ideal construído através da militância política, lugar privilegiado de construção transformadora da História. Independente dos modos de compreender o sentido da prática política, seu exercício é representado para o negro como o meio de recuperar a autoestima, de afirmar sua existência, de marcar o seu lugar (SOUZA, 1983, p. 44).

Para Carone (2002) a ideologia do branqueamento pode ser vista por vieses diferentes, seja como resultado da intensa e problemática miscigenação desde a época colonial, resultando num maior número de mestiços, seja como pressão cultural exercida pela hegemonia branca

como condição de aceitação social, exigindo de pessoas negras a renúncia física e psíquica de um legado ancestral em troca da integração na nova ordem social. Essa pressão representa o desejo de branqueamento como uma aspiração material e simbólica das elites brasileiras, socialmente disseminada, expressando uma negação do caráter nacional mestiço.

No decorrer do tempo, a ideologia do branqueamento sofre alterações tanto de sentido, como de função no imaginário social, passando projetivamente de uma questão que antes afligia as elites, para processos de autoconstrução do desejo de embranquecer entre pessoas negras, o qual se daria pela simples negação de sua identidade. Ou seja, seria algo patológico na subjetivação dos/as negros/as, embora estudiosos demonstrassem o caráter incutido deste desejo de ser branco (CARNEIRO, 2005; FANON, 2008; SOUZA, 1983). A negação de si rumo ao embranquecimento é ofertada como promessa de amor, como passaporte para a humanidade num jogo perverso de eterno não-lugar que

está imposto ao imaginário social pela cultura dominante através da exibição permanente de seus símbolos, que expressam os seus sucessos materiais e simbólicos como demonstração de sua superioridade “natural”, cotejados sistematicamente com os símbolos de estigmatização da negritude, seu contraponto necessário. (CARNEIRO, 2005, p. 65).

Ou seja, a subjetividade branca não é racializada, ela apenas “é”, e demarca o diferente a partir de si mesma, estabelecendo hierarquias que pautam todas as dimensões da vida, gerando efeitos positivos para uns e negativos para outros. Diante disto, podemos perceber a branquitude como espólio subjetivo e material, no sentido atribuído ao termo “espólio” como conjunto patrimonial a ser herdado pelos classificados como brancos, seja como despojo da guerra cotidiana pela vida empreendida pela população negra, seja como algo usurpado do inimigo ou mesmo como sobras de subjetividades negras amputadas.

Os estudos de Souza tiveram como lócus o estado do Rio de Janeiro e utilizaram como método os estudos de caso e a técnica de história de vida, colhidas em entrevistas com dez pessoas negras que, vivenciando o processo de ascensão social, atendiam aos critérios de se autodeclararem negras e viverem no Brasil, independentemente do nível e de origem de classe. Foi considerada a existência de mobilidade social ascendente, desenvolvendo-se a análise sob as lentes da Psicanálise e da Teoria das Ideologias. Sua hipótese supunha que a construção identitária de pessoas negras em ascensão é marcada pela contradição, seja pela negação de historicidade imposta, seja pela referência calcada em emblemas brancos, impossibilitando-as de “conquistar uma identidade egossintônica” (SOUZA, 1983, p. 73).

Além do conteúdo narrativo das entrevistas, analisado sob a perspectiva psicanalítica, a autora identificou temas privilegiados no discurso dos entrevistados, foram eles: Representação de si: definições sobre ser negro, fantasias e estereótipos sexuais, representação do corpo, mestiçagem; Estratégias de Ascensão: ser o melhor, aceitar a mistificação (perder a cor, negar as tradições negras, não falar do assunto) e Preço da ascensão: a contínua prova (SOUZA, 1983).

E concluiu sugerindo que tornar-se negro/a engendra uma trama psíquica na qual o compartilhamento das vicissitudes do racismo não sintetiza, exclusivamente, uma identidade negra. Esta requer também uma tomada de consciência da base ideológica do mito sobre si que possibilite a reafirmação de sua dignidade e ressignificação da diferença. Esta seria uma tarefa política que exige a contestação de modelos prévios.

2.1.3 Isildinha Baptista Nogueira

A psicanalista Isildinha Baptista Nogueira (1998) em sua tese de doutorado em Psicologia na USP, *Significações do Corpo Negro*, objetivou investigar a dimensão psíquica do racismo, tendo como hipótese a existência de configurações psíquicas peculiares em pessoas negras, determinadas histórica e socialmente pelo contexto de racialização. Referenciou-se teoricamente na Psicanálise para analisar como significações fornecidas pelo racismo se inscrevem psiquicamente, produzindo “a dimensão simbólica do corpo negro e o ideal imaginário da brancura” (NOGUEIRA, 1998, p. 8).

Teve como objetivo investigar a repercussão do racismo no plano psíquico de pessoas negras buscando suas vivências como material de análise. Considerou assim este método como uma forma de resgate desta especificidade, tão importante quanto as lutas sociais em torno do combate ao racismo. Para a autora, os estudos até então desenvolvidos tiveram foco nos efeitos sociais do racismo e da discriminação. Sua hipótese é, então, a de que tais fenômenos afetam o plano psíquico (NOGUEIRA, 1998). Refletindo a desumanização do período escravista e a exclusão sistemática na transição pós-abolicionista, a autora aborda em sua pesquisa questões da interpretação do sujeito negro sobre o racismo e, enquanto intelectual negra, sua própria vivência está imbricada em sua pesquisa

Senti necessidade de investigar tais processos, porque minha hipótese é que vão além de uma pura e simples introjeção; tampouco podem ser explicados como simples consequência de um lugar de inferioridade econômica e social, embora esta seja a realidade que afeta a maioria da população negra, fruto do processo histórico que anteriormente comentamos (NOGUEIRA, 1998, p. 16).

Através de estudos de casos de pacientes, a pesquisadora utiliza a literatura psicanalítica, articulada a fontes antropológicas e sociológicas, para contextualização das categorias teóricas (como a de sujeito) e como ferramenta de análise do conteúdo manifesto de seus interlocutores. Baseia-se, desse modo, na concepção de que representações sociais são fruto de estruturas socioeconômicas e ideologicamente estruturadas que interagem dialeticamente com configurações psíquicas individuais (NOGUEIRA, 1998).

Nesse contexto o corpo negro detém significado particular pois é concebido socialmente através de atributos físicos, morais e intelectuais que lhe designam uma função ideológica no seio das culturas. Nogueira converge assim com Fanon quanto à percepção do corpo negro no cenário racial: “Meu corpo me era devolvido desmembrado, desmantelado, arrebatado, todo enlutado naquele dia branco de inverno” (FANON, 2020a, p.129). O estatuto do negro é fortemente determinado pelas significações atribuídas a seu corpo, imaginária e simbolicamente. Mais especificamente à cor da pele, depositária historicamente de representações que amalgamam o físico ao moral e ao intelectual, assim inscrevendo-o no limiar inferior de um suposto padrão de humanidade, “ou seja, àquilo que expressa o que está além do conjunto dos valores nos quais os indivíduos se reconhecem” (NOGUEIRA, 1998, p. 46).

Nessa trama de subjetivação, há a introjeção da ideia de inferioridade e o estabelecimento do desejo inatingível de brancura, que para a autora produz configurações psíquicas peculiares, como a despersonalização vivida por muitos de forma crônica. Afinal, diante do esfacelamento de sua identidade perante o olhar do outro branco, podem surgir conflitos e sofrimentos psíquicos. Capturado pela cultura, o negro tem em seu corpo um indício que materializa o fantasma da inferioridade percebida da falta, pois, “A condição de existência do negro se define a partir da noção de não ser branco, ser negro é não ser branco; ser branco, e tudo quanto possa representar essa condição é, portanto, o objeto do desejo: aquilo que falta” (NOGUEIRA, 1998, p. 116).

Na perspectiva psicanalítica da autora, que recorre à leitura de Sigmund Freud e Jacques Lacan, entre outros, essas configurações particulares definem o sujeito, marcado pela dinâmica entre consciência e inconsciente. Desse modo, há uma inscrição do racismo no plano do inconsciente para negros/as e brancos/as, evidenciado em sua persistência social; e “mesmo que, no campo social, político e jurídico o racismo possa estar excluído, tal exclusão opera no plano da consciência dos indivíduos que, enquanto tal, não pode, por si só, determinar o campo do inconsciente” (NOGUEIRA, 1998, p. 49).

O fato de ser invisibilizado no meio social, de sobreviver “num devir interminável, enquanto uma possibilidade virtual” (NOGUEIRA, 1998, p. 97), mantém para o sujeito o caráter de terror do racismo, ao modo de uma angústia perene. A depreciação aberta ou velada alimenta o que a autora denomina de vergonha de si, como processo autodestrutivo alimentado cotidianamente ou mesmo herdado de situações vivenciadas por seus familiares antes de seu nascimento.

Com base neste referencial a autora analisou três casos de pacientes atendidos por ela e suas reações à sua presença física enquanto mulher negra. Todos vindos por indicação de alguém próximo, e que até o momento da primeira consulta não sabiam a cor de sua pele. Os casos ilustram como o deparar-se com um corpo negro num espaço que não lhe é associado, envolve significações diversas. Tanto do ponto de vista de uma identificação positiva, quanto de uma negação inicial expressa na pergunta “onde está a analista?”.

Nogueira sintetiza sua contribuição alertando que seu estudo serve como mais um elemento na luta política dos/as negros/as, visto que objetiva desvelar mecanismos psíquicos que comprometem a elevação da consciência sobre si, a exemplo do mito da brancura. Sua reflexão volta-se ao lugar da pessoa negra na sociedade diante do passado histórico de desumanização e subsequente demanda por sua subjetivação como legitimação de humanidade. Este processo encontra uma série de obstáculos. Por um lado, há a dificuldade de identificação como pessoa negra, dado todo peso que isto representa numa sociedade racista; por outro lado, existem empecilhos também para se constituir como indivíduo no plano social mais amplo, o qual requer reconhecimento de seus semelhantes, este é de difícil alcance considerando que

O racismo incha e desfigura a face da cultura que o pratica. A literatura, as artes plásticas, as canções para jovens sentimentais, os provérbios, os hábitos, o padrão quer se proponham a criticar o racismo ou a banalizá-lo, restituem o racismo, o que equivale a dizer que um grupo social, um país, uma civilização não pode ser racista inconscientemente (FANON, 2021, p. 77).

Ou seja, essa desfiguração da cultura enseja o compartilhamento de narrativas sobre as pessoas negras através de linguagens diversas. Na busca de uma imagem própria, constatamos, que para estes autores, esta só se torna possível no sujeito negro/a, em um processo identificatório que passa pelo “outro”, através de um esquema tensional de identificação, que consiste na incorporação de parte do mundo externo e sua integração ao mundo interno. Porém este outro metaforicamente a usurpa e reconfigura, rerepresentando como parâmetro de humanidade, apenas e somente, a branquitude.

Nogueira (1998), assim como Fanon (2008) e Souza (1983), apontam para uma identificação subjetiva a partir de um viés patológico por negação, por despojamento de humanidade. Ser negro é não-ser ou mesmo um vir a ser branco, uma “identificação fantasmática com a classe dominante, cujo emblema é o ideal imaginário da brancura” (NOGUEIRA, 1998, p. 37). Mesmo considerando a persistente vigência desses achados na atualidade, seria pertinente complementar esta análise de modo mais amplo, incluindo outros contextos de subjetivação positivada a partir da presença de racionalidades igualitárias e afirmativas na atualidade.

Devemos considerar que fatores históricos, linguísticos e psicológicos incidem em processos de identificação subjetiva que partem de uma tomada de consciência das diferenças. E estas não são iguais para todos/as os/as negras, que vivenciam contextos socioculturais diferenciados, de modo que não poderemos afirmar a unicidade de uma subjetivação ligada a uma comunidade identitária cultural que abarcaria

grupos de negros que vivem em comunidades religiosas diferentes, por exemplo os que vivem em comunidades de terreiro de candomblé, de evangélicos ou de católicos, etc. Em comparação com a comunidade negra militante, altamente politizada sobre a questão, com as comunidades remanescentes dos quilombos (MUNANGA, 2012, p. 11).

De modo geral, o racismo adoece quando extirpa a capacidade de amar, “Um forte egoísmo protege contra o adoecimento, mas afinal é preciso começar a amar, para não adoecer, e é inevitável adoecer, quando, devido à frustração, não se pode amar” (FREUD, [1914] 2010, p. 29). É preciso evidenciar a necessidade de desenvolver recursos psíquicos de enfrentamento e ressignificação permanente da capacidade de amar, por meios subjetivos, mas também políticos. A Psicologia não se restringe ao estudo dos aspectos psíquicos de determinada relação entre o sujeito e enlances sociais. Como vimos, há numerosas contribuições da Psicologia como ciência e profissão. Entretanto, dado o objetivo deste estudo, nós nos deteremos no modo como as pesquisas em Psicologia e relações raciais podem ampliar as discussões, bem como promover uma maior participação de psicólogos/os em práticas científicas e profissionais antirracistas.

3 PERCURSOS METODOLÓGICOS NA ANÁLISE DE DISSERTAÇÕES E TESES DE PÓS-GRADUAÇÃO

Na atualidade a Psicologia possui saberes e práticas que contribuem profissional e multidisciplinarmente nos estudos sobre o comportamento humano na saúde, violência, educação, religiosidade, esporte, mundo do trabalho e relações raciais, entre outras. Este conhecimento é produzido e difundido de muitas formas, um exemplo das variadas possibilidades de atuação da Psicologia pode ser ilustrado por uma das publicações do Conselho Federal de Psicologia (CFP), o periódico *Psicologia Ciência e Profissão*, revista científica que aceita trabalhos em 23 dimensões de conhecimento.

Já no campo profissional o Sistema Conselhos reconhece 11 especializações para atuação de psicólogos/as, às quais se somam uma diversidade de subcampos teóricos. No contexto da pesquisa e ensino de pós-graduação, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), possui 79 Grupos de Trabalho (GT's) sobre temas diversos no campo psicológico, que se caracterizam pela conexão de pesquisadores/as de todo país e do exterior para promover investigações em Psicologia (ANPEPP, 2018). A Psicologia possui dimensões de análise que não se reduzem à outras áreas de conhecimento, ao passo que não subsistem sem dialogar transversalmente com elas.

Desse modo vemos que não há uma fixidez da Psicologia dentro da ordem dos saberes vigentes, esta pode se relacionar a conhecimentos objetivos, práticas ideológicas, categorias filosóficas nas ciências humanas. Esta dispersão é característica da Psicologia, a qual não se encontra num período pré-científico à espera do estabelecimento de limites e procedimentos específicos, nem de um critério de unidade. Outrossim representa a formação de um conjunto aditivo constituído de diferenças que não colocam em suspeição sua legitimidade e eficácia, consideramos então

1. Que o termo “psicologia” designa um espaço de dispersão do saber, cuja coerência interna é um ideal provavelmente inatingível;
2. Que sua história não é contínua e evolutiva, mas descontínua, e que se podemos falar em progresso, ele somente ocorre no interior de uma mesma região deste saber e não de uma região para outra (GARCIA-ROZA, 1977, SP).

No campo epistemológico, estudiosos como Figueiredo (2008), Japiassu (1982), Ferreira (2010), Bock (2008), apontam como uma das características da Psicologia sua configuração teórico-metodológica fragmentária. Garcia-Roza (1977) considera necessário discutir alguns pontos que ilustram o impasse no debate epistemológico, a exemplo do que

identifica como um dos enganos sobre a Psicologia: de que seu início estaria ligado exclusivamente à tabulação de dados empíricos, o que implica em atribuir status científico apenas através da possibilidade ou não de matematização da pesquisa e aplicação, isto como forma de superar a especulação e a metafísica, tidos como métodos sem objetividade. Para o autor, “Não é possível colocarmos de um lado quantitativo e de outro qualitativo dicotomizando a realidade como se fossem o céu e o inferno: o céu da regularidade, da precisão, da univocidade, contra o inferno das significações múltiplas e imprecisas” (GARCIA-ROZA, 1977, s/p).

Diante deste cenário de diversidade teórico e metodológico, a presente análise se situa, principalmente, no detalhamento do processo de interpretação, associado à sua visibilidade narrativa. Essa perspectiva, que denominamos como construcionista, problematiza a noção de rigor científico definido pelas noções de replicabilidade, generabilidade e fidedignidade, que supostamente corresponderiam à realidade. Como resultado da reflexão crítica sobre essa noção de rigor, o concebemos como “... a possibilidade de explicitar os passos da análise e da interpretação de modo a propiciar o diálogo.” (SPINK; LIMA, 2004, p. 102)

Delimitada essa característica do campo psicológico como ciência, destacamos em toda essa diversidade a possibilidade de suas contribuições teórico-metodológicas relevantes para o estudo das temáticas raciais.

3.1 CARACTERIZANDO A PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA E O PPGPSI-UFBA

Segundo Tourinho e Bastos (2010) o sistema de pós-graduação em psicologia no Brasil enfrenta desafios para sua consolidação, a exemplo da necessidade de expansão em termos de demandas regionais, aperfeiçoamento do sistema de avaliação, melhor articulação dos resultados com demandas sociais e reflexões em torno da qualificação dos programas. A ampliação e diversidade de cobertura deste sistema têm oportunizado o aporte de recursos para a formação em solo nacional e intercâmbio internacional, diminuindo a demanda por financiamento no exterior.

Aumentou também a participação brasileira na produção científica mundial como consequência do crescimento quantitativo e qualitativo da pós-graduação, influenciando positivamente na formação de quadros para as universidades brasileiras. De acordo com o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG/2011-2020), documento estratégico que norteia o desenvolvimento das ações, elaborado em 2010, a previsão para este interstício se baseou em metas indutoras de avanço em cinco campos: conhecimento e sociedade, inovações curriculares

e de formação, consolidação nacional do parque de pós-graduação, definição estratégica de crescimento e inserção internacional (BRASIL, 2010).

Considerando este cenário, a presente dissertação qualifica-se como um estudo exploratório descritivo, a partir da análise de documentos de domínio público (teses e dissertações), com o intuito de caracterizar a produção científica do PPGPSI-UFBA. Partimos da noção de documentos de domínio público

que refletem suas práticas discursivas: como gênero de circulação, como artefatos do sentido público, e como conteúdo, em relação àquilo que está impresso em suas páginas. São produtos *em tempo* e componentes significativos do cotidiano; complementam, completam e competem com a narrativa e memória (SPINK, 2004, p. 127).

A base de dados definida foi o repositório de dissertações/teses PPGPSI-UFBA, considerando a quantidade e qualidade dos documentos indexados, com avaliação de banca examinadora qualificada, disponíveis no site do programa e de livre acesso na internet, sugerindo rápida circulação desses discursos, como caracteriza Spink (2004).

De acordo com os pressupostos metodológicos da pesquisa construcionista, a pesquisa científica é uma prática reflexiva e crítica, mas também social, segundo um modelo pautado na epistemologia da diferença “[...] que defende a necessidade de métodos apropriados para as ciências humanas.” (SPINK; MENEGON, 2004, p. 68)

Desse modo, a presente análise não se atém a autores/as dos estudos selecionados como sujeitos individuais ou coletivos, mas antes, busca neste conjunto de práticas discursivas, compreender quais as possibilidades de abordar a temática racial em Psicologia.

3.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Abordar o enlace da psicologia com as relações raciais, a partir da experiência acadêmica em uma universidade, detém relevância, visto que, por um lado, o racismo como elemento do tecido histórico cultural brasileiro produz impactos subjetivos. Por outro lado, é evidente a demanda dirigida à psicologia como ciência e profissão para produção e diálogo de saberes sobre a subjetividade e as relações raciais, de forma mais contundente, na atualidade, entre outras práticas que lhe concernem.

Diante disso, desenvolvemos algumas inquietações, presentes desde a graduação em psicologia nesta universidade, que conjugadas com experiências vividas são expressas neste momento em forma de perguntas: como a temática racial tem sido abordada no PPGPSI-UFBA? Como podemos caracterizar a produção científica desde a fundação do Programa em 2002 até

2017, no âmbito das relações raciais e psicologia? Como se configura, caso exista como perspectiva teórica, a articulação entre subjetividade e racialização no conhecimento produzido?

3.3 OBJETIVOS

3.3.1 Geral

Esta pesquisa teve como objetivo geral discutir a abordagem da temática racial nas dissertações e teses do PPGPSI-UFBA.

3.3.2 Específicos

- a) Identificar e sistematizar as dissertações e teses do PPGPSI-UFBA, que abordam a temática da psicologia e relações raciais, de acesso livre, na íntegra e defendidas entre 2002 a 2017, por área de concentração e linha de pesquisa;
- b) Caracterizar a abordagem da temática racial nos estudos no que se refere à: identificação dos/as participantes com a solicitação da autodeclaração racial, presença da operacionalização da categoria analítica raça, presença das relações raciais como tema central.
- c) Analisar os objetos de estudo, os objetivos, referenciais teórico-metodológicos, resultados e conclusões da produção científica levantada em relação à presença e/ou ausência de articulações entre subjetividade e racialização, conforme a análise psicológica fanoniana.

3.4 MÉTODO DE SELEÇÃO DA AMOSTRA

Enquanto mulher negra, a questão racial tomou minha atenção durante todo o período da graduação, principalmente no que tange ao sofrimento psíquico decorrente do racismo presente em meu cotidiano. Isso me despertou interesse em conhecer as dissertações e teses defendidas no programa e seus resultados. Ainda antes de escrever o projeto para seleção no Pós-Afro, comecei o levantamento das dissertações e teses disponíveis no site do programa. Esta forma de acesso facilitou a busca, visto que os sites de programas de pós-graduação, além de fazerem parte do repositório institucional, possuem uma seção específica com estas publicações.

No presente estudo consideramos a pertinência do uso analítico da categoria raça nas pesquisas em Psicologia, desse modo faria sentido então falar de racismo apenas quando a ideia de raça sustente um padrão discriminatório mantido pela hierarquização social. Isto o especificaria entre outros tipos de essencialização ou naturalização presentes em práticas discriminatórias que frequentemente são entendidas como racismo, a exemplo do sexismo (GUIMARÃES, 2009).

Consideramos que o levantamento bibliográfico compõe o processo de interpretação dos dados, “Não haveria, assim, momentos distintos entre o levantamento das informações e a interpretação. Durante todo o percurso da pesquisa estamos imersos no processo de interpretação.” (SPINK; LIMA, 2004, p. 105) Dissertações e teses são práticas discursivas da ciência como linguagem social “[...] com suas peculiares formas de apresentação e de circulação[...]” (MIRIM, 2004, p. 154), acrescidas da atual disponibilidade de acesso *online* proporcionadas pela internet. Trata-se processo metodológico interativo nos qual novos elementos e categorias são construídas a partir da sugestão dos dados.

Nesta direção, a fonte de dados desta pesquisa se constituiu no material disponível no site do PPGPSI (UFBA, 2017)¹⁹. Na seção Teses e Dissertações, constam os estudos defendidos e aprovados no programa, dispostos por título e autor/a, além de um dispositivo de busca. Nosso recorte temporal compreendeu o período de 2002 até a última publicação acessada em maio de 2017, no qual constavam 54 teses de Doutorado e 210 dissertações de Mestrado, totalizando 264 produções. O dispositivo de busca do próprio site permite a seleção por autor/a e título, mas não pelos descritores de nosso interesse, deste modo, progressivamente fui acessando os estudos um a um, lendo apenas seu título, resumo e palavras-chave, e aplicando a busca pelos descritores “raça”, “racismo”, “negro/a”, “preconceito racial”, “discriminação racial”, “mestiçagem”, “intolerância religiosa”, “escravidão”, “ações afirmativas”, “branquitude”.

Ao encontrar ocorrência de um ou mais descritores, analisei se esse estava relacionado aos objetivos, referencial teórico ou participantes das pesquisas. Apenas estudos que atendiam a um ou mais destes critérios foram selecionados. O adotamos por entender que se estes descritores figurassem nestas seções da pesquisa, havia grande possibilidade da dissertação ou tese ter como tema central a temática racial. No total encontramos 28 estudos, considerando o total de itens produzidos, isso equivale a apenas 10,6% do total.

¹⁹ <https://pospsi.ufba.br/pt-br/teses-dissertacoes>.

3.5 PROCEDIMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

Os arquivos foram organizados em planilha Excel por ano, tipo (dissertação ou tese), nome do autor/a, título, palavras-chave, linha de pesquisa, orientadores/as e *link* para acesso. Dentre os 28 estudos inicialmente selecionados, após a leitura identificamos seis que não se adequavam à análise, pois, embora tenhamos encontrado nestes estudos descritores utilizados na busca, a temática racial aparecia de forma pontual em alguma parte do texto, sem que sua problematização fizesse parte dos objetivos ou do problema de pesquisa. Nestes estudos foram encontrados temas como suicídio (01), violência doméstica contra crianças (02), estereótipos sem relação com a questão racial (02) e mulheres com HIV (01). No decorrer da análise foi suprimido mais um estudo sobre estresse e que apresentava o racismo como variável de impacto. Passaram, então, a compor a amostra 21 estudos, sendo 14 dissertações e 07 teses, correspondendo à incipiente marca de 8,3% do total de estudos produzidos em 15 anos de existência do Programa.

4 A INSERÇÃO DA TEMÁTICA RACIAL NO PPGPSI-UFBA

Analisar a produção científica de determinada área de conhecimento, em nosso caso a psicologia em nível de pós-graduação em uma universidade, tem como pressuposto a relevância do conhecimento produzido. Este espaço exerce também a função de oferta de subsídios acadêmicos a troca de saberes sociais. Outro aspecto significativo é a atualização reflexiva sobre a produção científica, seja pelo intercâmbio de ideias, seja pela possibilidade de nortear a prática profissional (MARTINS; SANTOS; COLOSSO, 2013).

Identificamos que o PPGPSI-UFBA não possui uma linha específica de pesquisa sobre relações raciais, a temática racial está inserida em diferentes linhas, abordando áreas de conhecimento e temas diversos. Essa é uma primeira constatação que nos remete a uma suposição a ser discutida, com a devida atenção, em outros trabalhos. A questão é se a ausência de uma linha de pesquisa centrada nas relações raciais seria uma das justificativas para a porcentagem incipiente do tema na produção do PPGPSI-UFBA. Por outro lado, é necessária a reflexão sobre a ideia corrente de que seria apenas um recorte de pesquisa e não uma categoria de análise mesmo temática central do estudo.

Considerando o referencial teórico deste trabalho, uma segunda constatação que tomou contorno, foi não termos encontrado estudos que tivessem as obras de Frantz Fanon como referencial teórico. Apenas o trabalho *Pele Negra sem máscaras brancas: O julgamento de boa aparência na seleção de pessoal* (PAIM, 2016), sugere um trocadilho com o título da obra de Fanon discutida no primeiro capítulo desta dissertação, sem incorporar a obra como seu referencial teórico. O mesmo ocorre com Virgínia Leone Bicudo, Neuza Santos Souza e Izildinha Batista Nogueira, o que nos leva a uma pergunta: quais as motivações para ausência desses autores num programa de pós-graduação em psicologia no estado da Bahia, na cidade de Salvador e referência regional e nacional?

Foi utilizada para análise dos dados, a interpretação, concebendo-a como produção de sentidos (SPINK, 2004), esta é explicitada por técnicas de visualização dos resultados e produção de categorias sugeridas pelo material analisado. Nesse formato metodológico que se afilia a uma perspectiva construcionista de análise, os diálogos com as categorias definidas no referencial teórico não são impositivos, “Há um confronto possível entre sentidos construídos no processo de pesquisa e de interpretação e aqueles decorrentes da familiarização prévia com nosso campo de estudo (nossa revisão bibliográfica) e de nossas teorias de base.” (SPINK; LIMA, 2004, p. 106)

Uma terceira observação é que o número restrito de dissertações e teses sobre a temática racial que mapeamos no PPGPSI-UFBA, contrasta com a variedade dos campos institucionais e sociais em que se inserem, abarcando a saúde, educação, mundo do trabalho, religiosidade, estereótipos e racismo, abordado por diferentes referenciais teóricos e metodológicos.

Esse cenário se aproxima de resultados de estudos anteriores com objetivo semelhante, mas com base de dados de maior amplitude. Em, *A construção da identidade do Afrodescendente: a psicologia brasileira e a questão racial*, Ricardo Franklin Ferreira analisou 3.862 artigos em 30 títulos de periódicos brasileiros de psicologia da biblioteca da USP e PUC-SP, 656 dissertações e 393 teses, totalizando 4.911 trabalhos, que cobriam o período de 1987 a 1998. Destes, apenas 12 incluíam a temática do afrodescendente, sendo sete (07) artigos de revista, duas (02) dissertações de mestrado, três (03) teses de doutorado. Contudo, apenas três destes trabalhos foram publicados, o que fez o autor optar por examinar a totalidade dos 12 trabalhos, independente de sua publicação prévia (FERREIRA, 1999).

Segundo o autor, nos trabalhos encontrados ressalta-se uma perspectiva dos/as psicólogos/as sobre raça como um construto social presente no preconceito contra pessoas negras, conforme estereótipos construídos socialmente na escola, no mundo do trabalho, na publicidade e em outros meios sociais. Havia também trabalhos que abordavam a valorização de saberes de matrizes africanas e o papel da militância negra no combate à discriminação.

Diante do número escasso de trabalhos encontrados Ferreira levantou algumas hipóteses para esse resultado. A primeira, baseada principalmente numa consulta feita a um pesquisador, seria a de que esta escassez de pesquisas se daria pelo fato de que “psicólogo não tem preconceito racial” (FERREIRA, 1999, p. 79); a consequência disto é uma negação de diferenças efetivas e de preconceitos que se materializam em discriminação e sofrimento. Esta hipótese do autor encontra validade se considerarmos a ideia corrente sobre a existência de democracia racial no Brasil.

Uma segunda hipótese se refere ao desinteresse dos/as psicólogos/as pelo tema, que estariam voltando sua atenção, majoritariamente, às práticas clínicas, para as quais a maior parte da população negra não teria acesso, devido ao custo de atendimentos em consultórios particulares e baixa oferta em equipamentos públicos (FERREIRA, 1999).

A terceira hipótese é de que psicólogos/as não consideravam raça e origem étnica como variáveis relevantes (FERREIRA, 1999), perspectiva que para ele significa ir na contramão da história, visto que os discursos científicos vêm sendo questionados metodológica e

epistemologicamente, assumindo o comportamento humano, tanto dos sujeitos de pesquisa quanto dos pesquisadores/as, como fenômeno histórico. Implicando então que “as concepções desenvolvidas sobre o indivíduo são construções cuja validade é limitada pela cultura, pelo lugar e pelo momento em que foram desenvolvidas” (FERREIRA, 1999, p. 80).

Por fim, conclui que o impacto que uma cultura racista impõe sobre a identidade de psicólogos/as pode ter como consequência a disseminação da ideia de que não há preconceito racial no Brasil, mas sim preconceito social e de que as oportunidades são iguais.

Martins, Santos e Colosso (2013) em estudo intitulado *Relações étnico-raciais e psicologia: publicações em periódicos da SciELO e Lilacs*, pesquisaram a ocorrência de trabalhos com a temática racial nessas bases de dados, visando oferecer um panorama de como o problema tem sido investigado pela Psicologia na primeira década do século XXI. Estes estudiosos/as apontam para um sutil crescimento das pesquisas, com a amostra final da análise totalizando 41 artigos e o recorte temporal foi de 2000 a 2009. O estudo demonstrou que havia maior concentração de pesquisadores/as ligados às universidades, com a região Nordeste, seguida pelo Sudeste, sobressaindo-se em número de pesquisadores (as). Além disso, o estudo apontou uma crescente preocupação com o tema, principalmente na Psicologia Social, área que concentrou 16 artigos. A descrição foi feita com base em categorias definidas pelos pesquisadores/as com a intenção de exprimir como a temática perpassa estes trabalhos, independente de sua filiação teórica e metodológica com uma corrente teórica em Psicologia (Quadro 1).

Quadro 1 – Número de trabalhos sobre relações raciais e suas temáticas.

Categorias	Nº de trabalhos
Novas formas de compreensão do preconceito	19
Racismo: história e ideologia	11
Identidade étnico-racial e manifestações culturais	06
Recepção das ações de promoção da igualdade étnico-racial pela sociedade brasileira	05

Fonte: Martins, Santos e Colosso (2013)

Em que pese os/as autores/as identificarem que muitos dos artigos não mencionaram explicitamente seu referencial teórico, ou utilizaram mais de um, afirmam ter percebido uma tendência dos estudos de buscar a compreensão da manifestação do racismo individual e coletivamente, bem como seus impactos na subjetividade. Para eles “a noção de raça aos poucos vem sendo incorporada pelos/as pesquisadores/as desse campo como categoria de análise para compreensão das desigualdades’ (MARTINS; SANTOS; COLOSSO, 2013, p. 130).

Schucman, Nunes e Costa (2017) em, *A Psicologia da Universidade de São Paulo e as relações raciais: perspectivas emergentes sobre o tema*, levantaram a ocorrência de estudos sobre raça e racismo na produção acadêmica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo/IPUSP, identificando poucos trabalhos realizados sobre o tema. Categorizam sua amostra em três eixos: denúncia do racismo, modos de subjetivação do racismo e estratégias para superá-lo. Seu recorte temporal cobriu os 22 anos de existência do Programa de Pós-Graduação em Psicologia daquela universidade: neste período 2.916 trabalhos foram defendidos, porém apenas 15 (4 dissertações e 11 teses) abordam a questão. Os estudos deram relevo a abordagens na área educacional, produções teóricas atinentes ao racismo, modalidades de expressão do racismo. As autoras destacam o caráter social do racismo e seu impacto psíquico, situando a questão como psicossocial e, por consequência, de alta relevância para a Psicologia. Ainda que seus resultados indiquem lacunas existentes no conhecimento sobre Psicologia e relações raciais, afirmam que poucos trabalhos se debruçam sobre a desconstrução do racismo, bem como sobre a utilização de metodologias e técnicas por psicólogos/as para contribuir com a luta antirracista. (SCHUCMAN; NUNES; COSTA, 2017)

Observamos que os três trabalhos, Ferreira (1999), Martins, Santos e Colosso (2013) e Schucman, Nunes e Costa (2017), se voltam para a produção científica em âmbito acadêmico com foco em periódicos reconhecidos pela comunidade científica. Predominam, mesmo que ainda de forma incipiente em comparação com a potencialidade do campo, trabalhos sobre o preconceito, raça/cultura, impactos subjetivos do racismo, contudo ainda carecemos de maior reflexão sobre a atuação dos/as psicólogos/as no combate ao racismo e as motivações pelo aparente desinteresse pela temática racial

4.1 SISTEMATIZAÇÃO DAS DISSERTAÇÕES E TESES DO PPGPSI-UFBA QUE ABORDAM A TEMÁTICA RACIAL

Esta seção apresenta os resultados da sistematização das dissertações e teses do PPGPSI-UFBA de acesso livre, na íntegra e defendidas de 2002 a 2017, por linha de pesquisa.

No período do desenvolvimento do estudo, o PPGPSI-UFBA possuía quatro linhas de pesquisa (UFBA, 2017b) e duas áreas de concentração. Para este item foi elaborado um mapa com Ano/Tipo, Autor/a, Título, Palavras-chave e quais metodologias/instrumentos foram utilizados. Este quadro serve como referência inicial para apresentação das possibilidades temáticas, teóricas e metodológicas em pesquisas na interface psicologia e relações raciais.

A linha Cognição Social e Dinâmicas Interacionais desenvolve seus estudos no campo epistêmico-metodológico da Psicologia Social. Destacamos abordagens presentes nesta linha acerca dos estereótipos de minorias e dos estudos das representações sociais. Desta linha foram selecionados seis estudos (Quadro 2).

Quadro 2 – Linha de Pesquisa Cognição Social e Dinâmicas Interacionais

Ano/Tipo	Autor/a	Título	Palavras-Chave	Metodologias/ Instrumentos²⁰
2004/D	Domingos Barreto de Araújo	<i>O perfil das adolescentes que cometeram atos infracionais em Salvador ano 2000</i>	Adolescentes em conflito com a lei, meninas, gênero, violência, políticas públicas	Instrumento de coleta de dados precedido de variáveis sociodemográficas. Pesquisa documental. Análise qualitativa-quantitativa
2006/D	Marcos Joel de Melo Santos	<i>Estereótipos, preconceitos, Axé-music e pagode</i>	Estereótipos, preconceito, axé-music, pagode	Sistemas computacionais Estatística descritiva e inferencial Pesquisa documental Entrevistas
2011/T	Sheyla Christine Santos Fernandes	<i>Crenças raciais e Infra-humanização: uma análise psicossocial do preconceito contra negros</i>	Preconceito contra negros, infra-humanização, pertença regional, dados sócio demográficos	<i>Primings</i> Questionário Escalas Softwares para análise de dados

²⁰ Conforme nomenclatura apresentada pelo/a autor/a.

2014/T	Patrícia da Silva	<i>Expressões do preconceito racial e do racismo no contexto da política de cotas raciais: a influência das normas sociais e da identidade social</i>	Preconceito racial e racismo, identidade, normas sociais e cotas raciais	Quantitativa Questionário sócio-demográfico Escala Softwares para análise de dados
2015/D	Dora Teixeira Diamantino	<i>Do lar para o mundo: sentidos subjetivos do ato infracional construídos pelas adolescentes em privação de liberdade</i>	Adolescentes autores de ato infracional, gênero, sentidos subjetivos, Psicologia Histórico-cultural, núcleo de significação	Qualitativa Entrevistas
2016/T	Saulo Santos Menezes de Almeida	<i>O processo de socialização de crianças e o desenvolvimento moral das mães: estudos sobre a expressão de conteúdos e traços estereotípicos de crianças brancas e negras acerca da cor da pele</i>	Crianças, estereótipos, desenvolvimento moral, processo de socialização	Questionários Escala

Na linha Indivíduo e Trabalho: Processos Micro Organizacionais, que se propõe a analisar os processos internacionais, individuais e coletivos no contexto do trabalho e das organizações, foram selecionados quatro estudos (Quadro 3).

Quadro 3 - Linha de Pesquisa Indivíduo e Trabalho: Processos Micro Organizacionais

Ano/Tipo	Autor/a	Título	Palavras-Chave	Metodologias/ Instrumentos
2013/D	Patrícia Vaz Sampaio Santos	<i>Adaptação à Universidade dos estudantes cotistas e não cotistas</i>	Ensino superior, vivência acadêmica, evasão, cotas	Dados sociodemográficos Escala Programas computacionais

2015/T	Elisa Maria Barbosa de Amorim Ribeiro	<i>Análise de redes sociais e relações intergrupais: a convivência entre cotistas e não cotistas e suas influências na formação acadêmica</i>	Redes sociais, Integração Social e acadêmica, cotistas	Paradigma da Análise de Redes Sociais Grupos focais Estudos de caso Pesquisa documental Instrumento próprio
2016/T	Altair dos S. Paim	<i>Pele Negra sem máscaras brancas: O julgamento de boa aparência na seleção de pessoal</i>	Racismo, Psicologia Social, Boa aparência seleção de pessoal	Pesquisa documental Avaliação de faces prototípicas Escala Inventário Questionário Simulação de seleção de pessoal
2016/T	Domingos Barreto de Araújo	<i>Adolescentes em conflito ou não com a lei: mídia, representação social e direitos humanos</i>	Adolescentes, Discurso, Mídia, representação social, violência	Estudo de Representações sociais em notícias jornalísticas. Análise do discurso Programa computacional

A linha de pesquisa Transições Desenvolvimentais e Processos Educacionais tem seu foco nos estudos sobre a família e as instituições educacionais, em diferentes contextos e perspectivas teórico-metodológicas, com resultados que têm contribuído para elaboração de Políticas Públicas. Se relaciona com a área de concentração, Psicologia de Desenvolvimento, da qual foram selecionados dois estudos (Quadro 4).

Quadro 4 - Linha de Pesquisa Transições Desenvolvimentais e Processos Educacionais

Ano/ Tipo	Autor/a	Título	Palavras-Chave	Metodologias/ Instrumentos
2011/T	Matheus Batalha Moreira Nery	<i>O processo de afiliação emocional entre estudantes do Programa Permanecer da UFBA</i>	Afiliação emocional, Juventude, Universidade Pública, Educação Superior e vida universitária	Questionário sociodemográficos Quantitativa / Qualitativa Etnometodologia Metodologia survey Entrevistas
2015/D	Karla Geyb da Silva Queiroz	<i>Convivendo com os Orixás: a trajetória religiosa de crianças adeptas ao candomblé e o contexto escolar</i>	Subjetividade, religião, Candomblé, infância, escola	Qualitativa Questionário sociodemográfico Conversação

A linha de pesquisa Infância e contextos culturais tem como foco processos familiares, como contexto de desenvolvimento e teve apenas um estudo selecionado (Quadro 5).

Quadro 5 - Linha de Pesquisa Infância e Contextos Culturais

Ano/ Tipo	Autor/a	Título	Palavras-Chave	Metodologias/Instrumentos
2010/D	Ava da Silva Carvalho Carneiro	<i>Caminhos Universitários: a permanência de estudantes de origem popular em cursos de alto prestígio</i>	Vida universitária, educação superior, juventude, ações afirmativas	Qualitativa Etnometodologia diário de campo, observação participante e entrevista narrativa. Análise de Conteúdo

Houve ainda estudos que não citavam suas linhas de pesquisa, porém podemos deduzir sua proximidade devido à temática e orientadores/as, de modo que faremos esta consideração na discussão destes resultados. Foram oito (Quadro 6).

Quadro 6 - Estudos sem Menção Explícita à Linha de Pesquisa

Ano/Tipo	Autor/a	Título	Palavras-Chave	Metodologias/ Instrumentos
2007/D	Lúcio Otávio Alves Oliveira	<i>Expressões de vivência da dimensão racial de pessoas brancas: representações de branquitude entre indivíduos brancos</i>	Branquitude, representações sociais, discriminação racial, subjetividade, Psicologia Social	Entrevista Teste de evocação e seleção das palavras principais
2007/D	Altair dos S. Paim	<i>Aparência física, estereótipos e inserção profissional: um estudo sobre a profissão de secretariado executivo segundo a percepção de estudantes de secretariado</i>	Estereótipos, aparência física, discriminação, inserção profissional	Questionários Escala Análises estatísticas
2007/D	Joice Ferreira da Silva	<i>Ameaça dos estereótipos na performance intelectual de estudantes universitários ingressos pelo sistema de cotas</i>	Ameaça dos estereótipos, performance intelectual, cotas	Metodologia experimental Procedimentos computadorizados Escala
2009/D	Valdísia Pereira da Mata	<i>Discriminação Racial: um estudo dos episódios registrados na promotoria de combate ao racismo do ministério público em salvador</i>	Discriminação racial, racismo, dispositivo legal antidiscriminação	Pesquisa documental Estatística descritiva
2009/D	Valter da Mata Filho	<i>Estratégias de enfrentamento do povo de santo frente às crenças socialmente compartilhadas sobre o candomblé</i>	Crenças, candomblé, estigma, enfrentamento, intolerância religiosa	Qualitativa Entrevista com coleta de dados sociodemográficos Análise de conteúdo <i>Ob.s: Possui um glossário, com os termos comuns dentro do Candomblé, que foram utilizados na</i>

				<i>pesquisa.</i>
2012/D	Manuela Brito dos Santos	<i>Homens negros e brancos soropositivos para HIV: representações e crenças na vivência da sexualidade</i>	NC	Qualitativa descritiva Entrevistas
2014/D	Carlos Vinicius Gomes Melo	<i>Estratégias de enfrentamento de pessoas negras e com deficiência frente ao duplo estigma</i>	Estratégias de enfrentamento, <i>coping</i> , estigma, raça/cor, deficiência	Entrevistas Escala
2014/D	Gilcimar Santos Dantas	<i>Efeitos de primings de crime na identificação de armas, no racismo, na desumanização e na atribuição de punição</i>	Racismo, automatismo, controle, processos duais, crime, desumanização, segurança pública	Aplicação de <i>primings</i> Tarefas em softwares Checklist Questionários Escala

Observamos que a baixa inserção do tema corresponde também a uma baixa frequência anual de pesquisas (Quadro 7). É um resultado que precisa ser aprofundado no que diz respeito, no mínimo a três fatores: existência de uma linha de pesquisa e/ou oferta componentes curriculares e atividades de extensão sobre a temática racial; disponibilidade de docentes para orientação sobre o tema; e o papel do acesso à pós-graduação de pesquisadores/as docentes e estudantes negros/as ou que atuam com interesse na interface psicologia e relações raciais.

Quadro 7 - Distribuição das Dissertações e Teses por Ano

Tipo	Ano	QUANTIDADE
Dissertação	2004	01

Dissertação	2006	01
Dissertação	2007	03
Dissertação	2009	02
Dissertação	2010	01
Dissertação Tese	2011	02
Dissertação	2012	01
Dissertação	2013	01
Dissertação (02) Tese	2014	03
Dissertação (02) Tese	2015	03
Teses	2016	03

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA ABORDAGEM DA TEMÁTICA RACIAL NOS ESTUDOS

Nesse item analisamos a abordagem da temática racial considerando a presença dos descritores “raça”, “racismo”, “negro/a”, “preconceito racial”, “discriminação racial”, “mestiçagem”, “intolerância religiosa”, “escravidão”, “ações afirmativas”, “branquitude”, no trabalho. Não só a presença dos descritores, mas qual sua relevância no escopo do estudo. Isto foi feito a partir da identificação de duas informações: a primeira, a solicitação da autodeclaração racial; a segunda, a sua utilização como categoria de análise do estudo. Utilizamos estes dois elementos considerando que, principalmente o segundo, caracterizam um estudo como pertencente à interface psicologia e relações raciais.

Esse campo semântico gravita em torno da análise da interface psicologia e relações racias, que sob uma perspectiva interdisciplinar, deve considerar, pelo menos, três grandes processos históricos: (01) os processos econômicos oriundos da colonização da nação e seus desdobramentos atuais; (02) o intercruzamento da noção de raça, classe, e gênero e; (03) o ponto de vista psicoexistencial do racismo (FANON, 2020a).

A variedade de temas encontrados nas pesquisas confirma a amplitude das possibilidades de abordagem da temática racial pela psicologia. A inserção em determinada

subárea temática é um indicador da atenção atual de pesquisadores/as. As subáreas surgiram da análise do material estudado e não foram categorizadas de forma estanque, são interdisciplinares e se distribuem por mais de uma linha de pesquisa e área de concentração, a organização no formato que segue se deu com objetivo de melhor explicitação dos resultados.

4.2.1 Solicitação da Autodeclaração Racial

Para Fanon a racialização marca a experiência vivida das pessoas em uma sociedade. Há subjetivações diferenciadas pelos signos da negrura e da brancura, mas também desdobramentos materiais na vida cotidiana com implicações na própria aceitação de sua humanidade pelo outro, assim como no acesso a direitos. Desse modo a racialização dos sujeitos de pesquisa atua de modo inverso, caso os objetivos e problema de pesquisa considerem: a coleta da autodeclaração racial, a tomada deste dado como categoria de análise e a opção política-intelectual por referenciais teóricos não essencializantes e que fissuram as interpretações coloniais. Este conjunto de decisões pode apontar, por um lado, as evidências dos impactos do racismo no psiquismo individual e coletivamente dialogando com as mais diversas áreas de conhecimento. Por outro lado, as pesquisas deixam à mostra as narrativas culturais que incidem na produção de conhecimento sobre as relações raciais considerando “[...] que existiam lendas, histórias, a história e, acima de tudo a *historicidade* [...]” (FANON, 2020a, p. 127).

Isto porque a sociedade brasileira é estruturada e dinamizada racialmente, se acrescentarmos uma perspectiva sociológica, a interpretação do racismo contemporâneo apenas como legado do escravismo, como sistema econômico e paradigma do pensamento social, carece de crítica e complementaridade. Para o sociólogo Carlos Hasenbalg é necessário enfatizar “o racismo e a discriminação depois da abolição como as principais causas da subordinação social dos não-brancos e seu recrutamento a posições sociais inferiores.” (HASENBALG, 2005, p. 19) Apesar de compartilhar com outros grupos as consequências da dominação de classe, pessoas negras sofrem desqualificações específicas que se configuram em desvantagens sociais no campo de acesso a direitos e sofrimento psíquico.

A construção cultural da narrativa sobre o negro não afasta a dimensão epidermizada desse discurso anunciado sobre seu corpo, que circula socialmente, à vista, em comparação ao antissemitismo como afirma Fanon, “Mas, no meu caso, tudo ganha uma *nova* cara. Nenhuma chance me é concedida. Sou sobredeterminado a partir do exterior. Não sou escravo da ‘ideia’ que os outros fazem de mim, mas da minha aparência.” (FANON, 2020a, p. 131)

Vemos então um dinamismo que atualiza as justificativas da inferiorização, como se a manutenção desta ideologia explicasse a si mesma naturalmente em detrimento da consideração

de questões estruturais e de interesses de grupos sociais em formações sociais oriundas da dominação colonial. Ou seja, a existência do racismo como sistema ideológico se operacionaliza localmente a partir de características próprias de nossa colonização e posterior transição ao capitalismo. Assim como da nossa composição populacional, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019, 42,7% dos brasileiros se declararam como brancos, 46,8% como pardos, 9,4% como pretos e 1,1% como amarelos ou indígenas (BRASIL, 2021)

A solicitação da autodeclaração dos participantes como dado sociodemográfico amplia a possibilidade de interpretação dos resultados e contribui para a visualização de informações sobre a população negra nas pesquisas. Esse tema vem despertando atenção na última década, principalmente devido às reivindicações dos movimentos negros no campo das políticas públicas, por exemplo, na área da saúde “A temática raça/etnia, se esteve ausente dos textos oficiais, no debate do campo da Saúde Pública no Brasil, nas últimas décadas, veio recentemente constituir-se em um dos ‘novos’ problemas para a investigação e debate.” (ADORNO; ALVARENGA; VASCONCELOS, 2004, p. 120). Outro indicador importante é a Portaria nº 344, de 1º de fevereiro, que dispõe sobre o preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde, isto para citar apenas o campo da saúde. As motivações para identificação racial no Brasil performam um complexo que requer estudo próprio, aqui consideramos a autodeclaração emitida pelo/a participante tanto de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE (as pessoas são perguntadas sobre sua cor de acordo com as seguintes opções: branca, preta, parda, indígena ou amarela),, pela autodeclaração livre ou por categorias incluídas pelas pesquisadoras/as nos instrumentos de pesquisa.

De modo semelhante a solicitação e possível operacionalização da autodeclaração racial nas pesquisas no campo psicológico, considerando sua diversidade de teorias, objetos e metodologias, no que couber pode se configurar com uma ampliação do compromisso desta área com o combate ao racismo e a consolidação das políticas da saúde da população negra. No entanto, cabe ressaltar que solicitar por si só a autodeclaração raça/cor/etnia é um primeiro passo para inclui-la como categoria analítica que garanta a passagem da condição de “dado” para de informação, ou seja, cumpra sua função de apoio à interpretação. (Quadro 08).

Quadro 8 - Solicitação da Autodeclaração por Linha de Pesquisa

Linha de Pesquisa	Nº/ Solicitação da Autodeclaração
Cognição Social e Dinâmicas Interacionais	(01) Não houve participantes diretos. Contudo destacou a identificação racial do público alvo. (03) Sim (01) Não (01) Solicitação parcial
Indivíduo e Trabalho: Processos Micro Organizacionais	(01) Não houve participantes diretos. Contudo destacou a identificação racial do público alvo. (02) Sim (01) Não
Transições Desenvolvimentais e Processos Educacionais	(02) Sim
Infância e contextos culturais	(01) Não
Sem menção explícita à linha de pesquisa	(01) Não se aplica (05) Sim (02) Não
Total	(02) Não houve participantes diretos. Contudo destacou a identificação racial do público alvo. (01) Solicitação parcial (01) Não se aplica (12) Sim (05) Não

A solicitação e utilização da autodeclaração racial como categoria de análise, apesar de fundamental nos estudos da interface psicologia e relações raciais, deve ser considerada a partir dos objetivos, referenciais teóricos dos estudos e grupos de pesquisa, e mesmo as escolhas e

posicionamentos políticos de pesquisadores/as, visto a dinâmica teórico-metodológica do campo psicológico.

A autodeclaração não se trata de uma ferramenta que uniformiza as experiências ou informa algo sobre a materialidade de um sujeito essencializado, mas antes tem total relevância na análise de indicadores sociais que evidenciem desigualdade e subsidiem a formulação de políticas públicas e estratégias correlatas. Pode não ser importante, por exemplo, para um estudo comparativo sobre construtos cognitivos, mas é de extrema importância na avaliação de políticas públicas no ensino superior. Ao lembrarmos a inexistência de uma linha de pesquisa específica sobre o tema das relações raciais e a distribuição da temática nas diversas linhas, reflete seu tratamento de modo diverso teórico e metodologicamente, conforme vimos nos quadros um a cinco do item 4.1

4.2.2 A Temática Racial como categoria de Análise

Parte do arcabouço teórico da psicologia reflete a ausência de perspectivas da noção de raça como estruturante da racionalidade contemporânea, tanto do ponto de vista econômico, como do subjetivo. Para Fanon não se trata de uma categoria definidora de recorte, mas da possibilidade analítica de descrever os mecanismos sociogênicos do tecido social e psicológico. A hierarquização racial no Brasil é um fato à mostra, sobre o qual não há espaço para silêncios, sendo uma exigência social sua discussão nos locais de práticas e produção de saberes psicológicos.

Há o atravessamento do conhecimento científico na experiência direta, seja dos privilégios conferidos aos brancos, seja na essencialização de pessoas negras numa existência tripla da responsabilização pelo próprio corpo, pela sua raça e pela sua ancestralidade. Ao se percorrer com olhar objetivo, a pessoa negra descobre sua negrura, seus traços étnicos. Essa devolução especular do mundo branco se sustenta no discurso racista, como ilustra a imagem fanoniana, “e então me arrebutaram o tímpano com a antropofagia, o atraso mental, o fetichismo, as taras raciais, os negreiros e, acima de tudo, acima de tudo o mais: ‘Y’a bon banania’²¹ (FANON, 2020a, p. 127).

²¹ “A expressão refere-se ao personagem L’ami Y’a bon, um caricato fuzileiro senegalês sorridente criado em 1915 pelo publicitário Giacomo de Andreis para estampar embalagens e materiais promocionais da marca de achocolatados Banania, acompanhado do slogan ‘y’a bon’ (“é bom” em *pétit-nègre*)”. Devido à ação contundente dos movimentos antirracistas, a utilização comercial foi interrompida. Ver nota completa do tradutor em Fanon (2020a, p. 48). A imagem pode ser vista também na capa da PNMB (FANON, 2008).

A subordinação social de pessoas negras persiste e suas causas estão para além de resquícios do escravismo, antes representam interesses do grupo dominante branco na atualidade. Argumentar a escravidão como instauradora de diferentes pontos de partida é descartar a necessária análise das relações estruturais e intercâmbios desiguais no presente. As práticas racistas não se referem apenas a um resquício escravocrata, se relacionam à disputa pela manutenção dos privilégios e “aos benefícios materiais e simbólicos que os brancos obtêm da desqualificação competitiva do grupo negro” (HASENBALG, 1982, p. 89).

Formas raciais de divisão do trabalho se renovam e complexificam desenvolvimento de novas formas de organização da vida, principalmente do trabalho. Também na vida política, no acesso a direitos e na cultura, se mantém a raça como elemento hierarquizador, mesmo que por mecanismos não explícitos de discriminação. A operacionalização a partir da raça busca definir lugares fixos na estrutura social cuja expectativa, àquele tempo e na atualidade, da sua diluição a passagem do escravismo ao capitalismo não foi confirmada, como afirma Hasenbalg em relação ao início do século XX, pelo contrário, “o reembaralhamento das pessoas produzido pela operação da indústria apenas reproduz a posição subordinada das minorias raciais na estrutura social”. (HASENBALG, 2005, p. 90)

Desse modo, nesta seção apresentamos o que caracterizamos como a temática racial como central do estudo, os estudos estão mapeados e os agrupamos por categorias, conforme a solicitação da autodeclaração racial dos participantes, presença de participantes negros/as e a operacionalização como categoria de análise, seja da autodeclaração ou da inserção da temática racial em instrumentos de coleta de dados.

4.2.2.1 Grupo 01: Adolescentes e atos infracionais

Nos estudos do Grupo 01 o tema da pesquisa está ligado à temática racial devido ao público envolvido, estes destacam o racismo como componente do tecido social brasileiro.

O tema da trajetória de adolescentes que cometeram atos infracionais deteve nossa atenção devido ao perfil dos participantes e/ou do público que compõe as medidas socioeducativas. Araújo (2004) em *O perfil das adolescentes que cometeram atos infracionais em Salvador ano 2000*, teve como objetivo descrever o perfil das adolescentes que cometeram infrações à Lei no ano de 2000 em Salvador. Identificou através de dados oficiais que a maioria destas são negras, possuem distorção na relação idade/série escolar e convivem em ambientes de alta precariedade material atravessados por violências. Nesse sentido procurou compreender os sentidos atribuídos por autoridades, técnicos, cuidadores, profissionais e por elas mesmas às suas trajetórias através de registros contidos nos processos. Constatou que, mesmo tendo

interesse em registrar as informações sobre etnia, encontrou obstáculos pois nem os boletins de ocorrência colhiam essa informação.

Diamantino (2015) em, *do lar para o mundão: sentidos subjetivos do ato infracional construídos pelas adolescentes em privação de liberdade*, buscou compreender a atribuição de sentidos subjetivos aos atos infracionais construídos por adolescentes em internação para cumprimento de medida socioeducativa. Entrevistou três adolescentes que se autodeclaram negras. A autora se apoia na perspectiva de gênero a partir dos estudos feministas tendo como participantes meninas em privação de liberdade por terem cometido ato infracional. A abordagem da questão racial é discutida como elemento discriminatório, somada à classe social, assim como figura como categoria de análise. Está ligada diretamente ao cenário nacional, no qual a população negra figura como majoritária entre os privados de liberdade à época do estudo, segundo órgãos oficiais “78,9% das adolescentes acolhidas no PA da Bahia eram negras ou pardas. Vale pontuar que, nesse mesmo período, apenas 8,43% das meninas eram brancas e 6% dos registros não apresentaram informações referentes a essa variável” (DIAMANTINO, 2015, p. 41).

Araújo (2016) em *Adolescentes em conflito ou não com a lei: mídia, representação social e direitos humanos*, recorre à teoria das representações sociais para analisar como matérias jornalísticas influenciam sua construção no que diz respeito aos direitos humanos de adolescentes que cometeram ou não atos infracionais. A temática racial se evidencia na identificação do público de sua pesquisa como maioria de adolescentes negros/as que cometem atos infracionais, assim como no perfil da população vítima de violência no país.

Quadro 9 – Inserção da temática racial nos estudos sobre Adolescentes e atos infracionais

Autor/a	Solicitação da autodeclaração racial	Pessoas negras como participantes/público	Temática racial como categoria de análise
Araújo (2004)	Sim	Afrodescendentes	Sim, informação colhida através de dados oficiais
Araújo (2016)	Não houve participantes diretos	Identificação do público estudado colhida através de documentos oficiais: pretos/pardos	Sim
Diamantino (2015)	Sim	Pretas/pardas	Sim

4.2.2.2. Grupo 02: Ações Afirmativas nas Universidades

Nos estudos do Grupo 02 a solicitação da autodeclaração variou em relação à tomada da raça como categoria de análise solicitada e analisada. Constituímos estes estudos como um

grupo devido ao tema das ações afirmativas comporem nosso campo de descritores pesquisados por sua relação com a temática racial.

O tema das Ações Afirmativas/Permanência universitária predomina neste grupo no qual a temática racial ganha relevo através do debate sobre a implementação de reserva de vagas para pessoas autodeclaradas negras nas universidades públicas. Não necessariamente com uma discussão sobre relações raciais, pois não solicitaram essa informação devido ao referencial teórico ter como abordagem a noção de origens ou classes populares dos participantes, entre outras características.

Isso nos remete à interpretação de que mesmo o Brasil sendo um país estruturado socialmente de modo desigual, no que diz respeito a indicadores raciais, com maioria da população negra como componente do estrato social mais pobre, não se encontrava entre os objetivos da pesquisa uma análise da perspectiva racial. Isso deve ser analisado sobre o prisma do referencial teórico e dos objetivos dos estudos para os quais a identificação racial dos participantes pode não ter relevância como variável de pesquisa, por exemplo, se o objetivo é a mensuração de construtos cognitivos. Há radical diferença da temática racial como categoria de análise numa pesquisa sobre atributos cognitivos dos participantes e sua análise como indicador de desigualdades sociais.

Interessou aos/as pesquisadores/as, para além dos aspectos políticos da medida de implementação da reserva de vagas, questões como convivência entre pessoas de origens sociais diferentes, variáveis de impacto no desempenho acadêmico e expressões de preconceito.

Carneiro (2010) em *Caminhos Universitários: a permanência de estudantes de origem popular em cursos de alto prestígio*, investigou aspectos da formação, permanência e mudanças desenvolvimentais relacionadas à juventude de quatro estudantes de cursos considerados de alto prestígio, como Medicina, Direito, Engenharia e Odontologia. A partir de suas vivências buscou identificar estratégias para compreensão da rotina institucional, relações interpessoais, questões financeiras e apreensão da vida acadêmica no que tange a currículo, avaliação e tarefas.

Nery (2011) em *O processo de afiliação emocional entre estudantes do programa Permanecer da UFBA*, pesquisou a existência de uma dimensão emocional no que se refere à aquisição de competências específicas sobre a vida acadêmica em seu público-alvo majoritariamente negro, dos 252 respondentes 35,5% se autodeclararam pretos e 50, 2% pardos. A temática racial se presentifica de modo tangencial considerando o alto percentual de participantes negros/as, contudo sem operacionalização direta com outros dados.

Ribeiro (2015) em *Análise de redes sociais e relações intergrupais: a convivência entre cotistas e não cotistas e sua influência na formação acadêmica*, analisou o processo de integração de cotistas e não cotistas em 09 cursos da UFBA, considerou a influência da posição dos estudantes nas redes das turmas, a relação desta posição com rendimento acadêmico e comprometimento institucional e a percepção dos/as participantes sobre o grau de integração entre cotistas e não cotistas.

Santos (2013) em *Adaptação à Universidade dos estudantes cotistas e não cotistas: Relação entre Vivência Acadêmica e Intenção de Evasão*, se volta também à vivência acadêmica deste público comparando o poder preditivo das integrações social e acadêmica em relação à satisfação com a formação e intenção de evasão. O estudo toma como premissa que fatores anteriores ao ingresso (*background* familiar, experiências escolares) têm influência diferenciada na integração ao ambiente acadêmico, com isso problematizando permanência e evasão dos dois grupos. Em que pese abordar o público cotista na UFBA, o perfil demográfico não traz informações sobre a categoria raça/cor, contudo destaca que as pesquisas em âmbito internacional que relacionam etnia e evasão carecem de maior exploração.

O trabalho de Silva (2007), *Ameaça dos estereótipos na performance intelectual de estudantes universitários ingressos pelo sistema de cotas*, toma como objeto a avaliação do impacto da ameaça do estereótipo na performance intelectual de estudantes cotistas de duas universidades públicas de Salvador-Ba (Universidade do Estado da Bahia - UNEB e UFBA), a partir da teoria de ameaça dos estereótipos. Não se encontrava entre os objetivos a análise da categoria de análise raça.

Silva (2014) em, *Expressões do preconceito racial e do racismo no contexto da política de cotas raciais: a influência das normas sociais e da identidade social*, analisou a influência de variáveis psicossociais e normativas nas expressões do preconceito racial e do racismo no contexto da implementação das cotas para negros, assim como o efeito do preconceito na adesão às cotas em três universidades do nordeste do Brasil (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Universidade Federal da Paraíba – UFPB e Universidade Federal do Ceará – UFC).

Quadro 10 – Inserção da temática racial nos estudos sobre ações afirmativas nas universidades

Autor/a	Solicitação da autodeclaração racial	Pessoas negras como participantes/público	Temática racial como categoria de análise
Carneiro (2010)	Não	-	-
Nery (2011)	Sim	Pretos/pardos	Tangencial
Ribeiro (2015)	Sim	-	-

Santos (2013)	Não	-	-
Silva (2007)	Não	-	-
Silva (2014)	Sim	Negros/pardos	Sim

4.2.2.3 Grupo 03: Estereótipos e racismo

No Grupo 03 os estudos tiveram a temática racial como tema central evidenciado pelo problema de pesquisa, objetivos e referenciais teóricos. A categoria de análise raça se refere ao objeto de pesquisa compondo os instrumentos de coletas de dados e essa informação é operacionalizada.

Dantas (2014) em *Efeitos de primings de crime na identificação de armas, no racismo, na desumanização e na atribuição de punição*, pesquisou as “diferenças produzidas por faces brancas e negras no tempo de resposta, acertos e vieses na identificação de armas e utensílios (ferramentas)” (DANTAS, 2014, p. 08). O autor problematiza a aprendizagem social a partir da teoria do automatismo, entre outras referências, indagando a contribuição de contextos de crime na percepção de armas por faces negras e, secundário a isto, o quanto aderem a comportamentos punitivos.

Santos (2006), em *Estereótipos, preconceitos, Axé-music e pagode*, aborda a área de entretenimento e cultura disseminada socialmente como domínio inquestionável da contribuição das culturas negras, contudo pouco estudada na interface psicologia e relações raciais. As manifestações que dão título ao trabalho detêm caráter muito popular no estado da Bahia, de modo que autor objetivou compreender a dinâmica cognitiva de categorização destas manifestações e dos artistas que expressam esses ritmos, isto relacionado à sua identificação étnico-social. Motivado por investigar os estereótipos e preconceitos que incidem sobre os artistas citados, assim como compreender as expressões do racismo neste contexto, sua atenção se voltou também para relação com o contexto histórico-cultural em Salvador e Recife.

Quadro 11 – Inserção da temática racial nos estudos estereótipos e racismo

Autor/a	Solicitação da autodeclaração racial	Pessoas negras como participantes/público	Temática racial como categoria de análise
Dantas (2014)	Não	-	Sim (instrumento)
Santos (2006)	Não	-	Sim (instrumento)

4.2.2.4. Grupo 04: Temática racial como tema central

Nos estudos do Grupo 04 a temática racial é central, há a solicitação da autodeclaração dos participantes, participação de pessoas negras e a utilização de raça como categoria de análise. Trata-se de escolha teórica e metodológica que centraliza o problema de pesquisa nas relações raciais. Fernandes (2011) em, *Crenças raciais e infra-humanização: uma análise psicossocial do preconceito contra negros*, pesquisou o preconceito contra negros através da análise de crenças sobre negros e relações raciais a partir da infra-humanização. A pesquisa foi composta por dois estudos, no primeiro, com 678 universitários participantes, a autora abordou os efeitos “da pertença regional, da cor da pele, do gênero e de três *primings* pertinentes às categorias sociais ‘brasileiro’, ‘branco’ e “negro’ no preconceito contra negros”. (FERNANDES, 2011, s/p)

No segundo estudo, com 164 universitários, o preconceito contra negros foi analisado a partir dos efeitos de *primings* de estados mentais de competição, cooperação e ativação da identidade, cotejados com dados sociodemográficos como sexo, idade, cor da pele e área acadêmica, tendo como referencial as teorias da identidade social e da infra-humanização.

Almeida (2016) em *O processo de socialização de crianças e o desenvolvimento moral das mães: estudos sobre a expressão de conteúdos e traços estereotípicos de crianças brancas e negras acerca da cor da pele*, investigou como as mães e pares atuam no processo de socialização de crianças no que diz respeito à reprodução de estereótipos face a outras crianças em razão da cor da pele. Realizou dois estudos, o primeiro contou com a participação de 200 crianças e o segundo com 30 mães.

Paim (2007) em *Aparência física, estereótipos e inserção profissional: um estudo sobre a profissão de secretariado executivo*, teve como objetivo analisar como estudantes de secretariado percebem a existência de discriminação racial em processos seletivos, considerando o papel que a cor da pele e o tipo de cabelo exercem naquilo que é construído como boa aparência para acesso ao mercado de trabalho. Buscou identificar ainda como as 162 entrevistadas majoritariamente não-brancas, de duas universidades, uma pública e uma privada, percebem os estereótipos e a desqualificação profissional na universidade.

Já em *Pele Negra sem máscaras brancas: O julgamento de boa aparência na seleção de pessoal*, Paim (2016) dá continuidade à sua abordagem sobre o racismo no mundo do trabalho, com foco nos efeitos do racismo na seleção de pessoal, no que diz respeito à exigência de boa aparência e seu viés racial no acesso ao mercado de trabalho. Para tanto desenvolveu

três estudos: um documental, um experimento com avaliação de fotos e outro com simulação de seleção de pessoal.

O autor problematiza questões candentes sobre o histórico do racismo no mundo do trabalho no que diz respeito à definição de boa aparência relativa a pessoas negras e seu efeito em comportamentos discriminatórios, visto que sua exigência como critério para contratação esteve em vigência durante muito tempo, sendo contestada após intensa luta dos movimentos negros e removida através de medidas institucionais, em relação a Salvador afirma o autor

O Ministério Público em 1992 fez um acordo com os grandes jornais para que não se publicasse anúncios com estas características. Em seguida, a lei municipal 5420 foi publicada em 1998 para impedir que os jornais ou qualquer outra forma de publicação utilizassem boa aparência, ou termo correlato como boa apresentação, para vagas de emprego. (PAIM, 2016, p. 16)

Melo (2014), em *Estratégias de enfrentamento de pessoas negras e com deficiência frente ao duplo estigma*, toma como foco a questão das estratégias de enfrentamento em face de uma dupla estigmatização, como essas pessoas se percebem diante do olhar social dirigido a elas e quais os impactos psíquicos deste. Para tanto realizou seis entrevistas com participantes negros e com deficiência, sendo três participantes pertencentes de entidades de pessoas negras e três participantes de entidades de pessoas com deficiência.

Mata Filho (2009), em *Estratégias de enfrentamento do povo de santo frente às crenças socialmente compartilhadas sobre o candomblé*, conforme explicitado em seu título objetivou identificar “as estratégias de enfrentamento do estigma do povo de santo, diante das situações decorrentes das crenças compartilhadas socialmente a respeito do Candomblé, e como esses episódios afetam o seu bem estar” (MATA FILHO, 2009, p. 19). O estudo buscou, através da narrativa de três mulheres lideranças religiosas, uma da nação Ketu, uma da nação Jeje e uma da nação Angola, conhecer a autopercepção destas na imagem compartilhada socialmente, como esta as afetam emocionalmente e quais as estratégias de enfrentamento.

Mata (2009), em *Discriminação Racial: um estudo dos episódios registrados na promotoria de combate ao racismo do Ministério Público em Salvador*, analisa descritivamente queixas de discriminação racial denunciadas ao órgão e se propôs a identificar e analisar fatores relevantes das denúncias como local, circunstâncias, formas de expressão, quem discrimina e a caracterização legal do episódio, considerando também o gênero dos envolvidos. Conforme explicita no título, a discriminação racial é o objeto de seu estudo.

O estudo de Santos (2012), *Homens negros e brancos soropositivos para HIV: representações e crenças na vivência da sexualidade*, visou a apreensão da relação entre crenças sobre vivências da sexualidade e percepção de vulnerabilidade ante o HIV/AIDS, relatadas por homens brancos e negros soropositivos. Seus resultados, apresentados na forma do Discurso do Sujeito Coletivo apontam que, “A construção dos discursos dos dois grupos – negros e brancos - reforça a noção de que a identidade étnica do brasileiro está construída na representação social da miscigenação e que há a existência da representação social da sexualidade dos negros como exacerbada e mais erotizada.” (SANTOS, 2012, p. 07)

Abordando o tema da branquitude encontramos um único trabalho, algo previsível por se tratar de tema ainda emergente. Em que pese ser mencionado em vários estudos como o outro polo do aspecto relacional das relações raciais, o identificamos como objeto central apenas no trabalho de Oliveira (2007), que discutiu *As expressões de vivência da dimensão racial de pessoas brancas: representações de branquitude entre indivíduos brancos*. Seu objetivo foi investigar as representações sociais da branquitude entre pessoas brancas, bem como a atribuição de significados a isto, conformada através de processos de mediação social e subjetivação.

Queiroz (2015) em, *Convivendo com os Orixás: a trajetória religiosa de crianças adeptas ao candomblé e o contexto escolar*, aborda subjetividade, religião e vida escolar na infância, único trabalho nesta senda que se debruça sobre a produção de discursos no espaço escolar sobre esta religião. Teve como objetivo analisar como a produção de sentido sobre a pertença de três adultos adeptos do candomblé foi balizada em seu contexto escolar na infância, complementando este com entrevistas de professoras de uma escola pública.

Quadro 12 – Inserção da temática racial nos estudos que têm a temática racial como central

Autor/a	Solicitação da autodeclaração racial	Pessoas negras como participantes/público	Temática racial como categoria de análise
Almeida (2016)	Sim	Negros/as ²²	Sim
Da Mata (2009)	Não se aplica	Identificação do público estudado colhida através de documentos oficiais: pretos/as e pardos/as	Sim
Da Mata Filho (2009)	Sim	Negras	Sim

²² O autor teve dois públicos: crianças e mães. Foi solicitada autodeclaração das crianças e sua heteroidentificação por pares. Não foi solicitada autodeclaração das mães.

Fernandes (2011)	Sim	Preto/a, pardo/a e autodeclaração livre como Moreno/a	Sim
Melo (2014)	Sim	Negros/as	Sim
Oliveira (2007)	Sim	Apenas participantes brancos/as	Sim
Paim (2007)	Sim	Negras e outras denominações declaradas pelas participantes.	Sim
Paim (2016)	Sim	Negro/a, preto/a e pardo/a	Sim (autodeclaração e instrumento de pesquisa)
Queiroz (2015)	Sim	Negro/as e pardo/a	Sim
Santos (2012)	Sim	Negros	Sim

Consideramos que há a necessidade de que psicólogos/as ampliem as reflexões sobre a temática racial para além da presença negra como participante de pesquisas de modo universalizante de sua experiência apenas, ou mesmo sob a persistência de bases teóricas que defendem a primazia da classe sobre a raça e gênero, e não considerem seus papéis inter-relacionados como sustentáculos para desigualdade sociais. Isto tem nos levado a subdimensionar a variável raça, as relações raciais e o racismo que perpassam os modos de subjetivação dos sujeitos, nos espaços públicos e privados e nas mais diversas dimensões da vida social (SCHUCMAN; NUNES; COSTA, 2014).

Ainda na visão de Guimarães (2004), a noção de classe comporta uma excessiva generalização que a caracterizaria como um fenômeno universal, no qual se encontram subsumidas desigualdades oriundas das hierarquizações raciais e de gênero, entre outras. Para ele, em parte dos estudos sobre as relações raciais no Brasil a noção de classe estava sendo “definida seja como grupos de acomodação de conflitos numa sociedade aberta, à maneira da Escola de Chicago, seja como grupos de distribuição de poder na ordem econômica à maneira de Weber, ou ainda grupos que ocupam diferentes posições num modo de produção, à maneira de Marx” (GUIMARÃES, 2004, p. 21). A nosso ver a permanência da perspectiva de primazia de classe tem grande influência nas escolhas temáticas da pesquisa em psicologia social, o que refletiria na baixa inserção do a temátca racial, considerada um epifenômeno, esse pensamento foi fortemente influenciado pela sociologia norte americana.

Seguindo ainda o raciocínio de Hasenbalg, uma crítica à perspectiva da sociologia norte americana reside no fato da noção de classe estar convencionada em grupos delimitados por fatores econômicos sem uma análise que os relacione às estruturas sociais, sua incidência é observada a partir do nível individual de modo que, “A persistência de vantagens diferenciais é normalmente considerada como uma questão que afeta o indivíduo, presumindo-se também, às vezes, que está ao alcance do indivíduo torná-la transitória; não é vista como um efeito inerente à estrutura social” (HASENBALG, 2005 p. 99). Isto reduziria a classe à junção de variáveis individuais sugerindo que a estrutura de classes estaria livre de influências ideológicas e ações estratégicas de subordinação. A ideia central desta abordagem seria a de que não existiria no Brasil um preconceito pautado na raça, mas sim na classe, argumento presente também na ideologia da democracia racial. Segundo Marvin Harris:

Um brasileiro nunca é meramente um “branco” ou um “homem de cor”; ele é um homem branco rico e bem-educado ou um pobre e mal-educado homem branco; um homem de cor rico e educado ou um pobre e mal-educado homem de cor. O produto desta qualificação pela educação e pelos recursos financeiros determina a identidade de classe de alguém. É a classe e não a raça de uma pessoa que determina a adoção de atitudes subordinadas ou superordenadas entre indivíduos específicos, em relações face a face. [...] Não há grupos raciais contra os quais ocorra discriminação. Há, ao contrário, grupos de classe. A cor é um dos critérios da identidade de classe; mas não é o único critério (Harris *apud* GUIMARÃES, 1999, p. 152)

Numa crítica à persistência desta perspectiva, seja na academia, seja nos meios sociais brasileiros, Beatriz Nascimento apontava a seu tempo o preconceito racial baseado numa ideologia que não dissocia o econômico ou o jurídico, não vem antes ou depois deles, nem os hierarquiza. Para a autora há uma distinção entre esquematizar conceitos para seu estudo e concebê-los como realidade concreta, ou seja, estudar classe tem sua utilidade, contudo, não esgota a complexidade da questão racial, nem fornece respostas para a ampla trama psicossocial do racismo. Daí a proposta por ela lançada da realização conjunta de um esforço de compreensão e exposição dos impactos do racismo no comportamento social, nos afetos individuais, com uma interpretação fidedigna que reivindique nosso protagonismo e participação na consciência nacional não como objeto de estudos, mas realizando o tempo de falarmos de nós mesmos não apenas como meros contribuintes ou vítimas históricas, mas como participantes (NASCIMENTO, 1974).

A ideia da primazia de classe perdura, inclusive na interpretação do racismo como atitude no âmbito das relações interpessoais, pois “A ideologia racial brasileira leva os brasileiros a acreditarem que as distinções raciais não são importantes e a interpretarem

experiências de discriminação como sendo resultantes das diferenças entre as classes sociais e não decorrentes da raça” (TELLES, 2003, p. 135).

4.3 ARTICULAÇÕES ENTRE SUBJETIVIDADE E RACIALIZAÇÃO

Nesta seção analisaremos a presença de estudos nos quais identificamos a articulação entre subjetividade e racialização, a partir da análise psicológica da Frantz Fanon. Esta é composta de três pares de conexões que sustentam o argumento do racismo como elemento sociogênico, inicialmente econômico e subsequentemente epidermizado e interiorizado como complexo de inferioridade.

Como evidenciamos antes, não se trata de estudos que utilizam Fanon como referência, mas aqueles nos quais identificamos presença das conexões entre sociogênese e racismo, subjetividades e identificação e racialização da experiência vivida e do corpo negro. Vemos que subjetividade e racialização são temas transversais aos referenciais teóricos dos estudos no campo da Psicologia Social, por isso a categorização se deu pelos referenciais teóricos e não por trabalhos individualizados.

4.3.1 Sociogênese e Racismo

A conexão entre sociogênese e racismo emerge na amostra estudada através de teorias diversas, os autores cumprem seus objetivos, e estes, mesmo quando não explícitos nos sugerem um sociodiagnóstico operado por suas pesquisas e expresso em seus resultados, esse sociodiagnóstico se refere a escolhas políticas, teóricas e metodológicas para interrogar a experiência humana num tecido social específico, visto que “a sociedade, ao contrário dos processos bioquímicos, não está imune à influência humana. O homem é aquilo que faz com que a sociedade exista” (FANON, 2020a, p. 25).

No quadro 13 identificamos os principais referenciais teóricos conforme descrição dos grupos da seção 4.2.2, que discutiu a utilização da autodeclaração racial e da identificação racial nos instrumentos de pesquisa como categoria de análise de pesquisa. O referencial teórico é o elemento que norteia a abordagem da temática racial no trabalho.

Quadro 13 - Referenciais teóricos por agrupamentos em relação ao tipo de inserção da temática racial e respectivos referenciais teóricos

Grupo	Caracterização da Inserção da Temática Racial no Grupo	Referenciais Teóricos²³
01 Araújo (2004) Araújo (2016) Diamantino (2015)	Tema da pesquisa está ligado à temática racial devido ao público envolvido e o racismo como componente do tecido social brasileiro.	Sócio-histórica, Histórico-cultural, Representações Sociais
02 Carneiro (2010) Nery (2011) Ribeiro (2015) Santos (2013) Silva (2007) Silva (2014)	A solicitação da autodeclaração racial e sua operacionalização como categoria de análise de pesquisa é tratada de modo diverso entre os estudos, agrupados devido a abordarem o tema das ações afirmativas.	Etnometodologia (02), Interacionismo, Simbólico, P.S ²⁴ /Análise de Redes Sociais, Modelos Explicativos de Evasão/retenção no Ensino Superior, P.S./ Preconceito, Racismo e Identidade Social/racial, Teoria da ameaça de Estereótipos.
03 Dantas (2014) Santos (2006)	Temática racial já evidenciada nos objetivos e referenciais teóricos. A categoria de análise raça se refere ao objeto de pesquisa, presente nos instrumentos de coletas de dados.	Racismo, Automatismo e Desumanização Estereótipos, Preconceito e Cognição Social
04 Almeida (2016) Da Mata (2009)*	A temática racial é central, há a solicitação da autodeclaração dos participantes e sua utilização como principal das categorias de análise de pesquisa.	Preconceito (03) Racismo (02) Infra-humanização Estereótipos (03) Socialização Racial

²³ Principal referencial teórico apontado pelo/a autor/a não inclui referencial metodológico nos casos em que houve essa complementaridade. O mesmo referencial pode ser a base de trabalhos diferentes, com isso as repetições foram suprimidas e colocado entre parênteses a ocorrência do referencial nos trabalhos do grupo. Há também presença de mais de um deles em um único trabalho.

²⁴ Psicologia Social

Da Mata Filho (2009)	*Não houve participantes.	Discriminação
Fernandes (2011)		Viés racial em seleção de pessoal
Melo (2014)		Sistema de Crenças (02)
Oliveira (2007)		Estigma e Enfrentamento ao Estigma (02)
Paim (2007, 2016)		Teorias Psicológicas sobre a discriminação racial
Queiroz (2015)		Teorias sociais
Santos (2012)		Perspectivas teóricas integradas
		Representações Sociais (02)
		Subjetividade (02)
		P. Histórico-cultural

4.3.2 Subjetividades e Identificação

Não podemos analisar a conexão entre identidade e duplo narcisismo como proposto por Fanon, visto que este objetivo não fazia parte do escopo dos estudos disponíveis. Desse modo, a questão sobre uma identificação ambivalente de sujeitos negros diante do mundo branco requer mais estudos, visto a afirmação de Fanon, “o negro quer ser como o branco. Para o negro só há um destino. E ele é branco” (FANON, 2020a, p. 239). A ideia da admissão de superioridade branca é um fator presente nos estudos com material clínico e entrevistas de Bicudo [1945] (2010), Nogueira (1998) e Souza (1983). Os resultados destas pesquisas confirmam o impacto do racismo na experiência vivida de pessoas negras, assim como a ausência de reflexão sobre a identidade racial em pessoas brancas, tal como em Oliveira (2007) e Santos (2012).

4.3.3 Experiência Vivida e Corpo Negro

Para Fanon, do ponto de vista subjetivo, a racialização se inscreve primordialmente no corpo, através de um processo de negação de si que passa pelo olhar perscrutador do outro, sem intervalos passíveis de elaboração desse estar no mundo. Nesse sentido a reflexão oriunda de pesquisas da psicologia sobre a experiência vivida de pessoas negras pode se conformar como

material de primeira ordem no entendimento dessas relações, mas também como contribuição ao desenvolvimento de práticas antirracistas na Psicologia e em suas subáreas. A morbidade afetiva apontada por Fanon (2020a) proporcionada por este estado de coisas se configura como objeto de pesquisa a ser trabalhado por referenciais teóricos e metodologias que articulem estudos sobre a subjetividade e racialização.

A escassez de estudos nessa seara aponta que ainda não há atenção suficiente para este ponto, assim como o tema tem sido explorado por referenciais diversos, como vimos no quadro 08, mas que não visam diretamente o estudo da subjetividade por teorias específicas. Há referenciais nos quais a abordagem ao racismo e racialização inexistem, ou se enquadra como epifenômenos de outros elementos da estrutura social, a exemplo da classe.

Em outros as relações sociais são tratadas teórica e metodologicamente sob a perspectiva da cognição social, na qual o processo de conformação de estereótipos inclui a noção de aprendizagem social para ir além do processo cognitivo de armazenamento, recuperação e utilização das informações em determinado contexto racializado. Contudo há relações pessoais e culturais interativas mais diretas nas quais episódios de racismo se mantêm e são naturalizados sendo que a dor psíquica e os desdobramentos materiais disto são pouco estudados.

O contato do sujeito negro com o mundo branco²⁵ tem efeito incomensurável na subjetividade desenvolvida no esteio do racismo. Podemos acrescentar que a subjetivação de pessoas brancas merece mais estudos acadêmicos no Brasil, assim como devemos considerar os recursos materiais e simbólicos que cada sujeito possui para lidar com situações do cotidiano e mesmo aquelas estruturais, não diretamente apreensíveis. A ausência ou fragilidade desses recursos evidencia o potencial patológico das relações raciais assimétricas, visto que “Se a estrutura psíquica se mostra frágil, assistimos a um colapso do ego. O negro deixa de se comportar como indivíduo acional. O alvo de sua ação será um Outro (na forma do branco), pois só um Outro é capaz de estimá-lo. Isso no plano ético: autoestima. Mas há ainda outra coisa” (FANON, 2020a, p. 169). Deste modo a experiência vivida do negro em nossa sociedade detém especificidades diretamente relacionadas ao duplo narcisismo branco/negro, mesmo que não sentidas conscientemente.

²⁵ Esse contato é considerando dentro do escopo teórico—metodológico apontado pelo autor, “esta obra é um estudo clínico” (FANON, 2020a, p. 26), com isso ele nos informa que sua atenção, não se restringe, mas privilegia o campo psicopatológico da alienação.

Identificamos a partir das metodologias escolhidas pelos/as pesquisadores que mesmo que o referencial teórico não tratasse de uma teoria da subjetividade, esta é abordada através da metodologia qualitativa da entrevista semi-estruturada, acompanhada da solicitação da autodeclaração racial e da operacionalização desta como categoria de análise de pesquisa. Na autodeclaração o próprio sujeito está enunciando sua percepção racializada de seu corpo, da cor da sua pele. Apenas os estudos de Queiroz (2015), Oliveira (2007) e Diamantino (2015) têm referencial teórico sobre subjetividade e a articulam com a racialização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No entanto, recuso com todo meu ser essa amputação. Sinto em mim uma alma tão vasta quanto o mundo, uma alma realmente profunda como o mais profundo dos rios, meu peito tem um poder de expansão infinito. Sou dádiva, mas me aconselham a humildade do inválido... Ontem, ao abrir os olhos para o mundo, vi o céu se retorcer de uma ponta a outra. Quis me levantar, mas o silêncio eviscerado fluía de volta para mim, com asas paralisadas. Irresponsável, cavalgando o espaço entre o Nada e o Infinito, comecei a chorar. (FANON, 2020a, p. 154)

As ideias sobre raça como referência para a classificação de seres humanos, construídas no seio das teorias raciais, não se sustentam como conceitos com amparo biológico, mas possuem operacionalidade no contexto da racialização e do racismo que atuam brutalmente na sociedade brasileira. A leitura atual de Fanon demonstra que sua articulação intelectual entre ação clínica, de pesquisa e política é uma ferramenta teórico-metodológica importante para que a psicologia se engaje cada vez mais nesse campo.

Na contemporaneidade, o uso da noção de raça vinculado à delimitação de grupos humanos segundo as suas características físicas é refutado. Por outro lado, vem sendo amplamente utilizado como construção social e cultural, mas mesmo esta concepção é complexa, pois remete a multidimensões identitárias cujas fronteiras não se evidenciam facilmente, e mesmo sua acepção mais sociológica na atualidade não incide no declínio de sua utilização com vistas a hierarquizar sujeitos (SODRÉ, 2015). Ou seja, em que pese a sua recusa como conceito biológico, sua afirmação como construção social ou mesmo seu uso como categoria analítica no campo teórico, o destaque para o caráter político da raça é evidente para construção de posicionamentos e práticas psicológicas antirracistas.

O interesse pela interface psicologia e relações racias, em que pese sua potencialidade científica, mais especificamente a abordagem direta à subjetividade e racialização nos estudos do PPGSI-UFBA ainda é incipiente. Seja pelo número de estudos encontrados, seja pelo fato de que em parte dos estudos, raça/cor aparecerem como dado sociodemográfico, mas não como categoria de analisada diretamente. Pensamos que o interesse por essa segunda inserção deve ser ampliado; e, supomos que isso se deva ainda à crença na existência de uma democracia racial no Brasil e da primazia da análise de classe sobre a racial, hipótese levantada como resultado de nossa análise e que requer aprofundamento em estudo próprio. A ideologia da democracia racial pode ser vista como elemento recorrente, em seu sentido falseador, para diversas chaves interpretativas de nossa sociedade, principalmente como argumento para a

brutal e sistemática tentativa de silenciamento sobre as consequências do racismo social e individualmente. Além disso, podemos destacar outra contribuição especial dos documentos estudados que diz respeito ao esforço de pesquisadores/as em definir uma fundamentação teórica, como a elaborada por Frantz Fanon, que potencializa seus argumentos e hipóteses por operar analiticamente de dentro e não como um ser distante do próprio tema a enfrentar: os efeitos subjetivos do racismo.

A desconstrução da ideologia do mito de democracia racial tem sido objeto dos movimentos negros em diversos âmbitos da sociedade que, de forma contundente, evidenciam as práticas racistas. Para Sueli Carneiro (2005), há uma estratégia de desautorização do discurso de denúncia da falácia da democracia racial, que visa a classificar o ativismo dos movimentos negros como ignorância ou incapacidade de compreensão, tornando-o alvo de uma forma de racismo que atribui a este ativismo um caráter patológico, fundado no ressentimento. Esta interpretação tem sido usada historicamente, como forma de deslegitimar tanto as movimentações sociais em torno da eliminação do racismo, quanto a produção intelectual antirracista que reivindica o caráter transversal da temática racial.

No que se refere à Psicologia, a reflexão sobre as ideologias da democracia racial é assunto atual e necessário, pois um posicionamento crítico pode fornecer bases argumentativas para a análise da dimensão histórica e cultural na conformação das ideias psicológicas no Brasil, que foram tomadas como verdades absolutas e ainda sobrevivem no meio social, vistas através de mitos, piadas, etc. Pode ainda sugerir um posicionamento ético-epistemológico e metodológico de psicólogos/as, com vistas à constituição de um pensamento psicológico que interroge o aspecto relacional do racismo no Brasil: se o racismo espolia, quem recolhe os despojos? Objetivamente, estas são discussões que remetem à dimensão nacional, mas chamamos a atenção para o fato de que um estudo localizado em apenas um espaço, como o nosso, não pode, sem mais, ser generalizado.

Em tempos recentes, no âmbito político internacional, em agosto de 2001, lideranças mundiais de 166 países participaram da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância realizada em Durban, na África do Sul. O evento visava debater e avaliar o desenvolvimento de ações pelos países, bem como recomendar políticas públicas de combate e erradicação do racismo e valorização das populações discriminadas. Para Martiniano Silva, um dos elementos que ganharam contorno para a realização da conferência foi a relação direta do recrudescimento do racismo com a expansão da globalização neoliberal em nível mundial. Segundo o autor circula a falsa

“impressão de que o racismo teria origem nela, partiria dela, quando, na verdade, é apenas a “ponte” por onde passa e trafega” (SILVA, 2009, p. 36).

Tanto individual como coletivamente, o esquecimento sobre o racismo tem sido quebrado na academia, mas ainda de modo tímido. No que diz respeito ao interesse da psicologia sobre o tema, esta afirmação requer estudos mais amplos que analisem, por exemplo, currículos, acervos bibliográficos, composição do corpo docente, internacionalização, assim como as ações de extensão. Apesar de vários esforços institucionais (universidade, conselhos, associações científicas, movimentos sociais, etc.), a concepção de povo em torno da nacionalidade figura como argumento para que as relações raciais sejam vistas como componente secundário no campo político.

Essa ideia é de extrema relevância para a psicologia atual, visto que refletir sobre subjetividade e racialização como meio de construir novas abordagens, significa exercer o trabalho crítico sobre explicações da constituição do mundo psicológico individual e coletivamente. Não exclusivamente por suas próprias ferramentas, como se estas pudessem explicar a dimensão psicológica, mas de maneira a transcendê-las. Concordamos que é preciso incluir

o mundo cotidiano e o mundo cultural e social na produção e na compreensão do mundo psicológico. A Psicologia precisa, para superar suas construções ideológicas, analisar todos os elementos que se constituem como determinações do humano, sem isolar o mundo psíquico no interior do indivíduo, como algo natural, universal e dotado de força própria (BOCK, 2009, p. 27-28).

A consecução dos dois primeiros objetivos desta pesquisa nos exigiu uma reflexão sobre a diversidade do campo psicológico, exatamente pela inaplicabilidade de uma base teórica única ao nosso material de pesquisa. O tratamento da amostra se assemelha aos estudos de Ferreira (1999), Martins, Santos e Colosso (2013), Schucman, Nunes e Costa (2017), que nos parece constituir uma característica deste tipo de levantamento. Estes estudos convergem na constatação de que o campo psicológico se constitui de inúmeras possibilidades teóricas e metodológicas de análise, sob diferentes matrizes de pensamento. Com isto, chamamos a atenção para uma questão, qual seja, não é possível para um estudo exploratório, tal qual empreendemos, a eleição de uma matriz teórica única para análise, assim como não seria produtivo lançar mão da junção de recortes de matrizes diferentes objetivando uma simplista totalidade.

Uma postura ou outra parece-nos encontrar esteio no que Figueiredo (1992) denomina de dogmatismo e ecletismo: no primeiro, há uma orientação por um caminho teórico único e fechamento para o que possa contestá-lo; no segundo, inversamente, lança-se mão de diversos

instrumentais teórico-metodológicos. Ambos merecem atenção no contexto da dispersão do campo psicológico, pois “Na ausência de uma compreensão mais abrangente e profunda do nosso espaço de dispersão, experimenta-se um sutil mal-estar que poderia ocasionalmente converter-se em episódios de angústia” (FIGUEIREDO, 1992, p. 17). Isto tem como consequência obstáculos no acesso à experiência, seja por desqualificar de antemão teorias que divergem da eleita pelo/a psicólogo/a, seja por uma aproximação do senso comum ao acreditar que há possibilidade de uma certa unidade em sua ação prática.

Como resposta a tal dicotomia, o autor sugere o contato efetivo com a alteridade, com a experiência; e parafraseando Martin Heidegger, afirma que “a verdadeira experiência comporta um momento de encontro, de negação, de transformação. Ou seja, experimentar é deixar-se fazer outro no encontro com o outro. Em outras palavras: só há experiência aonde há diferença e aonde novas diferenças são engendradas” (FIGUEIREDO, 1992, p. 18). Para isto é necessário incorporar à prática da pesquisa e da profissão a elaboração de novos conhecimentos, conservando a abertura à experiência e reflexão.

A constatada ausência das três intelectuais negras como referência bibliográfica nos documentos estudados pode ser relacionada à ainda presente omissão de parte da psicologia brasileira sobre o tema do racismo. Inclusive no que diz respeito aos saberes e conhecimentos desenvolvidos nas universidades, suas referências teóricas e metodológicas e à ocupação de seus espaços pela população negra. Quanto a este silenciamento acadêmico sobre psicologia e as relações raciais, com raras exceções, concordamos com Marcus Vinícius Silva

De todo modo, é preciso esclarecer que nessa atitude, nós psicólogos brasileiros, não estamos sós e sim amplamente e mal acompanhados ou mal acompanhando por um conjunto amplo de instituições que corroboram, assim, para manter ocultos os traços racistas que predominam silenciosamente (SILVA, 2009, p.95)

Ao final desta jornada científica e subjetiva concordamos com Frantz Fanon, para quem o papel da pesquisadora pode ser o de acumular informações sobre seu tema, ou seja, descrever supostas realidades. Porém, a descrição enseja uma segunda atitude, à qual se propõe o autor e que, ao fim e ao cabo, também nos inspira e mobiliza: tentar mostrar o mecanismo que sustenta a realidade descrita, encontrar seus sentidos objetivos e simbólicos. Desafio que não cabe numa dissertação de mestrado e por compreensão compartilhada, não é seu objetivo.

Para tanto, coloca-se uma questão como desafio maior, para a psicologia e para muitos, qual seja: a da possibilidade de novas aprendizagens que mais nos informem sobre os

significantes negro e branco nas diversas perspectivas teóricas sobre o modo desta relação que sustenta desigualdades sociais materiais e subjetivas. Quanto mais se reúna conhecimento sobre o tema, tanto maior o desafio, inclusive por serem ainda mais fortes as razões para nossa mobilização teórica e pessoal. Enfim, quanto mais se aprofunde a pesquisa, tanto mais novas proposições se apresentam, apontando ainda que há muito e mais a fazer.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Rubens de C. F.; ALVARENGA, Augusta Theresa de; VASCONCELLOS, Maria da Penha. Quesito cor no sistema de informação em saúde. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p.119-23, 2004. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142004000100011>. Acesso em: 27 set. 2020.

ALMEIDA, Saulo Santos Menezes. **O processo de socialização de crianças e o desenvolvimento moral das mães**: estudos sobre a expressão de conteúdos e traços estereotípicos de crianças brancas e negras acerca da cor da pele. 2016. 187f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

ARAÚJO, Domingos Barreto. **O perfil das adolescentes que cometeram atos infracionais em Salvador no ano 2000**. 2000.129f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

ARAÚJO, Domingos Barreto. **Adolescentes em conflito ou não com a lei**: mídia, representação social e direitos humanos. 2016. 203f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia Salvador, 2016.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO E PSICOLOGIA (ANPEPP). Disponível em: <http://www.anpepp.org.br/grupos-de-trabalho>. Acesso em: 08 de nov. 2018.

BHABHA, Homi, K. Recordar Fanon: o eu, a psiquê e a condição colonial. *In*: FANON, Frantz. **Pele Negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020a.

_____ **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

BICUDO, Virgínia Leone. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo**. Edição organizada por Marcos Chor Maio. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010.

BOCK, Ana Maria Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi (org.). **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BOCK, Ana Maria Mercês Bahia; **Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites**. *In*: BOCK, Ana Maria Mercês Bahia (org.). **Psicologia e Compromisso Social**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). **Plano Nacional de Pós-graduação, PNPG 2011-2020**. Brasília, DF: Coordenação de Pessoal de Nível Superior (Capes)., 2010. 2 v.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). **Documento de área da Psicologia**, 2017. Brasília, DF: Coordenação de Pessoal de Nível Superior (Capes), 2017. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4681-psicologia>. Acesso em: 21 abr. 2019.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso: 06 de jan. 2021.

CARNEIRO, Ava da Silva Carvalho. **Caminhos Universitários: a permanência de estudantes de origem popular em cursos de alto prestígio**. 2010. 109f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

CARONE, Iray. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Os Direitos Humanos na Prática profissional dos Psicólogos. Cartilha, Brasil, 2003. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2004/05/cartilha_dh.pdf. Acesso em: 12 dez. 2016.

_____. **Resolução CFP Nº 13/2007**. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/Resolucao_CFP_nx_013-2007.pdf. Acesso em: 03 maio 2018.

_____. **Revista Psicologia Ciência e Profissão, áreas de conhecimento**. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacoes/revista-psicologia-ciencia-e-profissao/>. Acesso em: 14 mar. 2019.

_____. **Resolução CFP N 018/2002**. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF. Acesso em: 02 nov. 2019.

DANTAS, Gilcimar Santos. **Efeitos de primings de crime na identificação de armas, no racismo, na desumanização e na atribuição de punição**. 2014. 101f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014.

DIAMANTINO, Dora Teixeira. **Do lar para o mundo: sentidos subjetivos do ato infracional construídos pelas adolescentes em privação de liberdade**. 2015. 179f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968. (Coleção Perspectivas do Homem, v. 42).

_____. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. **Frantz Fanon: um revolucionário, particularmente negro**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018.

_____. **A disputa em torno de Frantz Fanon: teoria e política dos fanonismos contemporâneos.** São Paulo: Intermeios, 2020.

_____. **Pele Negra, máscaras brancas.** São Paulo: Ubu Editora, 2020a.

_____. **Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos.** São Paulo: Ubu Editora, 2020b.

_____. **O olho se afoga/Mãos paralelas - teatro filosófico.** Salvador: Editora Segundo Selo, 2020c.

_____. **Por uma revolução africana: textos políticos.** Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

FAUSTINO, Deivison Mendes. “**Por que Fanon, por que agora?**”: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. 2015. 252 f. - Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2015.

FERNANDES, Sheyla Christine Santos. **Crenças raciais e infra humanização: uma análise psicossocial do preconceito contra negros.** 2011.334f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.

FERREIRA, Ricardo Franklin. A construção da identidade do Afrodescendente: a psicologia brasileira e a questão racial. *In: J. Bacelar, C. Caroso (Org.), Brasil: um país de negros?* Rio de Janeiro: Pallas, 1999.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio Convergências e divergências. A questão das correntes de pensamento em psicologia. **Transinformação**, [local], v. 4, n. 1/2//3, p. 15-26, jan./dez.1992.

_____. **Revisitando as psicologias: da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos.** 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FREUD, Sigmund. **Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos.** (Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 12. Originalmente publicado em 1914-1916.

_____. **Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnicas e outros textos.** (1911-1913). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 10. Originalmente publicado em (1911-1913).

_____. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos.** Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 15. Originalmente publicado em 1920-1923.

_____. **O eu e o id, “autobiografia” e outros textos.** Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 16. Originalmente publicado em 1923-1925.

GARCIA-ROZA, Luís Alfredo. Psicologia, um espaço de dispersão do saber. **Rádice. Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro: ano 1, n. 4, 1977.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Antirracismo no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. **A recepção de Fanon no Brasil e a identidade negra.** *In: Novos Estudos*, São Paulo: n. 81, 2008.

_____. Cor e raça: Raça, cor e outros conceitos analíticos. *In:* PINHO, Osmundo A; SANSONE, Lívio. (Org.). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2. ed. rev. Salvador: EDUFBA, 2008a. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8749/1/_RAC%CC%A7A_2ed_RI.pdf_.pdf. Acesso em: 15 set. 2017.

_____. **Preconceito e Discriminação**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo/Editora 34, 2004.

JAPIASSU, Hilton. **Introdução à epistemologia em psicologia**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Imago, 1982.

LACAN, Jacques. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco: ciências sociais e o “credo racial brasileiro”. **REVISTA USP**, São Paulo, n. 46, p. 115-128. jun./ago. 2000. Disponível em: <http://www.journals.usp.br/revusp/article/viewFile/64014/66746>. Acesso em: 15 set. 2017.

_____. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **RBCS**, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 141-158, out. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091999000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 de out. 2017.

MARTINS, Edna; SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; COLOSSO, Marina. Relações étnico-raciais e psicologia: publicações em periódicos da SciELO e Lilacs. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 118-133, dez. 2013. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/4919/4598>. Acesso em: 27 jan. 2017.

MATA FILHO, Valter. **Estratégias de enfrentamento do povo de santo frente às crenças socialmente compartilhadas sobre o candomblé**. 2009. 110f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.

MATA, Valdísia Pereira. **Discriminação Racial: um estudo dos episódios registrados na promotoria de combate ao racismo do ministério público em Salvador**. 2009. 123f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.

MIRIM, Lia Yara Lima. Garimpando sentidos em bases de dados. *In:* SPINK, Mary Jane. (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NERY, Matheus Batalha Moreira. **O processo de afiliação emocional entre estudantes do Programa Permanecer da UFBA**. 191f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.

OLIVEIRA FILHO, Jesiel Ferreira de. **Raça e poder em textos e contextos luso-angolo-brasileiros**: articulações estratégicas. 2008. 200 f. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.

ORTIZ, Renato. Frantz Fanon: um itinerário político e intelectual. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 4, n. 2, jul. /dez. 2014, p 425-442, 2014.

MELO, Carlos Vinícius Gomes. **Estratégias de enfrentamento de pessoas negras e com deficiência frente ao duplo estigma**. 2014. 187f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014.

OLIVEIRA, Lúcio Otávio Alves. **Expressões de vivência da dimensão racial de pessoas brancas**: representações de branquitude entre indivíduos brancos. 2007. 137f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

PAIM, Altair dos Santos. **Aparência física, estereótipos e inserção profissional**: um estudo sobre a profissão de secretariado executivo segundo a percepção de estudantes de secretariado. 2007. 106f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

PAIM, Altair dos Santos. **Pele Negra sem máscaras brancas**: O julgamento de boa aparência na seleção de pessoal. 2016. 155f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2016.

PESSOTTI, Isaias. Dados para uma história da Psicologia no Brasil. *In: Psicologia*, São Paulo ano 1, nº 1, p. 1-14, maio 1975. Disponível em: http://citrus.uspnet.usp.br/centrodememoriaip/sites/default/files/Revista_psicologia_completa.pdf. Acesso em: 03 out. 2017.

PIERSON, Donald. **Branco e Pretos na Bahia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

RENAN, Ernest. “O que é uma nação?”. *In: ROUANET, Maria Helena (Org.). Nacionalidade em questão*. Rio de Janeiro: EUERJ, 1997. (Cadernos da Pós/ Letras, n. 19)

QUEIROZ, Karla Geyb da Silva. **Convivendo com os Orixás**: a trajetória religiosa de crianças adeptas ao candomblé e o contexto escolar. 2015. 169f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

RIBEIRO, Elisa Maria Barbosa. **Análise de redes sociais e relações intergrupais**: a convivência entre cotistas e não cotistas e sua influência na formação acadêmica. 2015. 146f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

SANTOS, Marcos Joel de Melo. **Estereótipos, preconceitos, Axé-music e pagode**. 2006. 242f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006.

SANTOS, Alessandro de Oliveira; SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, n. 32 (num. esp.), p. 166-175, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500012>. Acesso em: 13 fev. 2020

SANTOS, Manuela Brito. **Homens negros e brancos soropositivos para HIV: representações e crenças na vivência da sexualidade**. 2012. 130f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.

SANTOS, Patrícia Vaz Sampaio. **Adaptação à Universidade dos estudantes cotistas e não cotistas**. 2013. 112f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.

SCHUCMAN, Lia Vainer; NUNES, Sylvia da Silveira; COSTA, Eliane Silva. A Psicologia da Universidade de São Paulo e as relações raciais: perspectivas emergentes. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 144-158, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564a20132413>. Acesso em: 15 set.2020.

SILVA, Joice Ferreira. **Ameaça dos estereótipos na performance intelectual de estudantes universitários ingressos pelo sistema de cotas**. 2007.116f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

SILVA, Marcus Vinicius Oliveira. Psicologia, subjetividade e relações raciais no Brasil. *In*: BOCK, Ana Maria Mercês Bahia (org.). **Psicologia e Compromisso Social**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Patrícia. **Expressões do preconceito racial e do racismo no contexto da política de cotas raciais: a influência das normas sociais e da identidade social**. 2014. 241f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade povo, mídia e cotas no Brasil**. 3. ed. atual. e ampl. Petrópolis: Vozes, 2015.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social**. – 2. ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1983. (Coleção Tendências. n. 04).

SPINK, Mary Jane; FREZZA, Rose Mary. Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da Psicologia Social. *In*: SPINK, Mary Jane. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SPINK, Mary Jane; MENEGON, Vera Mincoff. A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. *In*: SPINK, Mary Jane. (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SPINK, Mary Jane; LIMA, Helena. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. *In*: SPINK, Mary Jane. (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SPINK, Peter. Análise de documentos de domínio público. *In*: SPINK, Mary Jane. (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

TAMANO, Luana Tiek Omena. **Arthur Ramos e a Mestiçagem no Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2013.

TOURINHO, Emmanuel Zagury; BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt. Desafios da pós-graduação em Psicologia no Brasil. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 23, suppl. 1, p. 35-46, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722010000400005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA). **Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Psicologia-PPGPSI**. 2017a. disponível em: <https://pospsi.ufba.br/regimento>. Acesso em: 31 mar. 2017.

_____. **Programa de Pós-Graduação em Psicologia**. 2017b. Disponível em: <https://pospsi.ufba.br/>. Acesso em: 31 mar. 2017.

WYNTER, Sylvia. Towards the Sociogenic principle: Fanon, the puzzle of conscious experience of “identity” and what it’s like to be “black”. *In*: Gómez-Moriana, Antonio; Durán-Cogan, Mercedes. (Ed.). **National identity and sociopolitical change: latin america between marginalization and integration**. Nova Iorque: Routledge, 2001.